

SUZANO HOLDING S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 60.651.809/0001-05

SUZANO

Holding

★ continuação

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM (Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Atividades Operacionais	14.068.548	23.392.406	3.949.227	6.459.615
Resultado líquido do exercício				
Ajustes por				
Depreciação, exaustão e amortização	6.999.920	7.206.205	80	79
Depreciação do direito de uso (nota 19.1)	322.180	232.647	909	681
Subarrendamento de navios		(11.314)		
Apropriação de encargos financeiros de arrendamento (nota 19.2)	442.060	433.727	464	114
Resultado na alienação e baixa de ativos imobilizados e biológicos, líquidos (nota 30)	331.285	509		
Resultado de equivalência patrimonial (nota 14)	19.403	(284.367)	(3.992.769)	(6.467.231)
Variações cambiais e monetárias, líquidas (nota 27)	(3.087.727)	(3.294.593)		
Despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, líquidas (nota 27)	4.796.992	4.007.716	(102)	(21)
Custos de empréstimos capitalizados (nota 27)	(1.160.364)	(359.407)		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	(1.352.522)	(707.211)		
Amortização do custo de transação, ágio e deságio (nota 27)	67.353	69.881		
Ganho com derivativos, líquidos (nota 27)	(5.526.714)	(6.761.567)		
Atualização do valor justo dos ativos biológicos (nota 13)	(1.989.831)	(1.199.759)		
Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 12.2)	3.495.239	4.750.093	(189)	382
Juros e custos sobre passivo atuarial (nota 21.2)	69.231	59.258		
Provisão de passivos judiciais, líquido (nota 20.1)	139.961	88.198	27	
Provisão para perda estimada com créditos de liquidação duvidosa, líquida (nota 7.3)	35.202	1.652		
Provisão para perda estimada nos estoques, líquida (nota 8.1)	31.419	56.060		
Provisão para perda de créditos do ICMS, líquida (nota 9.1)	348.628	58.003		
Reversão de créditos tributários	15.108	1.324		
Outras	56.860	8.008	5.157	5.212
Decréscimo (acréscimo) em ativos				
Contas a receber de clientes	2.162.452	(3.267.596)		
Estoques	(48.040)	(967.469)		
Tributos a recuperar	(665.832)	(382.155)	821	(711)
Outros ativos	328.882	(96.078)	65	(148)
Acréscimo (decréscimo) em passivos				
Fornecedores	463.003	1.533.118		
Tributos a recolher	369.552	422.810	39.852	144
Salários e encargos sociais	73.917	82.927	816	(823)
Outros passivos	(284.950)	(15.510)	(5.322)	(5.249)
Caixa gerado das operações	20.521.215	25.057.516	(964)	(7.956)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	17.325.413	21.636.179	(964)	(7.956)
Atividades de Investimentos				
Adições de imobilizado (nota 15)	(11.674.329)	(9.791.283)	(146)	(45)
Adições de intangível (nota 16)	(104.931)	(90.499)		
Adições de ativos biológicos (nota 13)	(5.777.952)	(4.957.380)		
Recebimentos por vendas de ativo imobilizado e biológico	183.576	251.183		
Aumento de capital em controladas e coligadas	(48.462)	(67.020)		(208)
Aplicações financeiras, líquidas	(5.296.370)	67.426		
Aumentamento para aquisição de madeira de operações com fomento e parcerias	(690.908)	(355.362)		
Dividendos recebidos	44.789	6.604	6.917	1.155.148
Aquisição de ativos (nota 23)	(1.615.140)			
Aquisição de controladas (nota 1.2.3)	(1.060.718)	(2.090.062)		
Caixa líquido de aquisição/ incorporação de controladas	5.002	10.590		33.873
Mútuo concedido - IPLF		38.921		
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de investimentos	(26.035.443)	(16.976.882)	6.771	1.188.768
Atividades de Financiamento				
Empréstimos, financiamentos e debêntures captados (nota 18.3)	10.944.794	1.335.715		
Recebimento de operações com derivativos (nota 4.5.4)	3.559.286	282.225		
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 18.3)	(4.296.447)	(2.517.934)		
Pagamento de contratos de arrendamentos (nota 19.2)	(1.219.812)	(1.045.135)	(1.413)	(1.016)
Pagamento de dividendos	(222.627)	(4.123.620)	(30.000)	(1.122.938)
Adiantamento para futuro aumento de capital		42		
Pagamento de aquisição de ativos e controladas	(116.924)	(107.888)		
Recompra de ações	(880.914)	(1.904.424)		
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos	7.767.356	(8.081.019)	(31.413)	(1.123.954)
Efeito da Variação Cambial em Caixa e Equivalentes de Caixa	(239.125)	(602.480)		
Acréscimo (decréscimo) líquido no caixa e equivalentes de caixa	(1.181.799)	(4.024.202)	(25.606)	56.858
No início do exercício	9.573.947	13.598.149	62.340	5.482
No final do exercício	8.392.148	9.573.947	36.734	62.340
Acréscimo (decréscimo) líquido no caixa e equivalentes de caixa	(1.181.799)	(4.024.202)	(25.606)	56.858

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS				
31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022				
(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)				
1. Contexto operacional: A Suzano Holding S.A. ("Suzano Holding" ou "Companhia") é uma holding controladora da Suzano S.A., designada a seguir como "Suzano" que tem como objeto a fabricação e comercialização, no país e no exterior, de celulose de fibra curta de eucalipto, papel revestido, papel cartão, papel não revestido e <i>cut size</i> , bobinas de papéis e papéis para fins sanitários (bens de consumo - <i>tissue</i>), para atendimento ao mercado interno e externo, além da exploração de florestas de eucalipto para uso próprio, a operação de terminais portuários, a participação como sócia ou acionista, de qualquer outra sociedade ou empreendimento e a geração e a comercialização de energia elétrica gerada no processo produtivo da celulose. A Suzano possui ações negociadas na B3 S.A. ("Brasil, Bolsa, Balcão - "B3"), listada no segmento do Novo Mercado sob o <i>ticker</i> SUZB3 e <i>American Depositary Receipts ("ADRs")</i> na proporção de 1 (uma) ação ordinária, Nível II, negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque (" <i>New York Stock Exchange</i> - "NYSE") sob o <i>ticker</i> SUZ. A Suzano possui 13 unidades industriais, localizadas nas cidades de Aracruz e Cachoeiro de Itapemirim (Espírito Santo), Belém (Pará), Eunápolis e Mucuri (Bahia), Maracanaú (Ceará), Imperatriz (Maranhão), Jacaré, Limeira, Mogi das Cruzes e 2 unidades em Suzano (São Paulo) e Três Lagoas (Mato Grosso do Sul). Adicionalmente, possui 4 (quatro) centros de tecnologia, 30 (trinta) centros de distribuição e 4 (quatro) portos, todos localizados no Brasil. A comercialização da celulose e papel no mercado internacional é realizada por meio de vendas pela Suzano e, principalmente, por meio de suas controladas e/ou escritórios de representação localizados na Argentina, Austrália, China, Equador, Estados Unidos da América e Singapura. A Companhia também controla a Premesa S.A., que possui atividade imobiliária. A sede social da Companhia está localizada em São Paulo, Estado de São Paulo. A Companhia é controlada por membros da família Feffer. A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 18 de março de 2024. 1.1. Participações societárias: A Companhia detém participações societárias nas seguintes entidades legais:				
Denominação	País	% de participação		
		participação	31/12/2023	31/12/2022
Suzano S.A.	Brasil	Direta	28,51%	28,08%
F&E Tecnologia do Brasil S.A.	Brasil	Indireta	100,00%	100,00%
Fibria Celulose (USA) Inc.	Estados Unidos da América	Indireta	100,00%	100,00%
Fibria Overseas Finance Ltd.	Ilhas Cayman	Indireta	100,00%	100,00%
Fibria Terminal de Celulose de Santos SPE S.A.	Brasil	Indireta	100,00%	100,00%
FuturaGene Ltd.	Inglaterra	Indireta	100,00%	100,00%
FuturaGene Delaware Inc.	Estados Unidos da América	Indireta	100,00%	100,00%
FuturaGene Israel Ltd.	Israel	Indireta	100,00%	100,00%
FuturaGene Inc.	Estados Unidos da América	Indireta	100,00%	100,00%
Maxcel Empreendimentos e Participações S.A.	Brasil	Indireta	100,00%	100,00%
Itacel - Terminal de Celulose de Itaquí S.A.	Brasil	Indireta	100,00%	100,00%
MMC Brasil Indústria e Comércio Ltda. ⁽¹⁾	Brasil	Indireta	100,00%	100,00%
Mucuri Energética S.A.	Brasil	Indireta	100,00%	100,00%
Paineiras Logística e Transportes Ltda.	Brasil	Indireta	100,00%	100,00%
Portocel - Terminal Espec. Barra do Riacho S.A.	Brasil	Indireta	51,00%	51,00%
Projetos Especiais e Investimentos Ltda.	Brasil	Indireta	100,00%	100,00%
SFBC Participações Ltda.	Brasil	Indireta	100,00%	100,00%
Stenfar S.A. Indl. Coml. Imp. Y. Exp.	Argentina	Indireta	100,00%	100,00%
Suzano Austria GmbH.	Austria	Indireta	100,00%	100,00%
Suzano Canada Inc.	Canadá	Indireta	100,00%	100,00%
Suzano Ecuador S.A.S. ⁽²⁾	Equador	Indireta	100,00%	
Suzano Finland Oy	Finlândia	Indireta	100,00%	100,00%
Suzano International Finance B.V	Holanda	Indireta	100,00%	100,00%
Suzano International Holding B.V. ⁽³⁾	Holanda	Indireta	100,00%	
Suzano International Trade GmbH.	Austria	Indireta	100,00%	100,00%
Suzano Material Technology Development Ltd.	China	Indireta	100,00%	100,00%
Suzano Netherlands B.V. ⁽³⁾	Holanda	Indireta	100,00%	
Suzano Operações Industriais e Florestais S.A.	Brasil	Indireta	100,00%	100,00%
Suzano Pulp and Paper America Inc.	Estados Unidos da América	Indireta	100,00%	100,00%
Suzano Pulp and Paper Europe S.A.	Suíça	Indireta	100,00%	100,00%
Suzano Shanghai Ltd.	China	Indireta	100,00%	100,00%
Suzano Shanghai Trading Ltd. ⁽⁴⁾	China	Indireta	100,00%	
Suzano Singapore PTE. LTD ⁽⁵⁾	Singapura	Indireta	100,00%	
Suzano Trading International KFT	Hungria	Indireta	100,00%	100,00%
Suzano Ventures LLC	Estados Unidos da América	Indireta	100,00%	100,00%
Veracel Celulose S.A.	Brasil	Indireta	50,00%	50,00%
Biomass Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A. ⁽⁶⁾	Brasil	Indireta	16,66%	100,00%
Enslyn Corporation ⁽⁷⁾	Estados Unidos da América	Indireta	25,53%	26,59%
F&E Technologies LLC	Estados Unidos da América	Indireta	50,00%	50,00%
Ibema Companhia Brasileira de Papel	Brasil	Indireta	49,90%	49,90%

continua →

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM (Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
1 - Receitas	41.924.435	52.004.423		
Venda de mercadorias, produtos e serviços (nota 28)				
Outras receitas	483.036	402.276	148	
Receitas referentes à construção de ativos próprios (nota 15)	10.742.118	11.220.807		
Provisão de perda estimada com créditos de liquidação duvidosa, líquida (nota 7.3)	(35.202)	(1.652)		
	53.114.387	63.625.854	148	
2 - Insumos Adquiridos de Terceiros	(16.909.029)	(16.947.773)		
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(12.251.569)	(13.542.622)	(1.384)	(1.895)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(29.160.598)	(30.490.395)	(1.384)	(1.895)
	23.953.789	33.135.459	(1.236)	(1.895)
3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)	(7.322.100)	(7.427.538)	(989)	(760)
4 - Depreciação, Exaustão e Amortização	16.631.689	25.707.921	(2.225)	(2.655)
5 - Valor Adicionado Líquido (3-4)				
6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência				
Resultado da equivalência patrimonial (nota 14)	(19.403)	284.367	3.992.769	6.467.231
Receitas financeiras	1.834.034	971.884	6.963	4.701
Variações cambiais ativas	4.633.890	4.749.651		
Instrumentos financeiros derivativos	10.149.730	11.969.288		
Outros valores - Imposto de renda e contribuição social diferidos (1)	(3.495.239)	(4.750.093)	189	(382)
	13.103.012	13.225.097	3.999.921	6.471.550
	23.953.789	33.135.459	3.997.696	6.468.895
	29.734.701	38.933.018	3.997.696	6.468.895
	3.698.299	3.229.670	5.470	7.535
7 - Valor Adicionado para Distribuição	2.844.919	2.505.335	3.442	5.239
Pessoal	697.445	591.468	1.520	1.766
Remuneração direta	155.935	132.867	508	530
Benefícios	951.633	915.722	42.367	1.325
F.G.T.S.	455.121	583.077	42.170	1.143
Impostos, taxas e contribuições	438.156	285.464		
Federais	58.356	47.181	197	182
Estaduais	11.016.221	11.395.220	632	420
Municipais	4.659.655	4.590.370	493	241
Remuneração de capitais de terceiros	4.623.016	5.207.721		
Despesas financeiras	1.546.163	1.455.058		
Instrumentos financeiros derivativos	187.387	142.071	139	179
Variações cambiais passivas	14.068.548	23.392.406	3.949.227	6.459.615
Aluguéis e outros	409.503	708.600	409.503	708.600
Remuneração de capitais próprios	3.539.724	5.751.015	3.539.724	5.751.015
Juros sobre capital próprio e dividendos (nota 1.2.10)	10.119.321	16.932.791		
Resultado do exercício, líquido dos juros sobre capital próprio e dividendos	29.734.701	38.933.018	3.997.696	6.468.895
Participação de não controladores				
8 - Distribuição do Valor Adicionado				

1) Considerando os efeitos no exercício, a Suzano adotou, de forma consistente com exercícios anteriores, a política contábil de demonstrar o efeito do imposto de renda e contribuição social diferidos dentro do grupo de valor adicionado para distribuição. As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Denominação	País	Tipo de participação	% de participação	
			31/12/2023	31/12/2022
Spinnova Plc ("Spinnova")	Finlândia	Indireta	18,78%	19,03%
Woodspin Oy ("Woodspin")	Finlândia	Indireta	50,00%	50,00%
Celluloforce Inc.	Canadá	Indireta	8,28%	8,28%
Premesa S.A.	Brasil	Direta	98,65%	98,65%
Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.	Brasil	Indireta	100,00%	100,00%
1) Em 1º de junho de 2023, a Suzano concluiu a aquisição da MMC Brasil e em 1º de novembro de 2023, a entidade legal foi incorporada pela Suzano (nota 1.2.3). 2) Em 08 de março de 2023, foi constituída a entidade legal com a participação societária integral da Suzano. 3) Em 13 de dezembro de 2023, foi constituída a entidade legal com a participação societária integral da Suzano. 4) Em 19 de maio de 2023, foi constituída a entidade legal com a participação societária integral da Suzano. 5) Em 23 de maio de 2023, foi constituída a entidade legal com a participação societária integral da Suzano. 6) Em 27 de fevereiro e 21 de março de 2023, foram efetuados aportes equivalentes pelos seis acionistas da Biomass (nota 1.2.6). 7) Em 17 de maio e 18 de outubro de 2023, percentual de participação foi alterado em decorrência da diluição das ações. 1.2. Principais eventos ocorridos no exercício: 1.2.1. Efeitos decorrentes do conflito entre Rússia e Ucrânia, e Oriente Médio: Em decorrência dos atuais conflitos entre a Rússia e Ucrânia, e Oriente Médio, a Companhia e a Suzano monitoram continuamente os seus efeitos, diretos e indiretos, refletidos na sociedade, economia e nos mercados (internacional e doméstico), com o objetivo de avaliar os eventuais impactos e riscos para os seus negócios. Dessa maneira, podemos separar em 5 (cinco) as principais áreas de avaliação: (i) pessoas: a Suzano possui em Israel, através de sua subsidiária, FuturaGene Israel Ltd., colaboradores locais e instalações na cidade de Rehovot. A Suzano monitora de forma contínua a situação. No âmbito do conflito entre Rússia e Ucrânia, a Companhia e a Suzano não possuem colaboradores, tampouco instalações, de nenhuma natureza nas localidades relacionadas ao conflito. (ii) insumos: não identificou nenhum risco de curto e longo prazo, de uma possível interrupção ou escassez no fornecimento de insumos para as suas atividades industriais e florestais. Até o momento, foi verificado apenas uma maior volatilidade nos preços de insumos energéticos e commodities. (iii) logística: no âmbito internacional não houve alteração relevante nas operações logísticas, ou seja, todas as rotas utilizadas permanecem substancialmente inalteradas e estão mantidas as atracções nas localidades previstas. No âmbito doméstico, também não foi identificada alteração dos fluxos logísticos. (iv) comercial: até o presente momento, a Suzano continua com as suas transações conforme planejado, mantendo o atendimento a seus clientes em todos os seus setores de atividade. Foi determinada apenas a suspensão das vendas para poucos clientes localizados na Rússia, sem impacto financeiro significativo. (v) continuidade das operações: O conflito em Israel pode resultar em interrupções nas operações de pesquisa e desenvolvimento de biotecnologia na FuturaGene Israel Ltd. Por fim, é oportuno informar que, em decorrência do atual cenário, a Companhia e a Suzano tem mantido ações para ampliar o monitoramento, em conjunto com suas principais partes interessadas, com o objetivo de garantir a atualização necessária e fluxo de informações tempestivas à dinâmica da conjuntura global para suas tomadas de decisão. 1.2.2. Projeto Cerrado: Em 28 de outubro de 2021, o Conselho de Administração da Suzano aprovou a realização do Projeto Cerrado, que consiste na construção de uma planta de produção de celulose no município de Ribas do Rio Pardo, no estado do Mato Grosso do Sul. A planta terá capacidade nominal estimada de 2.550.000 toneladas de produção de celulose de eucalipto ao ano, com prazo estimado para início das operações no primeiro semestre de 2024. O investimento total é de R\$22.200.000, com pagamentos durante os anos de 2021 a 2025. 1.2.3. Aquisição de negócio tissue no Brasil: Em 1º de junho de 2023, a Suzano adquiriu a totalidade das cotas detidas pela Kimberly-Clark Brasil Indústria e Comércio de Produtos de Higiene Ltda. ("KC Brasil") na MMC Brasil Indústria e Comércio Ltda. ("MMC Brasil"), localizada em Mogi das Cruzes (SP), pelo valor de US\$212.029 (equivalente a R\$1.072.657) pagos em caixa ("Transação"). Ao valor citado anteriormente deve ser desconsiderado o valor de R\$11.939 referente ao reembolso que a Suzano recebeu em 15 de setembro de 2023, devido às variações dos valores de fechamento e estimado do estoque, capital de giro e caixa, que totaliza R\$1.060.718. A MMC Brasil não possuía operações até o aporte realizado pela KC Brasil em decorrência da cisão realizada em 25 de maio de 2023, a qual foi constituída como resultado da separação dos ativos relacionados ao negócio de fabricação, comercialização, distribuição e venda de produtos de papel, incluindo papel higiênico, toalhas de papel, guardanapos, lenços, bem como outros produtos de papel no Brasil, incluindo a propriedade da marca "NEVE" da KC Brasil. A tabela a seguir resume a alocação do preço de compra:				
Total da contraprestação transferida (parcela à vista)			1.072.657	
Ajuste de preço (capital de giro)			(11.939)	
Total da contraprestação final (parcela à vista)			1.060.718	
Valor contábil do acervo líquido da MMC Brasil			587.226	
Mais-valia alocada aos ativos				
Estoque ⁽¹⁾				7.120
Imobilizado ⁽²⁾				105.858
Marcas e patentes ⁽³⁾				18



SUZANO HOLDING S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 60.651.809/0001-05



SUZANO

Holding

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

de R\$190.119, foi retido e pago em dezembro de 2023. Além disso, os juros sobre o capital, ora declarados, foram imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social de 2023, deduzidos do montante que for declarado pela Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2024, conforme previsão estatutária e legal.

1.2.8. Reforma tributária sobre o consumo: Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação via legislação infraconstitucional, em especial Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num Imposto sobre Valor Agregado ("IVA") repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC. Haverá um período de transição entre os anos de 2026 e 2023, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da efetiva regulamentação via legislação infraconstitucional. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

1.2.9. Aquisição de ativos florestais: Em 23 de dezembro de 2023, a Suzano celebrou contratos de compra e venda para a aquisição de 100% do capital social das empresas Timber VII SPE S.A. e Timber XX SPE S.A., de propriedade do BTG Pactual Timberland Investment Group, LLC. O preço a ser pago à vista por estas aquisições é de R\$1.826.000 e está sujeito a ajustes usuais em operações desta natureza, adicionalmente, o preço será convertido para dólar, caso o fechamento da operação ocorra após o dia 31 de março de 2024. Esta operação está sujeita à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") e demais condições precedentes habituais deste tipo de transação. Até que todas as condições precedentes sejam concluídas, nenhum registro contábil será efetuado.

1.2.10. Juros sobre capital próprio e dividendos antecipados pago pela Companhia: Em 11 de dezembro de 2023, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o pagamento de juros sobre capital próprio ("JCP"), no valor bruto total de R\$379.503 à razão de R\$1,038501595 por ação ordinária e R\$1,142351755 por ação preferencial "A" e "B", a título de remuneração baseada no lucro demonstrado no balanço trimestral da Companhia datado de 30 de setembro de 2023. Os juros sobre capital próprio possuem retenção de 15% de imposto de renda na fonte, exceto para os acionistas que sejam comprovadamente imunes ou isentos, conforme legislação em vigor. Este imposto, no valor de R\$56.925, foi retido e compensado com crédito fiscal em dezembro de 2023. Além disso, os juros sobre o capital, ora declarados, foram imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social de 2023, deduzidos do montante que for declarado pela Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2024, conforme previsão estatutária e legal (vide nota explicativa 25.2.). A Reunião da Diretoria de 05 de dezembro de 2023 aprovou o pagamento de dividendos intermediários no valor total de R\$30.000 à razão de R\$0,082094339 por ação ordinária e R\$0,090303773 por ação preferencial "A" e "B", a título de remuneração baseada no lucro demonstrado no balanço trimestral da Companhia datado de 30 de junho de 2023.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro International Financial Reporting Standards ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), (atualmente denominadas "normas contábeis IFRS"), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC Interpretations), e que evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais são consistentes com as utilizadas pela Administração em sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia estão expressas em milhares de Reais ("R\$") e as divulgações de montantes em outras moedas, quando necessário, também foram efetuadas em milhares, exceto se expresse de outra forma. A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas, que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, incluindo a divulgação dos passivos contingentes assumidos. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros. As práticas contábeis que requerem maior nível de julgamento e complexidade, bem como para as quais estimativas e premissas são significativas, estão divulgadas na nota 3.2.36. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de terrenos e edificações na data de transição para as normas contábeis IFRS e CPCs, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: (i) instrumentos financeiros derivativos e não derivativos mensurados pelo valor justo; (ii) pagamentos baseados em ações e benefícios a empregados mensurados pelo valor justo; e (iii) ativos biológicos mensurados pelo valor justo. As principais políticas contábeis materiais aplicadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão divulgadas na nota 3. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas considerando a continuidade de suas atividades operacionais.

3. Resumo das políticas contábeis materiais: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas utilizando informações da Companhia e de suas controladas na mesma data-base, (exceto as coligadas Ensyn e Spinnova), bem como, políticas e práticas contábeis consistentes. As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas, consistentes com aquelas utilizadas na controladora. Não houve mudança de qualquer natureza em relação a tais políticas e métodos de cálculos de estimativas, exceto pelas novas políticas contábeis apresentadas na nota 3.1, adotadas a partir de 1º de janeiro de 2023.

3.1 Normas contábeis contábeis e mudanças nas políticas contábeis: As novas normas e interpretações emitidas, até a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, estão descritas a seguir.

3.1.1 CPC 26 (R1)/IAS 1 - e expediente prático 2 do IFRS - Divulgação de Políticas Contábeis (Aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em/ou após 1º de janeiro de 2023): Alteram os requisitos do CPC 26/IAS 1 no que diz respeito à divulgação de políticas contábeis. As alterações substituem todas as instâncias do termo "políticas contábeis significativas" por "informações de políticas contábeis materiais". As informações de políticas contábeis são materiais se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, pode-se razoavelmente esperar que influenciem as decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras. Ao aplicar as alterações, a entidade divulga suas políticas contábeis relevantes, ao invés de suas políticas contábeis significativas. Os parágrafos de suporte do CPC 26/IAS 1 também foram alterados para esclarecer que a informação da política contábil, relacionados a transações, outros acontecimentos ou condições irrelevantes são irrelevantes e não precisam ser divulgadas. As informações de política contábil podem ser relevantes devido à natureza das transações relacionadas, outros eventos ou condições, mesmo que os valores sejam imateriais. No entanto, nem todas as informações de política contábil, relacionadas a transações, outros eventos ou condições materiais são, por si só, relevantes. A Companhia e a Suzano avaliaram o conteúdo deste pronunciamento e não identificaram impactos.

3.1.2 CPC 23/ IAS 8 - Definição de Estimativas Contábeis (Aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em/ou após 1º de janeiro de 2023): A alteração substitui a definição de "mudança de estimativa contábil" por "estimativa contábil". De acordo com a nova definição, as estimativas contábeis são "valores monetários nas demonstrações financeiras que estão sujeitos à incerteza de mensuração". A definição de mudança de estimativa contábil foi eliminada. No entanto, o IASB manteve o conceito de mudanças nas estimativas contábeis na norma, com os seguintes esclarecimentos: (i) Uma mudança na estimativa contábil que resulta de novas informações ou novos desenvolvimentos não é a correção de um erro; e (ii) Os efeitos de uma mudança em um dado ou técnica de mensuração usada para desenvolver uma estimativa contábil são mudanças nas estimativas contábeis se não resultarem da correção de erros de períodos anteriores. A Companhia e a Suzano avaliaram o conteúdo deste pronunciamento e não identificaram impactos.

3.1.3 CPC 32/ IAS 12 - Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação (Aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em/ou após 1º de janeiro de 2023): As alterações introduzem uma outra exceção à isenção do reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, uma entidade não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e não afete nem o lucro contábil nem o lucro tributável. Por exemplo, isso pode surgir no reconhecimento de um passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso correspondente aplicando o CPC 06 (R2)/IFRS 16 -

Arrendamentos na data de início de um arrendamento. Em consonância com as alterações do CPC 32/IAS 12, uma entidade é obrigada a reconhecer os respectivos ativos e passivos diferidos, sendo que o reconhecimento de ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade da CPC 32/IAS 12. As alterações aplicam-se a transações que ocorram no ou após o início do período comparativo mais antigo apresentado. Além disso, no início do período comparativo mais antigo, uma entidade reconhece: (i) um ativo fiscal diferido (na medida em que seja provável que o lucro tributável estará disponível contra o qual a diferença temporária dedutível pode ser utilizada) e um passivo fiscal diferido para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a: • ativos de direito de uso e passivos de arrendamento; e • desativação, restauração e passivos semelhantes e os valores correspondentes reconhecidos como parte do custo do ativo relacionado. (ii) o efeito cumulativo da aplicação inicial das alterações como um ajuste ao saldo inicial dos lucros acumulados ou outro componente do patrimônio líquido, conforme aplicável, naquela data. A Companhia e a Suzano avaliaram o conteúdo deste pronunciamento e não identificaram impactos.

3.1.4. Alteração ao IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro: Em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico ("OCDE") anunciou as diretrizes do modelo Pilar Dois, buscando uma reforma na tributação corporativa internacional para assegurar que grupos econômicos multinacionais, abrangidos por tais normativas, contribuam com um imposto mínimo efetivo à taxa de 15% sobre o lucro. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, conforme calculado por esse modelo, é denominada alíquota efetiva *Global Anti-Base Erosion Rules* ("GloBE"). Estas regras aguardam aprovação nas legislações locais de cada país. Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações de escopo ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro, visando conceder uma isenção temporária na contabilização de impostos diferidos resultantes da legislação promulgada ou substancialmente promulgada referente à implementação do Pilar Dois da OCDE. A Companhia e suas controladas estão atualmente em processo de avaliação do impacto na implementação das regras do Pilar 2 e no cálculo da receita GloBE.

3.2 Políticas contábeis adotadas: 3.2.1. Demonstrações financeiras individuais: Os investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, cujo investimento é reconhecido inicialmente pelo custo de aquisição e, posteriormente ajustado pelas alterações dos ativos líquidos das investidas. Os investimentos em operações controladas em conjunto são reconhecidos proporcionalmente em relação à participação na operação em conjunto. Adicionalmente, o valor contábil do investimento em controlada é ajustado pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial das controladas, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido da controladora.

3.2.2. Demonstrações financeiras consolidadas: São elaboradas utilizando informações da Companhia e de suas controladas na mesma data-base, (exceto para as coligadas Ensyn e Spinnova), bem como, políticas contábeis consistentes. A Companhia consolida todas as controladas sobre as quais detém o controle de forma direta ou indireta, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu investimento com a investida e tem a capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. Adicionalmente, todas as transações e saldos entre a Companhia e suas controladas, coligadas e investimentos controlados em conjunto foram eliminados na consolidação, bem como os lucros ou prejuízos não realizados decorrentes destas transações, líquidos dos efeitos tributários, os investimentos e os respectivos resultados de equivalência patrimonial. A participação dos acionistas não controladores está destacada.

3.2.3. Demonstração do valor adicionado ("DVA"): A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado ("DVA"), individual e consolidada, como parte integrante das demonstrações financeiras, sendo requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com os critérios definidos no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação destas demonstrações e, portanto, são consideradas informações suplementares, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. Adicionalmente, a Companhia adota como política contábil demonstrar o efeito do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos dentro do grupo de valor adicionado para distribuição.

3.2.4. Investimentos em controladas: São todas as entidades cujas atividades financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e nas quais normalmente há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As entidades controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir.

3.2.5. Investimentos em operações em conjunto: São todas entidades nas quais a Companhia mantém o compartilhamento do controle, contratuamente estabelecido, sobre sua atividade econômica e que existe somente quando as decisões estratégicas, financeiras e operacionais relativas à atividade exigirem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle. Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, os saldos dos ativos, passivos, receitas e despesas são reconhecidos proporcionalmente em relação à participação na operação em conjunto.

3.2.6. Investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto: São reconhecidos inicialmente pelo seu custo e, posteriormente, ajustados pelo método da equivalência patrimonial, sendo acrescido ou reduzido da sua participação no resultado da investida após a data de aquisição. Nos investimentos em coligadas, a Companhia exerce influência significativa, que é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas. Nos empreendimentos controlados em conjunto há o compartilhamento, contratuamente convencionado, do controle de negócio, no qual as decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle. Em relação às coligadas Ensyn e Spinnova, a equivalência é mensurada com base na última informação disponível e não apresenta efeito relevante em relação ao resultado consolidado e, caso tivesse ocorrido algum evento significativo até 31 de dezembro de 2023, o efeito seria ajustado na demonstração financeira consolidada.

3.2.7. Conversão das demonstrações para moeda funcional e de apresentação: A Companhia definiu que, para a controladora e todas as suas controladas, a moeda funcional e de apresentação é o Real. Exceto para os investimentos em coligadas no exterior relativos à Ensyn Corporation, F&E Technologies LLC, Spinnova, Woodspin e Cellulofore, as moedas funcionais são diferentes do Real, cujos efeitos acumulados de ganho ou perda na conversão das demonstrações financeiras, são registrados em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido. As demonstrações financeiras individuais de cada controlada, incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, são preparadas utilizando-se a moeda local em que a controlada opera e convertidas para a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

3.2.7.1. Transações e saldos em moeda estrangeira: São convertidas adotando-se os seguintes critérios: (i) ativos e passivos monetários convertidos pela taxa de câmbio do final do exercício; (ii) ativos e passivos não monetários convertidos pela taxa histórica da transação; (iii) receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média das taxas diárias (PTAX); e (iv) os efeitos acumulados de ganho ou perda na conversão dos itens acima, são registrados no resultado financeiro do exercício. A variação cambial decorrente da conversão de uma operação em moeda estrangeira, anteriormente reconhecida em outros resultados abrangentes, somente será transferida do patrimônio líquido para a demonstração do resultado no momento da baixa da operação. A baixa total ou parcial de participação em subsidiária no exterior ocorre na venda ou encerramento, do todo ou parte da operação.

3.2.8. Economias hiperinflacionárias: Entidades sediadas na Argentina, país considerado de economia hiperinflacionária, são sujeitas aos requerimentos do CPC 42 / IAS 29 - Economias Hiperinflacionárias. Os itens não monetários e o resultado destas entidades são corrigidos pela alteração do índice de correção entre a data inicial de reconhecimento e o fim do exercício de apresentação, a fim de que o balanço da controlada esteja registrado ao valor corrente. Entretanto, a controlada da Suzano sediada na Argentina, tem o Real como moeda funcional e, desta forma, não é considerada uma entidade com moeda hiperinflacionária e não apresenta sua demonstração financeira individual de acordo com o CPC 42 / IAS 29 - Economias Hiperinflacionárias. As demonstrações financeiras são apresentadas ao custo histórico.

3.2.9. Combinações de negócios: São contabilizadas com a utilização do método de aquisição quando há transferência de controle para a adquirente. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócios, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou instrumentos de patrimônio os quais são apresentados como redutores da dívida ou no patrimônio líquido, respectivamente. Na combinação de negócios, são avaliados os ativos adquiridos e passivos assumidos com o objetivo de classificá-los e colocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. Inicialmente, o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis e passivos assumidos, líquidos). Após o reconhecimento inicial, o ágio por expectativa de rentabilidade

futura (*goodwill*) é mensurado pelo custo deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa que serão beneficiadas pela aquisição. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos. Passivos contingentes relacionados a assuntos de natureza tributária, cível e trabalhista, classificados na adquirida como risco de perda possível e remoto, são reconhecidos na adquirente, pelos seus valores justos. As transações de aquisição de investimentos em coligadas e com controle compartilhado são avaliadas conforme aplicam-se as orientações complementares do CPC 15/IFRS- 3 - Combinação de Negócios, CPC 19/IFRS-11 - Negócios em Conjunto e CPC 18/IAS-28 - Investimentos em Coligadas, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto para avaliação dos critérios de reconhecimento inicial. Para os investimentos definidos com base no método da equivalência patrimonial, o investimento é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da adquirente no patrimônio líquido da adquirida a partir da data de aquisição. Nas demonstrações financeiras individuais, o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é mensurado e segregado do valor contábil do investimento. Outros ativos intangíveis identificados na transação deverão ser alocados proporcionalmente à participação adquirida pela Companhia, pela diferença entre os valores contábeis registrados na entidade negociada e seu valor justo apurado (mais valia dos ativos), os quais são passíveis de serem amortizados. O excesso de valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos em relação ao patrimônio líquido na data da aquisição das controladas permanece registrado na conta de investimento na rubrica de mais valia de ativos de controladas.

3.2.10. Informação por segmento: Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio para obter receitas e incorrer despesas. Os segmentos operacionais refletem a forma como a Administração da Companhia revisa as informações financeiras para tomada de decisão. A Administração da Suzano identificou os segmentos operacionais, que atendem aos parâmetros quantitativos e qualitativos de divulgação e representam principalmente canais de venda.

3.2.11. Caixa e equivalentes de caixa: Compreende os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata, cujos vencimentos originais, na data da aquisição, eram iguais ou inferiores a 90 dias, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

3.2.12. Instrumentos financeiros:

3.2.12.1. Classificação: Os instrumentos financeiros são classificados com base nas características individuais e no modelo de gestão do instrumento ou da carteira em que está contido, cujas categorias de mensuração e apresentação são: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio do resultado abrangente; e (iii) valor justo por meio do resultado. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, ou seja, na data em que a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo. Os instrumentos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou sido transferidos, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

3.2.12.1.1. Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado: São instrumentos financeiros mantidos pela Companhia e suas controladas (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Suas variações são reconhecidas na rubrica de resultado financeiro, líquido. Compreende o saldo das rubricas de caixas e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, dividendos a receber e outros ativos, classificados como ativos financeiros e o saldo das rubricas de fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures, contas a pagar de arrendamento, contas a pagar de aquisição de ativos e de controladas, juros sobre capital próprio e dividendos a pagar e outros passivos, classificados como passivos financeiros.

3.2.12.1.2. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente: São instrumentos financeiros mantidos pela Companhia e suas controladas (i) tanto para o recebimento de seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Adicionalmente, são classificados nessa categoria os investimentos em instrumentos patrimoniais, no qual no reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas optaram por apresentar as alterações subsequentes do seu valor justo em outros resultados abrangentes. Suas variações são reconhecidas na rubrica do resultado financeiro, líquido, exceto pelo valor justo dos investimentos em instrumentos patrimoniais, que são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

3.2.12.1.3. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: São classificados nessa categoria, os instrumentos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Suas variações são reconhecidas na rubrica de resultado financeiro, líquido, para instrumentos financeiros não derivativos e na rubrica resultado dos instrumentos financeiros derivativos, para os instrumentos financeiros derivativos. Compreende o saldo das rubricas de aplicações financeiras, classificado como ativos financeiros e dos instrumentos financeiros derivativos, incluindo derivativos embutidos e opções de compra de ações, classificados como ativos e passivos financeiros.

3.2.12.2. Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros:

3.2.12.2.1. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: Anualmente, a Companhia e suas controladas avaliam se há evidência de que o ativo financeiro possa estar sujeito a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), sendo que é registrada, somente, após a verificação do resultado de um ou mais eventos ocorridos posteriormente ao reconhecimento inicial e se impactar nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro que possa ser estimado de maneira confiável. Os critérios utilizados para determinar se há evidência de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) incluem: (i) dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador; (ii) evento de *default* no contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; (iii) quando a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não receberia; (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; e (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira. O montante da perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) é mensurado pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juros original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo financeiro é reduzido e o valor da perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) é reconhecido na demonstração de resultado. Em mensuração subsequente, havendo uma melhora na classificação do ativo, como por exemplo, melhoria no nível de crédito do devedor, a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecida anteriormente, deve ser revertida na demonstração do resultado.

3.2.12.2.2. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente: A Companhia e suas controladas avaliam periodicamente, na mensuração do valor justo, se há evidência de que o ativo financeiro possa estar sujeito a perda por redução ao valor recuperável. Para tais ativos financeiros, uma redução relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo, é uma evidência de que o ativo está deteriorado e a perda por redução ao valor recuperável, mensurada pela diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda reconhecida anteriormente em outros resultados abrangentes, deverá ser reconhecida na demonstração do resultado.

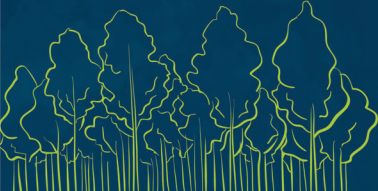
3.2.13. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge: Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e, subsequentemente, são mensurados ao seu valor justo, cujas variações são registradas na rubrica resultado dos instrumentos financeiros derivativos, na demonstração de resultado. Os instrumentos financeiros derivativos embutidos em contratos principais, não derivativos, são tratados como um derivativo separado quando seus riscos e características não estiverem intrinsecamente relacionados aos dos contratos principais e estes não forem mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Para os instrumentos financeiros derivativos embutidos que não possuam característica de opções, estes são separados do seu contrato principal de acordo com os seus termos substantivos expressos ou implícitos, para que o valor justo seja zero no reconhecimento inicial.

3.2.14. Contas a receber de clientes: São registradas pelo valor nominal faturado na data da venda, no curso normal das atividades da Suzano, ajustadas pela variação cambial quando denominadas em moeda estrangeira e, quando aplicável, deduzidas das perdas de crédito esperadas. A Suzano utiliza a matriz de provisões por vencimento com o agrupamento apropriado de sua carteira. Quando necessário, com base em análise individual, a provisão para perda esperada é complementada. A posição de vencimentos da carteira de clientes é analisada mensalmente e, para os clientes que apresentam saldos vencidos é efetuada uma avaliação específica de cada um, considerando o risco de perda envolvido, a existência de seguros contratados, cartas de crédito, garantias reais e situação financeira. Em caso de inadimplência, esforços de cobrança são efetuados, por meio de contatos diretos com os clientes e cobrança

continua ★



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadao.estadao.com.br/publicacoes/>



SUZANO HOLDING S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 60.651.809/0001-05

SUZANO

Holding

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

por meio de terceiros. Caso esses esforços não sejam suficientes, medidas judiciais são consideradas e é registrada uma perda de crédito esperada em contrapartida à rubrica despesas com vendas na demonstração de resultado. Os títulos são baixados contra a provisão, à medida que a Administração considera que estes não são mais recuperáveis após ter tomado todas as medidas cabíveis para recebê-los. **3.2.15. Estoques:** São avaliados ao custo médio de aquisição ou formação dos produtos acabados, líquido dos tributos recuperáveis e seu valor líquido de realização. O custo dos produtos acabados e em elaboração inclui matérias-primas, mão de obra, custo de produção, transporte e armazenagem e despesas gerais de produção, que estão relacionados a todos os processos necessários para a colocação dos produtos em condições de venda. As importações em andamento são apresentadas pelo custo incorrido até a data do balanço. O custo da madeira transferida da rubrica de ativos biológicos para estoques é mensurado ao valor justo mais os gastos com colheitas e frete. Provisões para perda, ajustes a valor líquido de realização, itens deteriorados e estoques de baixa movimentação são registrados quando necessário. As perdas normais de produção integram o custo de produção do respectivo mês, enquanto as perdas anormais, se houver, são registradas diretamente na rubrica de custo dos produtos vendidos sem transitar pelos estoques. **3.2.16. Ativos não circulantes mantidos para venda:** São mensurados com base no menor montante entre o valor contábil e o valor justo, deduzidos das despesas de venda e não são depreciados ou amortizados. Tais itens somente são classificados nesta rubrica quando a venda for altamente provável e os itens estiverem disponíveis para venda imediata em suas condições atuais. **3.2.17. Ativos biológicos:** Os ativos biológicos para produção (florestas maduras e imaturas) são florestas de eucalipto de reflorestamento, com ciclo de formação entre o plantio até a colheita de 6 (seis) a 7 (sete) anos, mensurados ao valor justo menos as despesas de vendas. A exaustão é mensurada pela quantidade de ativo biológico exaurido (colhido) e avaliado ao seu valor justo no momento da sua colheita. Para a determinação do valor justo, foi aplicada a técnica da abordagem de receita (*"income approach"*) utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado, de acordo com o ciclo de produtividade projetado para estes ativos. As premissas utilizadas na mensuração do valor justo são revistas semestralmente, pois a Suzano considera que esse intervalo é suficiente para que não haja defasagem significativa do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado contabilmente. As premissas significativas estão apresentadas na nota 13. O ganho ou perda na avaliação do valor justo é reconhecido na rubrica receitas (despesas) operacionais, líquidas. Os ativos biológicos em formação com idade inferior a 2 (dois) anos são mantidos contabilmente pelo seu custo de formação. As áreas de preservação ambiental permanente não são registradas contabilmente, por não se caracterizarem como ativos biológicos, e não são incluídos na mensuração ao valor justo. **3.2.18. Imobilizado:** Mensurado pelo custo de aquisição, formação, construção ou restauração, líquido dos impostos recuperáveis. Este custo é deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável, que é o maior valor entre o de uso e o de venda, menos os custos de venda. Os custos de empréstimos e financiamentos são registrados como parte dos custos do imobilizado em andamento, considerando a taxa média ponderada, ajustada pela equalização dos efeitos cambiais, de empréstimos e financiamentos, vigente na data da capitalização de acordo com a política da Companhia e suas controladas. A depreciação é reconhecida com base na vida útil econômica estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente. Os terrenos não sofrem depreciação. A Companhia e suas controladas realizam anualmente a análise de indícios de perda no valor recuperável (*impairment*) do ativo imobilizado. A provisão para perda ao valor recuperável do ativo imobilizado somente é reconhecida se a unidade geradora de caixa ("UGC") à qual o ativo está relacionado sofrer perda por desvalorização. Essa condição também se aplica mesmo se o valor recuperável do ativo for menor do que seu valor contábil. O valor recuperável do ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo líquido de despesas de vendas. O custo das principais reformas é capitalizado quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o desempenho inicialmente estimado para o ativo e são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado. Os demais custos com reparos e manutenção são apropriados ao resultado quando incorridos. Os ganhos e as perdas em alienações de ativos imobilizados são mensurados pela comparação do valor da venda e o valor contábil residual e são reconhecidos na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais, líquidas na data de alienação. **3.2.19. Arrendamento:** Um contrato é de, ou contém um arrendamento se por meio dele é transferido o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação, para o qual é necessário avaliar se: (i) o contrato envolve o uso de um ativo identificado, que pode estar explícito ou implícito, e pode ser fisicamente distinto ou representar substancialmente toda a capacidade de um ativo fisicamente distinto. Se o fornecedor tiver o direito substancial de substituir o ativo, então o ativo não é identificado; (ii) a Companhia e suas controladas têm o direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do uso do ativo durante o período do contrato; e (iii) a Companhia e suas controladas têm o direito de direcionar o uso do ativo. A Companhia e suas controladas têm o direito de tomada de decisão para alterar como e para qual finalidade o ativo é usado, se: • tem o direito de operar o ativo, ou • projetou o ativo, de forma que predetermine como e para qual finalidade será usado. No início do contrato, a Companhia e suas controladas reconheceram um ativo com direito de uso e um passivo de arrendamento que representa a obrigação de efetuar os pagamentos relacionados ao ativo subjacente do arrendamento. O ativo de direito de uso é inicialmente mensurado pelo custo e compreende o montante inicial do passivo de arrendamento ajustado por qualquer pagamento efetuado até a data de início do contrato, adicionado de qualquer custo direto inicial incorrido e estimativa de custo de desmontagem, remoção, restauração do ativo no local onde está localizado, menos qualquer incentivo recebido. O ativo de direito de uso é depreciado subsequentemente usando o método linear desde a data de início até o término do prazo do arrendamento. Com exceção aos contratos de terrenos que são prorrogados automaticamente por igual período por meio de notificação ao arrendador, para os demais não são permitidas renovações automáticas e por prazo indeterminado, assim como o exercício da extinção contratual é um direito de ambas as partes. O passivo de arrendamento bruto de PIS/COFINS é inicialmente mensurado pelo valor presente, descontado com base na taxa nominal de empréstimo incremental. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando existir mudança: (i) nos pagamentos futuros decorrentes de uma mudança em índice ou taxa; (ii) na estimativa do montante esperado a ser pago no valor residual garantido; ou (iii) na avaliação se a Companhia e suas controladas exercerão a opção de compra, prorrogação ou rescisão. Quando o passivo de arrendamento é remensurado, o valor do ajuste correspondente é registrado no valor contábil do ativo de direito de uso e no resultado, se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Companhia não possui registrados contratos de arrendamento com cláusulas de: (i) pagamentos variáveis que sejam baseados na performance dos ativos arrendados; (ii) garantia de valor residual; e (iii) restrições, como por exemplo, obrigação de manter coeficientes financeiros. Os contratos de baixo valor ou de curto prazo, enquadrados na isenção da norma, cujos valores individuais dos ativos são inferiores a US\$5 ou com prazo de vencimento inferior a 12 meses, são reconhecidos no resultado quando incorridos. **3.2.20. Intangível:** Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios têm seu custo definido como o valor justo na data de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) sempre que houver indício de perda de seu valor econômico. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa relacionada ao seu uso e consistente com a vida útil econômica do ativo intangível. As amortizações de contrato de fornecedores e serviços portuários, concessão de portos, contratos de arrendamento e cultivares são registrados no custo das vendas, a amortização com relacionamento com clientes nas despesas comerciais, amortizações de marcas e patentes, acordo de não competição, acordo de pesquisa e desenvolvimento e implantação de sistemas nas despesas administrativas, enquanto que as amortizações de softwares são registradas de acordo com a sua utilização, podendo ser custo das vendas, despesas administrativas ou comerciais. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação às perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), individualmente ou no nível da UGC. A alocação é feita para a UGC ou grupo de UGCs que representa o menor nível dentro da entidade, no qual o ágio é monitorado para propósitos internos da Administração, e que se beneficiou da combinação de negócios. A Suzano registra neste subgrupo principalmente ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) e servidão de passagem. A realização do teste envolveu a adoção de premissas e julgamentos, divulgados na nota 16. **3.2.21. Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), correntes e diferidos e incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro (ICPC 22/IFRIC 23):** Os tributos sobre o lucro compreendem o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, correntes e diferidos. Esses tributos são reconhecidos na

demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica de ajuste de avaliação patrimonial. O encargo corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas nos países em que a Companhia e suas controladas e coligadas atuam e geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais. Os impostos e contribuições diferidos passivos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Os impostos e contribuições diferidos são determinados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço e, que devem ser aplicadas quando forem realizados ou quando forem liquidados. Impostos e contribuições diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas e coligadas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia, e desde que seja provável que a diferença temporária não seja revertida em um futuro previsível. Os impostos e contribuições diferidos ativos e passivos são compensados e apresentados pelo montante líquido no balanço sempre que relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. **3.2.22. Fornecedores:** Corresponde às obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva e ajustadas pelas variações monetárias e cambiais incorridas, quando aplicável. **3.2.23. Empréstimos, financiamentos e debêntures:** São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e liquidados é reconhecida na demonstração do resultado, utilizando o método da taxa efetiva de juros durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto. Os custos de empréstimos e financiamentos, que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável de acordo com a política da Companhia e suas controladas, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que resultará em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. A Companhia e suas controladas não possuem empréstimos específicos para obtenção de ativos qualificáveis. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **3.2.24. Provisões, ativos e passivos contingentes:** Os ativos contingentes não são registrados. O reconhecimento somente é realizado quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, quando os benefícios econômicos decorrentes de ações judiciais são praticamente certos e cujo valor seja possível ser mensurado com segurança. Os ativos contingentes avaliados como êxitos prováveis são divulgados em nota explicativa, quando material. Uma provisão é reconhecida na medida em que a Companhia e suas controladas esperam desembolsar fluxos de caixa, que possa ser mensurada com segurança. Os processos tributários, cíveis, ambientais e trabalhistas são provisionados quando as perdas são avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança, sendo registrados líquidos dos depósitos judiciais, na rubrica de "provisões para passivos judiciais". Quando a expectativa de perda nestes processos é possível, uma descrição dos processos e montantes envolvidos é divulgada nas notas explicativas. Passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados. Os passivos contingentes de combinações de negócios são reconhecidos se forem decorrentes de uma obrigação presente que surgiu de eventos passados e se o seu valor justo puder ser mensurado com confiabilidade. São mensurados pelo maior valor entre: (i) o valor que seria reconhecido de acordo com a política contábil de provisões acima descrita; ou (ii) o valor inicialmente reconhecido, deduzido, quando for o caso, da receita reconhecida de acordo com a política de reconhecimento de receita de contrato com cliente. Os valores de principal e multas referentes aos processos: tributários, cíveis, ambientais e trabalhistas são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais e os juros são reconhecidos no resultado financeiro líquido. A realização dos passivos judiciais e contingentes decorrentes das combinações de negócios, referente aos processos possíveis e remotos, são reconhecidos na rubrica de outros resultados operacionais, ou caixa a depender da decisão judicial. **3.2.25. Provisão para desmobilização de ativos:** Compreende o custo para a desmobilização de células de aterro industrial e desativação dos ativos vinculados aos aterros. O reconhecimento inicial é um passivo de longo prazo em contrapartida ao ativo imobilizado vinculado e corresponde ao valor presente do fluxo de caixa dos pagamentos futuros descontado por uma taxa livre de risco ajustada. O passivo de longo prazo é remensurado por uma taxa de desconto de longo prazo, reconhecido na rubrica de outros passivos em contrapartida ao resultado financeiro. O ativo imobilizado vinculado é depreciado linearmente pela vida útil do bem principal em contrapartida à rubrica de custo de produto vendido na demonstração de resultado. **3.2.26. Pagamento baseado em ações:** Os executivos e administradores da Suzano recebem parcela de sua remuneração por meio de planos de pagamento baseado em ações com liquidação em dinheiro e em ações, com alternativa de liquidação em dinheiro. As despesas com os planos são reconhecidas no resultado em contrapartida a um passivo financeiro, durante o período de aquisição quando os serviços são recebidos. O passivo financeiro é mensurado a valor justo a cada data de balanço e a variação é reconhecida na rubrica despesas administrativas, na demonstração de resultado. Na data de exercício da opção e na situação de tais opções serem exercidas pelo executivo para recebimento de ações da Suzano, o passivo financeiro é reclassificado para a rubrica opções de ações outorgadas no patrimônio líquido. No caso de exercício da opção em dinheiro, a Suzano líquida o passivo financeiro em favor do executivo. **3.2.27. Benefícios a empregados:** A Companhia e suas controladas oferecem benefícios relativos a plano de aposentadoria suplementar de contribuição definida a todos os funcionários e assistência médica e seguro de vida para determinado grupo de ex-funcionários, sendo que para os dois últimos benefícios, anualmente, são elaborados estudos atuariais por profissional independente e são revisados pela Administração. O respectivo impacto é reconhecido na rubrica de passivos atuariais. As mensurações, que compreendem os ganhos e perdas atuariais, são reconhecidas na rubrica de ajuste de avaliação patrimonial quando incorridos. Os juros incorridos, decorrentes das alterações no valor presente do passivo atuarial, são registrados na rubrica de despesas financeiras, na demonstração de resultado. **3.2.28. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Um ativo é reconhecido somente quando for provável que seu benefício econômico futuro será gerado em favor da Companhia e suas controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. **3.2.29. Subvenções e assistências governamentais:** As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas a valor justo quando há razoável segurança de que as condições estabelecidas foram cumpridas e o benefício será recebido. São registradas como redução de despesa no resultado de fruição do benefício e, posteriormente, são reclassificadas de lucros acumulados para reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido, quando aplicável. **3.2.30. Dividendos e juros sobre o capital próprio:** A distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio é reconhecida como um passivo, apurado com base na legislação societária, no estatuto social e na política de dividendos da Companhia e suas controladas. A Suzano estabelece que o dividendo mínimo anual é o menor valor entre (i) 25% do lucro líquido ajustado ou (ii) 10% da geração de caixa operacional consolidado no exercício e, desde que declarados antes do final do exercício. A Companhia estabelece o dividendo mínimo no valor de 25% do lucro líquido ajustado. Qualquer parcela excedente dos dividendos mínimos obrigatórios, caso seja declarada após a data do balanço, deve ser registrada na rubrica dividendos adicionais propostos, no patrimônio líquido, até aprovação pelos acionistas em assembleia geral. Após aprovação, é efetuada a reclassificação para o passivo circulante. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado na rubrica de imposto de renda. **3.2.31. Capital social:** Na Companhia e nas suas controladas, as ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos de transação diretamente atribuíveis à oferta pública são registrados, de forma destacada, em conta redutora do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos fiscais. **3.2.32. Reconhecimento da receita:** As receitas de contratos com clientes são reconhecidas à medida em que ocorre a transferência do controle dos produtos aos clientes, representada pela capacidade de determinar o uso dos produtos e de obter substancialmente a totalidade dos benefícios restantes provenientes dos produtos. Para isso, a Suzano utiliza o modelo de 5 etapas: (i) identificação dos contratos com os clientes (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos (iii) determinação do preço da transação (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida. Para o segmento operacional Celulose, o reconhecimento da receita ocorre quando da transferência do controle ao comprador que assume os benefícios

remanescentes do ativo e baseia-se nos parâmetros previstos pelo (i) Termos Internacionais de Comércio (*"Incoterms"*) correspondente, quando destinado ao mercado externo e (ii) tempo de trânsito (*"lead time"*), quando destinado ao mercado interno. Para os segmentos operacionais Papel e Bens de Consumo, o reconhecimento da receita ocorre quando da transferência do controle ao comprador que assume os benefícios remanescentes do ativo e baseia-se nos parâmetros previstos pelo (i) Termos Internacionais de Comércio (*"Incoterms"*) correspondente e (ii) no tempo de trânsito (*"lead time"*) e são produtos destinados aos mercados externo e interno. São mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos e reconhecida em conformidade com o regime contábil de competência, quando o valor é mensurado com segurança. A experiência acumulada é usada para estimar e registrar as provisões para abatimentos e descontos por meio do método de valor estimado. A receita é reconhecida apenas na medida em que for altamente provável que não irá ocorrer uma reversão significativa. Uma provisão para reembolso (incluído em contas a receber de clientes) é reconhecida para os abatimentos e descontos estimados a pagar a clientes com relação a vendas realizadas até o fim do exercício. As vendas são realizadas no curto prazo, portanto, não têm caráter de financiamento e não são descontadas ao valor presente. **3.2.33. Receitas e despesas financeiras:** Abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros, pela taxa efetiva de juros que inclui a amortização de custos de captação, ganhos e perdas nos instrumentos financeiros derivativos, juros sobre empréstimos e financiamentos, variações cambiais sobre empréstimos e financiamentos e outros ativos e passivos financeiros e variações monetárias sobre outros ativos e passivos. As receitas e despesas de juros são reconhecidas no resultado por meio do método dos juros efetivos. **3.2.34. Resultado básico por ação:** O cálculo do lucro (prejuízo) básico por ação é efetuado por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, somadas à quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais diluidoras. **3.2.35. Participação dos funcionários e administradores no resultado:** Os funcionários têm direito a uma participação no resultado com base em determinadas metas acordadas anualmente. Já para os administradores são utilizadas como base as disposições estatutárias, propostas pelo Conselho de Administração e aprovadas pelos acionistas. As provisões para participação são reconhecidas na rubrica de salários e encargos sociais em contrapartida a rubrica de despesa administrativa, durante o período em que as metas são atingidas. **3.2.36. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais:** Conforme divulgado na nota 2, a Administração utilizou-se de julgamentos, estimativas e premissas contábeis com relação ao futuro, cuja incerteza pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos, passivos, receitas e despesas em exercícios futuros, e são apresentados a seguir: • controle, influência significativa e consolidação (nota 1.1); • transações com pagamento baseado em ações (nota 22); • transferência de controle para reconhecimento da receita (nota 28); • valor justo de instrumentos financeiros (nota 4); • análise anual do valor recuperável de ativos não financeiros (notas 15 e 16); • perdas de créditos esperadas no contas a receber (nota 7); • provisão para perdas nos estoques (nota 8); • análise anual do valor recuperável de tributos (notas 9 e 12); • valor justo dos ativos biológicos (nota 13); • vida útil dos bens do ativo imobilizado e intangíveis com vida útil definida (notas 15 e 16); • análise anual do valor recuperável do ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) (nota 16); • arrendamento (nota 19); • provisão para passivos judiciais (nota 20); e • benefícios de aposentadoria (nota 21). A Companhia e suas controladas revisam continuamente as premissas utilizadas em suas estimativas contábeis e qualquer alteração, é reconhecida nas demonstrações financeiras no período em que tais revisões são efetuadas. **3.3 Políticas contábeis ainda não adotadas:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não adotadas até 31 de dezembro de 2023, estão descritas a seguir. A Companhia e suas controladas pretendem adotar essas novas normas, alterações e interpretações, se aplicável, quando entrarem em vigor e não esperam ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **3.3.1 Alterações ao CPC 40 (R1)/IFRS 7 - Acordos de financiamentos de fornecedores e no CPC 03 (R1)/IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa (aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024):** As alterações passam a requerer que a entidade divulgue informações adicionais sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permita aos usuários avaliar os efeitos desses acordos nos passivos e fluxos de caixa da entidade e na exposição da entidade ao risco de liquidez. As divulgações requeridas pelas alterações, que permitiriam a compreensão dos efeitos desses acordos sobre os passivos, fluxos de caixa e liquidez incluem: (a) os termos e as condições dos acordos; (b) no início e no encerramento do período de reporte: (i) os valores contábeis, e as rubricas associadas apresentadas no balanço patrimonial da entidade, dos passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores; (ii) os valores contábeis, e rubricas associadas, dos passivos financeiros divulgados de acordo com o item (i) para os quais os fornecedores já receberam o pagamento dos financiadores; e (iii) a faixa de datas de vencimento. (c) o tipo e o efeito de alterações não caixa nos valores contábeis dos passivos financeiros divulgados de acordo com o item (b)(i). **3.3.2 Alterações ao CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Passivo de arrendamento em uma transação de venda e retroarrendamento (sale and leaseback) (aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024):** O item 100(a) do CPC 06 exige que um vendedor-arrendatário avalie o ativo de direito de uso resultante de uma transação de venda e retroarrendamento na proporção do saldo contábil anterior do ativo que se relaciona com o direito de uso que o vendedor-arrendatário retém. Assim, numa transação de venda e retroarrendamento, o vendedor-arrendatário reconhece apenas a quantia de qualquer ganho ou perda relacionado com os direitos transferidos para o comprador-arrendador. As alterações refletirão na mensuração do passivo de arrendamento do vendedor-arrendatário a fim de restringir o reconhecimento de qualquer ganho referente ao direito de uso mantido, fazendo com que o vendedor-arrendatário reconheça no resultado do exercício a diferença entre os pagamentos efetuados pelo arrendamento e os pagamentos que reduzem o valor contábil do passivo de arrendamento. **3.3.3 Alterações ao CPC 26 (R1)/IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulantes e passivos não circulantes com covenants (aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024):** As alterações aprimoram as informações fornecidas pela entidade quando o seu direito de diferir a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses está sujeito ao cumprimento de cláusulas restritivas (*covenants*). A classificação de passivos como circulantes ou não circulantes baseia-se no cumprimento de *covenants* que sejam requeridos na data de reporte ou antes dessa data, mas nunca em relação a eventos futuros, além de requerer divulgação de informações nas notas explicativas que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar o risco de que o passivo possa se tornar exigível dentro de doze meses, incluindo as condições pactuadas (por exemplo, sua natureza e a data em que a entidade deve cumpri-las), se a entidade teria cumprido as condições com base em suas circunstâncias no final do período de reporte e como a entidade espera cumprir as condições após o final do período de reporte. **3.3.4 Alterações do CPC 02 (R2)/IAS 21: Ausência de permutabilidade (aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2025):** As alterações criaram requerimentos para que a entidade aplique uma abordagem consistente para avaliar se uma moeda é permutável por outra moeda e, quando não for, para determinar a taxa de câmbio apropriada a utilizar e as divulgações a serem realizadas. Nesse contexto, a permutabilidade é tida como inexistente quando, para um determinado fim, a entidade não consegue obter mais do que uma quantia insignificante de moeda estrangeira. Para tal, a entidade avalia: (i) a tempestividade para se obter moeda estrangeira; (ii) a habilidade prática (e não intenção) de obter moeda estrangeira; e (iii) os mercados ou mecanismos de troca disponíveis que criam direitos e obrigações executáveis. **4. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos: 4.1. Gerenciamento de riscos financeiros: 4.1.1. Visão geral:** Em decorrência de suas atividades, a Suzano está exposta a diversos riscos financeiros, os quais são gerenciados em conformidade com as Políticas de Gestão de Riscos Financeiros, de Risco de Contrapartes e Emissores, de Endividamento Financeiro, de Gestão de Derivativos e de Gestão de Caixa ("Políticas Financeiras"), as quais foram aprovadas pelo Conselho de Administração. Os principais fatores considerados pela Administração são: (i) liquidez; (ii) crédito; (iii) taxas de câmbio; (iv) taxas de juros; (v) oscilações de preços de commodities; e (vi) capital. A Administração foca na geração de resultados consistentes e sustentáveis ao longo do tempo, entretanto, em decorrência dos fatores de riscos externos, níveis indesejados de volatilidade podem influenciar a geração de caixa e resultados da Companhia e da Suzano. A Suzano dispõe de políticas e procedimentos para a gestão dos riscos financeiros, que visam: (i) reduzir, mitigar ou transferir exposições visando proteger o fluxo de caixa e o patrimônio da Suzano contra oscilações de preços de mercado de insumos e produtos, taxas de câmbio e de juros, índices de preços e de correção ("riscos de mercado") ou ainda outros ativos ou instrumentos negociados em mercados líquidos ou não ("riscos de liquidez") aos quais o valor dos ativos, passivos ou geração de caixa estejam expostos; (ii) estabelecer limites e instrumentos com o objetivo de

continua ★



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadao.estadao.com.br/publicacoes/>

SUZANO HOLDING S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 60.651.809/0001-05

SUZANO

Holding

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

alocar o caixa da Suzano dentro de parâmetros aceitáveis de exposição de risco de crédito de instituições financeiras; e (iii) otimizar a contratação de instrumentos financeiros para proteção da exposição em risco, considerando e se beneficiando de *hedges* naturais e das correlações entre os preços de diferentes ativos e mercados, evitando o desperdício de recursos com a contratação de operações de modo ineficiente. As operações financeiras contratadas pela Suzano visam a proteção das exposições existentes, sendo vedada à assunção de novos riscos que não aqueles decorrentes de suas atividades operacionais. Instrumentos de *hedge* são contratados exclusivamente visando proteção e são pautados nos seguintes termos: (i) proteção do fluxo de caixa contra descasamento de moedas; (ii) proteção do fluxo de receita para liquidação e juros de dívidas às oscilações de taxas de juros e moedas; e (iii) oscilações no preço da celulose ou outros insumos relacionados a produção. A Tesouraria é a responsável pela identificação, avaliação e busca de proteção contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração aprova as políticas financeiras que estabelecem os princípios e normas para a gestão de risco global, as áreas envolvidas nestas atividades, o uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e a alocação do excedente de caixa. A Suzano utiliza os instrumentos financeiros de maior liquidez, e: (i) não contrata operações alavancadas ou com outras formas de opções embutidas que alterem sua finalidade de proteção (*hedge*); (ii) não possui dívida com duplo indexador ou outras formas de opções implícitas; e (iii) não tem operações que requeiram depósito de margem ou outras formas de garantia para o risco de crédito das contrapartes. A Suzano não adota a modalidade de contabilização *hedge accounting*. Dessa forma, os ganhos e perdas mensurados nas operações com derivativos, estão integralmente reconhecidos na demonstração do resultado e divulgados na nota 27. **4.1.2. Classificação:** Todas as transações com instrumentos financeiros estão reconhecidas contabilmente e classificadas nas seguintes categorias:

		Consolidado		Controladora	
	Nota	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativos					
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa	5	8.392.148	9.573.947	36.734	62.340
Contas a receber de clientes	7	6.849.192	9.614.753		
Dividendos a receber	11		7.334	364.302	882
Outros ativos ⁽¹⁾		737.222	931.173		
		15.978.562	20.127.207	401.036	63.222
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes					
Investimentos - Celluforce		23.606	24.917		
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	4.5.1	4.430.454	4.873.749		
Aplicações financeiras	6	13.267.286	7.965.742		
		17.697.740	12.839.491		
		33.699.908	32.991.615	401.036	63.222
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores	17	5.572.219	6.206.570		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18.1	77.172.692	74.574.591		
Contas a pagar de arrendamento	19.2	6.248.568	6.183.229	4.786	699
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas	23	187.187	2.062.322		
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	11	1.275.597	5.106	322.578	
Outros passivos ⁽¹⁾		116.716	147.920		
		90.572.979	89.179.738	327.364	699
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	4.5.1	2.436.072	4.846.795		

⁽¹⁾ Não inclui itens não classificados como instrumentos financeiros. **4.1.3. Valor justo dos empréstimos e financiamentos:** Os instrumentos financeiros são registrados pelos seus valores contratuais. Os contratos de instrumentos financeiros derivativos, utilizados exclusivamente com a finalidade de proteção, são mensurados ao valor justo. Para determinação dos valores de mercado dos instrumentos financeiros negociados em mercados públicos e liquidados, foram utilizadas as cotações de mercado de fechamento nas datas dos balanços. O valor justo dos swaps de taxas de juros e índices é calculado com base no valor presente dos seus fluxos de caixa futuros, descontados às taxas de juros correntes disponíveis para as operações com condições e prazos de vencimento remanescentes similares. Este cálculo é feito com base nas cotações da B3 e ANBIMA para transações de taxas de juros em reais e do Federal Reserve Bank of New York e Bloomberg para transações de taxa Secured Overnight Financing Rate ("SOFR"). O valor justo dos contratos futuros ou a termo de taxas de câmbio é determinado usando-se as taxas de câmbio forward prevalentes nas datas dos balanços, de acordo com as cotações da B3. Para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados de balcão ou sem liquidez, são utilizadas diversas premissas e métodos baseados nas condições normais de mercado e não para liquidação ou venda forçada, em cada data de balanço, incluindo a utilização de modelos de precificação de opções, como Garman-Kohlhagen, e estimativas de valores descontados de fluxos de caixa futuros. O valor justo dos contratos para fixação de preços de bunker de petróleo é obtido com base nas cotações do índice Platts. O resultado da negociação de instrumentos financeiros é reconhecido nas datas de fechamento ou contratação das operações, onde a Suzano se compromete a comprar ou vender estes instrumentos. As obrigações decorrentes da contratação de instrumentos financeiros são eliminadas de nossas demonstrações financeiras apenas quando estes instrumentos expiram ou quando os riscos, obrigações e direitos deles decorrentes são transferidos. Os valores justos estimados dos empréstimos e financiamentos são apresentados a seguir:

		Consolidado	
	Curva de desconto/ Metodologia	31/12/2023	31/12/2022
Cotados no mercado secundário			
Em moeda estrangeira			
Bonds	Mercado secundário	38.703.379	40.309.832
Estimados ao valor presente			
Em moeda estrangeira			
Créditos de exportação			
("Pré-pagamento de exportação")	SOFR	17.783.760	17.724.315
Financiamento de ativos	SOFR	278.107	138.644
IFC - <i>International Finance Corporation</i>	SOFR	3.198.761	
BNDES - UMBNDES	DI 1		10.866
Em moeda nacional			
BNDES - TJLP	DI 1	215.458	292.487
BNDES - TLP	DI 1	2.712.762	1.393.010
BNDES - Fixo	DI 1	3.903	21.656
BNDES - Selic ("Sistema Especial de Liquidação e de Custódia")	DI 1	686.798	575.129
Financiamento de ativos	DI 1	75.622	
CRA ("Certificado de Recebíveis do Agronegócio")	DI 1/IPCA		1.835.336
Debêntures	DI 1	8.881.277	5.643.440
NCE ("Notas de Crédito à Exportação")	DI 1	110.396	1.384.396
NCR ("Nota de Crédito Rural")	DI 1	2.228.806	294.089
Créditos de exportação ("Pré-pagamento de exportação")	DI 1	824.035	1.320.415
		75.703.064	70.943.615

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos estão divulgados na nota 18. A Administração considera que para os demais ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, os seus valores contábeis se aproximam dos seus valores justos e por isso não está sendo apresentada a informação dos seus valores justos. **4.2. Administração de risco de liquidez:** A Suzano tem como objetivo manter uma posição robusta em caixa e aplicações financeiras de forma a fazer frente aos seus compromissos financeiros e operacionais. O montante mantido em caixa tem como objetivo cumprir com os desembolsos previstos no curso normal de suas operações, enquanto o excedente é investido, em geral, em aplicações financeiras de alta liquidez contratadas junto às instituições financeiras com alto grau de investimento de acordo com a Política de Gestão de Caixa. O monitoramento da posição de caixa é acompanhado pela Administração da Suzano, por meio de relatórios gerenciais e participação em reuniões de desempenho com frequência

determinada. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a variação na posição de caixa e aplicações financeiras foi dentro do esperado, sendo que o caixa consolidado gerado na operação foi utilizado em sua maior parte para investimentos e pagamentos de juros e amortizações. Todos os instrumentos financeiros derivativos foram contratados em mercado de balcão e não necessitam de depósito de margens

Consolidado	Valor contábil	Valor futuro	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos						
Fornecedores	5.572.219	5.572.219	5.572.219			
Empréstimo, financiamentos e debêntures	77.172.692	105.526.852	7.648.237	12.983.542	31.355.362	53.539.711
Contas a pagar de arrendamento	6.248.568	11.026.305	1.173.381	1.046.702	2.746.859	6.059.363
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas	187.187	215.891	94.948	18.314	87.520	15.109
Instrumentos financeiros derivativos	2.436.072	2.801.258	66.433	1.278.953	1.191.014	264.858
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	1.275.597	1.275.597	1.275.597			
Outros passivos	116.716	116.716	58.955	57.761		
	93.009.051	126.534.838	15.889.770	15.385.272	35.380.755	59.879.041

Consolidado	Valor contábil	Valor futuro	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos						
Fornecedores	6.206.570	6.206.570	6.206.570			
Empréstimo, financiamentos e debêntures	74.574.591	105.341.912	6.823.274	7.899.772	39.476.527	51.142.339
Contas a pagar de arrendamento	6.183.229	11.054.186	1.051.647	992.379	2.668.855	6.341.305
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas	2.062.322	2.203.302	1.986.633	99.331	57.421	59.917
Instrumentos financeiros derivativos	4.846.795	6.515.262	728.070	1.341.108	4.299.970	146.114
Dividendos a pagar	5.106	5.106	5.106			
Outros passivos	147.920	147.920	61.500	86.420		
	94.026.533	131.474.258	16.862.800	10.419.010	46.502.773	57.689.675

4.3. Administração de riscos de crédito: Está relacionado à possibilidade do não cumprimento do compromisso da contraparte em uma transação. O risco de crédito é administrado corporativamente e decorre de equivalentes de caixa, aplicações financeiras, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos, Certificados de Depósitos Bancários ("CDB"), box de renda fixa, operações compromissadas, cartas de crédito ("Letters of Credit - LC"), seguradoras, prazo para recebimento de clientes, adiantamentos à fornecedores para novos projetos, entre outros. **4.3.1 Contas a receber de clientes:** A Suzano possui políticas comerciais e de crédito que visam mitigar eventuais riscos decorrentes da inadimplência de seus clientes, principalmente, por meio da contratação de apólices de seguro de crédito, garantias bancárias fornecidas por bancos de primeira linha e garantias reais avaliadas de acordo com a liquidez. Ademais, a carteira de clientes é objeto de análise de crédito interna que visa avaliar o risco em relação à performance de pagamento, tanto para exportações como para vendas no mercado interno. Para a avaliação de crédito dos clientes, a Suzano utiliza uma matriz baseada na análise de aspectos qualitativos e quantitativos para determinar os limites individuais de crédito a cada cliente conforme o risco identificado. Cada análise é submetida à aprovação conforme hierarquia definida na política de crédito, respeitando os níveis de alçada e, se aplicável, à aprovação da diretoria em reunião e Comitê de Crédito. A classificação de risco das contas a receber de clientes é apresentada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Baixo ⁽¹⁾	6.549.975	9.430.244
Médio ⁽²⁾	156.883	129.900
Alto ⁽³⁾	173.558	67.977
	6.880.416	9.628.121

⁽¹⁾ Vincendo e em atraso até 30 dias. ⁽²⁾ Em atraso entre 30 e 90 dias. ⁽³⁾ Em atraso acima de 90 dias. Parte dos montantes acima, não consideram o valor de perda estimada com crédito de liquidação duvidosa ("PECLD"), calculada com base na matriz de provisão nos montantes de R\$31.962 e R\$21.109 em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente.

4.3.2 Bancos e instituições financeiras: A Companhia e a Suzano, com o objetivo de mitigar o risco de crédito, mantêm suas operações financeiras diversificadas entre bancos, com principal concentração em instituições financeiras de primeira linha classificadas como *high grade* pelas principais agências de classificação de risco. O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição ao risco de crédito está apresentado a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	8.392.148	9.573.947	36.734	62.340
Aplicações financeiras	13.267.286	7.965.742		
Instrumentos financeiros derivativos ⁽¹⁾	4.199.982	4.833.330		
	25.859.416	22.373.019	36.734	62.340

⁽¹⁾ Não inclui o derivativo embutido em contrato de parceria florestal e fornecimento de madeira em pé, que não é transacionado com instituição financeira. As contrapartes, substancialmente instituições financeiras, com as quais são realizadas operações que se enquadram em caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos ativos são classificados por agências avaliadoras conforme o risco apresentado a seguir:

	Consolidado		Instrumentos financeiros derivativos	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Classificação de risco ⁽¹⁾				
AAA			878.241	
AA-			1.007.537	47.681
A+			136.864	1.149.694
A			55.547	1.485.424
A-				1.095
brAAA	20.902.349	17.185.167	1.682.513	1.418.968
brAA+	511.589	1.173	439.280	
brAA	6.565	133.030		730.468
brAA-	2.169	47		
brA+		352		
brA		17.595		
brBBB-				
brBB	3			
brBB-	1.132			
brBB-	385	2.897		
Outros	235.242	199.428		
	21.659.434	17.539.689	4.199.982	4.833.330

⁽¹⁾ Utilizamos o *Brazilian Risk Rating* e a classificação é concedida pelas agências Fitch Ratings, Standard & Poor's e Moody's. **4.4. Administração de riscos de mercado:** A Suzano está exposta a uma série de riscos de mercados, principalmente, relacionados às variações de taxas de câmbio, taxas de juros, índices de correção e preço de *commodities* que podem afetar seus resultados e condições financeiras. Para mitigar os impactos, a Suzano dispõe de processos para monitoramento das exposições e políticas que suportam a implementação da gestão de riscos. As políticas estabelecem os limites e os instrumentos a serem implementados com o objetivo de: (i) proteção do fluxo de caixa devido ao descasamento de moedas; (ii) mitigação de exposições a taxas de juros; (iii) redução dos impactos da flutuação de preços de *commodities*; e (iv) troca de indexadores da dívida. A gestão de riscos de mercado realiza a identificação, a avaliação e a implementação da estratégia, com a efetiva contratação dos instrumentos financeiros adequados. **4.4.1. Administração de risco de taxas de câmbio:** A captação de financiamentos e a política de *hedge* cambial da Suzano são direcionadas considerando que parte substancial da receita líquida é proveniente de exportações com preços negociados em Dólares dos Estados Unidos da América e por outro lado, parte substancial dos custos de produção está atrelada ao Real. Esta exposição estrutural permite que a Suzano contrate financiamentos de exportação em Dólares dos Estados Unidos da América e concilie os pagamentos dos financiamentos com os fluxos de recebimento das vendas no mercado externo, utilizando o mercado internacional de dívida como parte importante de sua estrutura de capital e proporcionando um *hedge* natural de caixa para estes compromissos. Além disso, a Suzano contrata operações de venda de Dólares dos Estados Unidos da América nos mercados futuros, incluindo estratégias com opções, como forma de assegurar níveis atraentes de margens operacionais para uma parcela da receita. Estas operações são limitadas a um percentual do excedente líquido de divisas no horizonte de 24 meses e, portanto, estão atreladas à disponibilidade de câmbio pronto para venda no curto prazo. O Conselho de Administração da Suzano aprovou a contratação de *hedge* extraordinário, adicional a estratégia mencionada acima, para os investimentos no Projeto Cerrado com prazo de até 36 meses a partir de novembro/2021, no montante de até US\$1.000.000. Em 27 de julho de 2022, o Conselho de Administração da Suzano aprovou a ampliação do programa, aumentando o montante máximo (*notional*) para US\$1.500.000, mantendo-se o prazo estabelecido anteriormente. Com o objetivo de proporcionar transparência sobre o programa de *hedge* do Projeto Cerrado, desde 31 de dezembro de 2021 a Suzano passou a divulgar de forma destacada as respectivas operações contratadas. Os ativos e passivos que estão expostos à moeda estrangeira, substancialmente em Dólares dos Estados Unidos da América, estão demonstrados a seguir:

de garantia. Os vencimentos contratuais remanescentes dos passivos financeiros são apresentados na data do balanço. Os valores apresentados a seguir, representam os fluxos de caixa não descontados e incluem pagamentos de juros e variação cambial, portanto, não podem ser reconciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial.

31 de dezembro de 2023					
Valor contábil	Valor futuro	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
5.572.219	5.572.219	5.572.219			
77.172.692	105.526.852	7.648.237	12.983.542	31.355.362	53.539.711
6.248.568	11.026.305	1.173.381	1.046.702	2.746.859	6.059.363
187.187	215.891	94.948	18.314	87.520	15.109
2.436.072	2.801.258	66.433	1.278.953	1.191.014	264.858
1.275.597	1.275.597	1.275.597			
116.716	116.716	58.955	57.761		
93.009.051	126.534.838	15.889.770	15.385.272	35.380.755	59.879.041

31 de dezembro de 2022					
Valor contábil	Valor futuro	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
6.206.570	6.206.570	6.206.570			
74.574.591	105.341.912	6.823.274	7.899.772	39.476.527	51.142.339
6.183.229	11.054.186	1.051.647	992.379	2.668.855	6.341.305
2.062.322	2.203.302	1.986.633	99.331	57.421	59.917
4.846.795	6.515.262	728.070	1.341.108	4.299.970	146.114
5.106	5.106	5.106			
147.920	147.920	61.500	86.420		
94.026.533	131.474.258	16.862.800	10.419.010	46.502.773	57.689.675

		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa		6.432.557	8.039.218
Aplicações financeiras		7.378.277	4.510.652
Contas a receber de clientes		5.049.609	7.612.768
Instrumentos financeiros derivativos		3.070.594	3.393.785
		21.931.037	23.556.423

Passivos			
Fornecedores		(1.625.011)	(2.030.806)
Empréstimos e financiamentos		(61.304.673)	(61.216.140)
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas		(127.598)	(2.053.259)
Instrumentos financeiros derivativos		(1.867.882)	(4.698.323)
		(64.925.164)	(69.998.528)
		(42.994.127)	(46.442.105)

4.4.1.1. Análise de sensibilidade - exposição cambial - exceto instrumentos financeiros derivativos: Para a análise de risco do mercado, a Suzano utiliza cenários para avaliar conjuntamente as posições ativas e passivas indexadas em moeda estrangeira e os possíveis efeitos em seus resultados. O cenário provável representa os valores reconhecidos contabilmente, uma vez que refletem a conversão em reais na data base do balanço patrimonial R\$/US\$ = R\$4,8413. Esta análise assume que todas as outras variáveis, em particular, as taxas de juros, permanecem constantes. Os demais cenários consideraram a depreciação do Real em relação ao Dólar dos Estados Unidos da América em 25% e 50%, antes dos impostos. A tabela a seguir apresenta os possíveis impactos, assumindo estes cenários em valores absolutos:

SUZANO HOLDING S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 60.651.809/0001-05

SUZANO
Holding

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

4.4.2.2. Análise de sensibilidade - exposição a taxas de juros de instrumentos financeiros derivativos: Esta análise pressupõe que todas as outras variáveis permanecem constantes. Os demais cenários consideraram a desvalorização de 25% e 50% nas taxas de juros de mercado. A tabela a seguir apresenta os possíveis impactos, assumindo estes cenários:

	Consolidado		
	31/12/2023		
	Efeito no resultado		
	Provável	Possível 25%	Remoto 50%
(valor base)			
CDI			
Instrumentos financeiros derivativos			
Passivo			
Derivativos opções	1.968.337	(387.790)	(743.473)
Derivativos swaps	(486.713)	(39.216)	(66.609)

SOFR

Instrumentos financeiros derivativos			
Passivo			
Derivativos swaps	(486.713)	127.655	269.490

4.4.2.3. Análise de sensibilidade para mudanças no índice de preços ao consumidor da economia norte-americana: Para a mensuração do cenário provável, foi considerado o índice de preços ao consumidor da economia norte-americana ("United States Consumer Price Index - US-CPI") em 29 de dezembro de 2023. O cenário provável foi extrapolado considerando uma desvalorização de 25% e 50% no US-CPI para definição dos cenários possível e remoto, respectivamente. A tabela a seguir apresenta os possíveis impactos, assumindo estes cenários:

	Consolidado		
	31/12/2023		
	Efeito no resultado		
	Provável	Possível	Remoto
(valor base)	(25%)	(50%)	
Derivativo embutido em compromisso de compra de madeira em pé, proveniente de contrato de parceria florestal	230.471	(30.667)	(63.157)

4.4.3. Administração de risco de preço de commodities: A Suzano está exposta a preços de commodities, principalmente no preço de venda da celulose no mercado internacional. A dinâmica de abertura e fechamento de capacidades de produção no mercado global e as condições macroeconômicas podem impactar os resultados operacionais da Suzano. A Suzano possui equipe especializada que monitora o preço da celulose de fibra curta e analisa as tendências futuras, ajustando as projeções que visam auxiliar na tomada de medidas preventivas para conduzir de maneira adequada os distintos cenários. Não existe mercado financeiro com liquidez para mitigar suficientemente o risco de parte relevante das operações da Suzano. As operações de proteção de preço da celulose de fibra curta disponíveis no mercado têm baixa liquidez e volume e grande distorção na formação do preço. A Suzano também está exposta ao preço internacional do petróleo, refletido nos custos logísticos de comercialização para o mercado externo e indiretamente nos custos de outros suprimentos e contratos de logística e serviços. Neste caso, a Suzano avalia a contratação de instrumentos financeiros derivativos para mitigar o risco de variação de preço no seu resultado. **4.5. Instrumentos financeiros derivativos:** A Suzano determina o valor justo dos contratos de derivativos, o qual pode divergir dos valores realizados em caso de liquidação antecipada por conta dos spreads bancários e fatores de mercado no momento da cotação. Os valores apresentados pela Suzano baseiam-se em uma estimativa utilizando fatores de mercado e utilizam dados fornecidos por terceiros, mensurados internamente e confrontados com cálculos realizados pelas contrapartes. O valor justo não representa a obrigação de desembolso imediato ou recebimento de caixa, uma vez que tal efeito somente ocorrerá nas datas de verificação contratual ou de vencimento de cada operação, quando será apurado o resultado conforme o caso e as condições de mercado nas referidas datas. Para cada um dos instrumentos, descreve-se a seguir um resumo do procedimento utilizado para a obtenção dos valores justos: (i) *Swap*: o valor futuro da ponta ativa e da ponta passiva é estimado pelos fluxos de caixa projetados pela taxa de juros de mercado da moeda em que a ponta do swap é denominada. O valor presente na ponta denominada em US\$ é mensurado por meio do desconto utilizando a curva do cupom cambial (a remuneração, em Dólares dos Estados Unidos da América, dos Reais investidos no Brasil) e no caso da ponta denominada em BRL, o desconto é feito utilizando a curva de juros do Brasil, sendo a curva futura do DI, considerando tanto o risco de crédito da Suzano e da contraparte. A exceção são os contratos pré-fixados x US\$ onde o valor presente na ponta denominada em US\$ é mensurado por meio do desconto utilizando a curva da *SOFR*, divulgada pela Bloomberg. O valor justo do contrato é a diferença entre essas duas pontas. As curvas de taxas de juros foram obtidas da B3. (ii) *Opções ("Zero Cost Collar")*: para o cálculo do valor justo das opções foi utilizado o modelo de Garman Kohlhagen, considerando o risco de crédito da Suzano e da contraparte. Os dados de volatilidades e taxas de juros são observáveis e foram obtidos da B3 para apuração dos valores justos. (iii) *Non-deliverable forward ("NDF")*: é efetuada uma projeção da cotação futura da moeda, utilizando-se das curvas de cupom cambial e a curva futura do DI para cada vencimento. A seguir, verifica-se qual a diferença entre esta cotação obtida e a taxa que foi contratada a operação, considerando-se o risco de crédito da Suzano e da contraparte. Esta diferença é multiplicada pelo valor nominal de cada contrato e trazida a valor presente pela curva futura do DI. As curvas de taxas de juros foram obtidas da B3. (iv) *Swap de US-CPI*: os fluxos de caixa da ponta passiva são projetados pela curva de inflação norte-americana US-CPI, obtida pelas taxas implícitas aos títulos americanos indexados à inflação ("Tesouro Protegido contra a Inflação - TIPS"), divulgada pela Bloomberg. Os fluxos de caixa da ponta ativa são projetados pela taxa fixa implícita no derivativo embutido. O valor justo do derivativo embutido é a diferença entre as duas pontas, trazida a valor presente pela curva do cupom cambial obtida da B3. (v) *Swap VLSFO (combustível marítimo)*: é efetuada uma projeção futura do preço do ativo, utilizando-se a curva futura de preço divulgada pela Bloomberg. A seguir, verifica-se qual a diferença entre esta projeção obtida e a taxa que foi contratada a operação, considerando o risco de crédito da Suzano e da contraparte. Esta diferença é multiplicada pelo valor nominal de cada contrato e trazida a valor presente pela curva da *SOFR* divulgada pela Bloomberg. As curvas utilizadas para o cálculo do valor justo no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 estão apresentadas a seguir:

Curva de juros				
Prazo	Brasil	Estados Unidos da América	Cupom de dólar sujo	
1M	11,65% a.a.	5,35% a.a.	2,54% a.a.	
6M	10,79% a.a.	5,15% a.a.	5,55% a.a.	
1º ano	9,99% a.a.	4,77% a.a.	5,58% a.a.	
2º ano	9,55% a.a.	4,16% a.a.	5,18% a.a.	
3º ano	9,66% a.a.	3,89% a.a.	4,99% a.a.	
5º ano	10,04% a.a.	3,76% a.a.	5,00% a.a.	
10º ano	10,33% a.a.	4,02% a.a.	5,74% a.a.	

4.5.1. Derivativos em aberto por tipo de contrato, inclusive derivativos embutidos: As posições de derivativos em aberto estão apresentadas a seguir:

	Consolidado			
	Valor de referência			
	(nacional, líquido) - em US\$	Valor justo - em R\$		

Tipo do derivativo	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Instrumentos contratados com estratégia de proteção				
Hedge operacional				
<i>Zero Cost Collar</i>	4.500.200	6.866.800	1.968.337	1.596.089
NDF (US\$)	505.000	248.100	162.776	(2.474)
NDF (Euro x US\$)	262.088	544.702	100.362	161.055
Hedge de dívida				
<i>Swap SOFR para Fixed (US\$)</i>	2.555.626	3.200.179	741.492	1.052.546
<i>Swap IPCA para CDI (nacional em reais)</i>	4.274.397	1.741.787	47.645	278.945
<i>Swap IPCA para Fixed (US\$)</i>		121.003		(29.910)
<i>Swap CDI x Fixed (US\$)</i>	1.025.000	1.863.534	(1.081.964)	(2.566.110)
<i>Swap Pré Fixada para US\$</i>	200.000	350.000	(203.045)	(503.605)
<i>Swap CDI x SOFR (US\$)</i>	125.000		25.774	
<i>Swap SOFR para SOFR (US\$)</i>	150.961		(16.615)	
Hedge de commodities				
<i>Swap US\$ e US-CPI (1)</i>	131.510	124.960	230.471	40.418
<i>Zero Cost Collar (Brent)</i>	163.100		(3.148)	
<i>Swap VLSFO/Brent</i>	142.794		22.297	

Ativo circulante	2.676.526	3.048.493
Ativo não circulante	1.753.928	1.825.256
Passivo circulante	(578.763)	(667.681)
Passivo não circulante	(1.857.309)	(4.179.114)
	1.994.382	26.954

(1) Os derivativos embutidos referem-se aos contratos de swap de venda das variações do preço em Dólar dos Estados Unidos da América e US-CPI no prazo dos contratos de parceria florestal com fornecimento de madeira em pé.

A seguir são descritos os contratos vigentes e os respectivos riscos protegidos: (i) *Swap CDI x Fixed (US\$)*: posições em swaps convencionais trocando a variação da taxa de Depósitos Interbancários ("DI") por taxa prefixada em Dólares dos Estados Unidos da América ("US\$"). O objetivo é alterar o indexador de dívidas em reais para US\$, alinhando-se com a exposição natural dos recebíveis em US\$ da Suzano. (ii) *Swap IPCA x CDI (nacional em reais)*: posições em swaps convencionais trocando variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") por taxa de DI. O objetivo é alterar o indexador de dívidas em reais, alinhando-se com a posição de caixa em reais da Suzano, que também é indexada a DI. (iii) *Swap IPCA x Fixed (US\$)*: posições em swaps convencionais trocando variação do IPCA por taxa pré-fixada em US\$. O objetivo é alterar o indexador de dívidas em reais para US\$, alinhando-se com a exposição natural dos recebíveis em US\$ da Suzano. (iv) *Swap SOFR x Fixed (US\$)*: posições em swaps convencionais trocando taxa pós- fixada (SOFR) por taxa prefixada em US\$. O objetivo é proteger o fluxo de caixa de variações na taxa de juros norte-americana. (v) *Swap Pré Fixed R\$ x Fixed US\$*: posições em swaps convencionais trocando taxa prefixada em reais por taxa prefixada em US\$. O objetivo é alterar a exposição de dívidas em reais para US\$, alinhando-se com a exposição natural dos recebíveis em US\$ da Suzano. (vi) *Swap SOFR x SOFR*: posição em swap trocando taxa pré-fixada adicionada à SOFR por outra taxa fixa adicionada à SOFR. O objetivo é gerar desconto de taxa para o pré-pagamento junto à instituição bancária, permitindo mecanismos de reversão. (vii) *Swap CDI x SOFR*: posições em swaps convencionais trocando a variação da taxa de Depósitos Interbancários ("DI") por taxa pós-fixada ("SOFR") em Dólares dos Estados Unidos da América ("US\$"). O objetivo é alterar o indexador de dívidas em reais para US\$, alinhando-se com a exposição natural dos recebíveis em US\$ da Suzano e capturar um menor custo de dívida por meio da flutuação das projeções da taxa SOFR. (viii) *Swap Fixed (US\$) x SOFR*: posições em swaps convencionais trocando taxa prefixada em US\$ por taxa pós-fixada ("SOFR") também em Dólares dos Estados Unidos da América US\$. O objetivo é capturar um menor custo de dívida por meio da flutuação das projeções da taxa SOFR. (ix) *Zero Cost Collar*: posições em instrumento que consiste na combinação simultânea de compra de opções de venda (put) e venda de opções de compra (call) de US\$, com mesmo valor de principal e vencimento, com o objetivo de proteger o fluxo de caixa das exportações. Nesta estratégia é estabelecido um intervalo onde não há depósito ou recebimento de margem financeira no vencimento das opções. O objetivo é proteger o fluxo de caixa das exportações contra queda do real. (x) *Non-Deliverable Forward ("NDF")*: Posições vendidas em contratos futuros de US\$ com o objetivo de proteger o fluxo de caixa das exportações contra queda do Real. (xi) *Swap US\$ e US-CPI*: O derivativo embutido refere-se aos contratos de swap de venda das variações do preço em Dólar dos Estados Unidos da América e do US-CPI no prazo dos contratos de parceria florestal e com fornecimento de madeira em pé. (xii) *Non-Deliverable Forward Paridade ("NDF")*: EUR e US\$. Posições compradas na paridade EUR/US\$ com o objetivo de proteger o fluxo de caixa do CAPEX do Projeto Cerrado contra a apreciação do euro. (xiii) *NDF Very Low Sulphur Fuel Oil / Brent ("VLSFO") (petróleo - Brent)*: posições compradas de petróleo, com o objetivo de proteger custos logísticos relacionados aos contratos de frete marítimo e custos de outros derivados de petróleo, contra o aumento do preço. (xiv) *Zero Cost Collar (Brent)*: posições em instrumento que consiste na combinação simultânea de compra de opções de compra (call) e venda de opções de venda (put) de petróleo - Brent, com mesmo valor de principal e vencimento, com o objetivo de proteger custos com insumos derivados de petróleo. Nessa estratégia é estabelecido um intervalo onde não há depósito ou recebimento de margem financeira no vencimento das opções. O objetivo é proteger o custo contra o aumento do preço do petróleo. A variação do valor justo dos derivativos em 31 de dezembro de 2023 em comparação com o valor justo mensurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 é explicada substancialmente pela valorização do Real frente ao Dólar dos Estados Unidos da América e pelas liquidações do exercício. Houve também impactos causados pelas variações nas curvas pré-fixadas, cupom cambial e SOFR nas operações. Importante destacar que os contratos em aberto em 31 de dezembro de 2023 são operações de mercado de balcão, sem nenhum tipo de margem de garantia ou cláusula de liquidação antecipada forçada por variações provenientes de marcação a mercado.

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
2024	2.097.763	2.380.812
2025	233.073	297.156
2026	(574.871)	(1.225.193)
2027 em diante	238.417	(1.425.821)
	1.994.382	26.954

4.5.3. Posição ativa e passiva dos derivativos em aberto: As posições de derivativos em aberto estão apresentadas a seguir:

	Consolidado			
	Valor nominal	Valor justo		
Moeda	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022

Hedge de dívida				
Ativos				
<i>Swap CDI para Fixed (US\$)</i>	R\$	3.898.011	7.081.545	223.776
<i>Swap Pré Fixada para (US\$)</i>	R\$	738.800	1.317.226	45.329
<i>Swap SOFR para Fixed (US\$)</i>	US\$	2.555.626	3.200.000	1.104.984
<i>Swap IPCA para CDI (nacional em reais)</i>	IPCA	4.320.471	2.041.327	161.542
<i>Swap IPCA para Fixed (US\$)</i>	IPCA		610.960	427.417
<i>Swap CDI para SOFR (US\$)</i>	R\$	644.850		32.560
<i>Swap SOFR para SOFR (US\$)</i>	US\$	150.961		6.681
				1.529.543
				2.143.127

Passivos				
<i>Swap CDI x Fixed (US\$)</i>	US\$	1.025.000	1.863.534	(1.305.740)
<i>Swap Pré Fixada para US\$</i>	US\$	200.000	350.000	(203.045)
<i>Swap SOFR para Fixed (US\$)</i>	US\$	2.555.626	3.200.000	(363.492)
<i>Swap IPCA para CDI (nacional em reais)</i>	R\$	4.274.397	1.741.787	(113.897)
<i>Swap IPCA para Fixed (US\$)</i>	US\$		121.003	(29.910)
<i>Swap CDI para SOFR (US\$)</i>	US\$	125.000		(6.786)
<i>Swap SOFR para SOFR (US\$)</i>	US\$	150.961		(23.296)
				(2.016.256)
				(486.713)
				1.768.134

Hedge operacional				
<i>Zero Cost Collar (US\$ x R\$)</i>	US\$	4.500.200	6.866.800	1.968.337
<i>NDF (R\$ x US\$)</i>	US\$	505.000	248.100	162.776
<i>NDF (Euro x US\$)</i>	US\$	262.088	544.702	100.362
				2.231.475
				1.754.670

Hedge de commodities				
<i>Swap US\$ e US-CPI (1)</i>	US\$	131.510	124.960	230.471
<i>Zero Cost Collar (Brent)</i>	US\$	163.100		(3.148)
<i>Swap VLSFO/Brent</i>	US\$	142.794		22.297
				249.620
				40.418
				1.994.382
				26.954

1) Os derivativos embutidos referem-se aos contratos de swap de venda das variações do preço em Dólar dos Estados Unidos da América e US-CPI no prazo dos contratos de parceria florestal com fornecimento de madeira em pé.

	31/12/2023	31/12/2022
Hedge operacional		
Zero Cost Collar (US\$)	2.987.953	718.618
NDF (US\$)	155.458	8.301
NDF (Euro x US\$)	84.332	7.113
	<u>3.227.743</u>	<u>734.032</u>

Hedge de commodities				
<i>Swap VLSFO/outras</i>				
	80.516			
	80.516			

Hedge de dívida				
<i>Swap CDI para Fixed (US\$)</i>		(438.417)	(261.570)	
<i>Swap IPCA para CDI (reais)</i>		256.683	(5.180)	
<i>Swap IPCA para Fixed (US\$)</i>		21.139	171	
<i>Swap Pré Fixada para US\$</i>		(104.827)	54.128	
<i>Swap CDI para SOFR (US\$)</i>		7.729		
<i>Swap SOFR para Fixed (US\$)</i>		508.720	(239.356)	
		251.027	(451.807)	
		3.559.286	282.225	

4.6. Hierarquia do valor justo: Os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo, o qual considera o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A depender das premissas utilizadas na mensuração, os instrumentos financeiros ao valor justo podem ser classificados em 3 níveis de hierarquia: (i) Nível 1 - Baseada em preços cotados (não ajustados) para ativos ou passivos idênticos em mercados ativos. Um mercado é considerado ativo se realizar transações com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação imediata e continuamente, geralmente, obtidos a partir de uma bolsa de mercadorias e valores, serviço de precificação ou agência reguladora e os preços representam transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases comerciais; (ii) Nível 2 - Baseada em preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos similares, preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou similares em mercados que não sejam ativos, modelos de precificação para os quais as premissas são observáveis, tais como taxas de juros e curvas de rendimentos, volatilidades e spreads de crédito e informações corroboradas pelo mercado. Os ativos e passivos classificados nesta categoria são mensurados por meio do fluxo de caixa desconto e provisionamento de juros ("accrual"), respectivamente, para instrumentos financeiros derivativos e aplicações financeiras. Os inputs observáveis utilizados são taxas e curvas de juros, fatores de volatilidade e cotações de paridade cambial; e (iii) Nível 3 - Baseada em dados não cotados para o ativo e o passivo, onde a Suzano aplica a técnica da abordagem de receita ("income approach") utilizando o modelo de fluxo de caixa desconto. Os inputs observáveis utilizados são IMA, taxa de desconto e preços brutos médios de venda do eucalipto. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não houve alteração entre os níveis de hierarquia e não houve transferência entre os níveis 2 e 3.

	Consolidado		
	31/12/2023		
	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos			
Valor justo por meio do resultado			
Instrumentos financeiros derivativos	4.430.454		4.430.454
Aplicações financeiras	13.267.286		13.267.286
	17.697.740		17.697.740
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes			
Outros investimentos - CelluForce		23.606	23.606
		23.606	23.606
		18.278.582	18.278.582
		18.278.582	18.278.582

Total do Ativo	17.697.740	18.302.188	35.999.928
Passivo			
Valor justo por meio do resultado			
Instrumentos financeiros derivativos	2.436.072		2.436.072
	2.436.072		2.436.072
	2.436.072		2.436.072
			Consolidado
			31/12/2022
	Nível 2	Nível 3	Total

Ativos			
Valor justo por meio do resultado			
Instrumentos financeiros derivativos	4.873.749		4.873.749
Aplicações financeiras	7.965.742		7.965.742
	12.839.491		12.839.491
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes			
Outros investimentos - CelluForce		24.917	24.917
		24.917	24.917
		14.632.186	14.632.186
		14.632.186	14.632.186

Total do Ativo	12.839.491	14.657.103	27.496.594
Passivo			
Valor justo por meio do resultado			
Instrumentos financeiros derivativos	4.846.795		4.846.795
	4.846.795		4.846.795
	4.846.795		4.846.795

4.7. Cibersegurança: A Suzano possui uma Política Pública de Segurança da Informação, que visa estabelecer diretrizes, quanto ao gerenciamento e controles de segurança cibernética na Suzano, buscando mitigar vulnerabilidades, preservar e proteger os ativos, principalmente a informação e os dados pessoais, conforme leis, regulamentações e obrigações contratuais vigentes, contemplando a confidencialidade, integridade, disponibilidade, autenticidade e legalidade da informação. A Política estabelece responsabilidades para evitar danos, que podem representar impactos financeiros, à imagem e à reputação, exposição de informações, paralisação de operações, entre outros danos devido a ataques cibernéticos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não foram identificados incidentes materiais associados a segurança cibernética que poderiam afetar a confidencialidade, integridade e/ou disponibilidade dos sistemas utilizados pela Suzano. **4.8 Mudanças climáticas: 4.8.1 Riscos atrelados às mudanças climáticas e à estratégia de sustentabilidade:** Tendo em vista a natureza das operações da Suzano, existe exposição inerente aos riscos relacionados com as mudanças climáticas. Os ativos da Suzano, notadamente, os ativos biológicos, que são mensurados ao valor justo (nota 13), os ativos imobilizados (nota 15) e intangíveis (nota 16), podem ser impactados por mudanças climáticas, as quais foram avaliadas no contexto da elaboração das demonstrações financeiras. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Administração considerou os principais dados e premissas de riscos destacados a seguir: (i) eventuais impactos na determinação do valor justo nos ativos biológicos em virtude de: efeitos de mudanças climáticas, como por exemplo, elevação de temperatura, escassez de recursos hídricos, podem impactar em algumas premissas utilizadas em estimativas contábeis relacionadas com os ativos biológicos da Companhia, conforme abaixo: • perdas de ativos biológicos devido a incêndios e a impactos decorrentes de maior presença e resistência de pragas e outras doenças florestais favorecidas pelo aumento gradual de temperatura; • redução de produtividade e de crescimento esperado (IMA) devido à diminuição de disponibilidade de recursos hídricos em bacias e outros eventos climáticos atípicos como estiagens, geadas e chuvas torrenciais; e • interrupção na cadeia produtiva por eventos climáticos adversos. (ii) escassez de recursos hídricos na indústria: embora as nossas unidades sejam eficientes no uso da água, há planos de contingência para todas as unidades afetadas por eventual escassez hídrica e planos de ação para enfrentamento da crise hídrica nas regiões críticas. (iii) mudanças estruturais na sociedade e seus impactos nos negócios, tais como: • regulatórias e legais: decorrentes de alterações em âmbito brasileiro e/ou internacional que demandem investimento de capital em novas tecnologias



★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

impactos físicos das mudanças climáticas, bem como decorrentes da transição para uma economia de baixo carbono é efetuada de forma contínua e seguirá evoluindo.

4.8.4 Oportunidades atreladas às mudanças climáticas e à estratégia de sustentabilidade: 4.8.4.1 Biomass: Conforme nota 1.2.6, a Suzano e outras cinco Companhias globais criaram a Biomass com o objetivo de restaurar, conservar e preservar florestas nativas no Brasil. O objetivo da iniciativa é, ao longo de 20 anos, restaurar e proteger matas nativas em diferentes biomas brasileiros, como Amazônia, Mata Atlântica e Cerrado. A área é equivalente ao território da Suíça ou do Estado do Rio de Janeiro. A iniciativa visa promover um modelo de negócio sustentável também do ponto de vista financeiro, viabilizando cada projeto de restauração, conservação e preservação a partir da comercialização de créditos de carbono, entre remoções e emissões evitadas, reduzindo da atmosfera toneladas de CO²e. A primeira etapa consistirá na identificação e prospecção de áreas, fomento a viveiros para produção em escala de árvores nativas, engajamento de comunidades locais nas atividades da empresa, discussão sobre aplicação do projeto em áreas públicas, parceria com plataformas de certificação de créditos de carbono e a implementação de projetos pilotos.

4.8.4.2 Produção de fibra têxtil à base de madeira: Em maio de 2023 a Woodspin, localizada na Finlândia, inaugurou a primeira fábrica produtora da fibra têxtil sustentável, reciclável e totalmente biodegradável a partir de madeira cultivada de forma responsável, fruto da *joint venture* entre Spinnova e Suzano. Este novo tipo de tecido tem potencial para substituir materiais menos sustentáveis utilizados em diversos produtos. Essa unidade será usada para o desenvolvimento de mercado e o aprimoramento desta tecnologia. Para a construção e operação de projetos de fibras têxteis, a Woodspin usa a celulose microfibrilada (MFC) da Suzano como matéria-prima.

4.8.4.3 Títulos com cláusulas relacionadas à sustentabilidade: Conforme divulgado na nota 4.8.2, a Suzano tem emissões de *Sustainability Linked Bonds* (SLB) e *Sustainability Linked Loan* (SLL) atrelados a indicadores de performance ambientais associados a metas de redução de gases do efeito estufa, intensidade da captura de recursos hídricos, e aspectos de diversidade e inclusão, evidenciando o compromisso da Suzano como parte da solução perante a crise climática global e em convergência à implementação de sua meta de longo prazo. Essas captações atreladas a metas de sustentabilidade possibilitam taxas diferenciadas.

4.9 Gestão do capital: O principal objetivo é fortalecer a estrutura de capital da Suzano, buscando manter um nível de alavancagem financeira adequado, além de mitigar os riscos que podem afetar a disponibilidade de capital no desenvolvimento de negócios. A Suzano monitora constantemente indicadores significativos, tais como o índice consolidado de alavancagem financeira, que é a dívida líquida total dividida pelo Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização ajustado ("LAJIDA Ajustado"), equivalente ao termo em inglês EBITDA Ajustado (*"Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization Adjusted"*).

		Consolidado		Controladora	
	Taxa média				
	% a.a.	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos ⁽¹⁾	5,50%	6.562.857	8.066.679	90	271
Equivalentes de caixa					
Em moeda nacional					
	102,78%				
Depósito a prazo fixo do CDI		1.829.291	1.507.268	36.644	62.069
(Compromissadas)					
		8.392.148	9.573.947	36.734	62.340

⁽¹⁾ Refere-se substancialmente as aplicações em moeda estrangeira na modalidade *Sweep Account*, que é uma conta remunerada, cujo saldo é aplicado e disponibilizado de forma automática e diariamente.

6. Aplicações financeiras - consolidado:		Consolidado	
	Taxa média % a.a.	31/12/2023	31/12/2022
Em moeda nacional			
Fundos exclusivos	109,87% do CDI	1.295.296	1.208.975
Títulos privados (CDBs)	102,81% do CDI	4.150.313	1.827.012
Títulos privados (CDBs) ⁽¹⁾	104,65% do CDI	443.400	419.103
		<u>5.889.009</u>	<u>3.455.090</u>

Circulante

Não circulante

⁽¹⁾ Inclui depósitos em garantia (*escrow account*) que serão liberados somente após a obtenção das aprovações governamentais aplicáveis e ao cumprimento pela Suzano, das condições precedentes relativas às transações de venda de imóveis rurais.

⁽²⁾ Refere-se a aplicações na modalidade Time Deposit, com vencimento superior a 90 dias, que é um depósito bancário remunerado com um período específico de vencimento.

Consolidado		
	31/12/2023	31/12/2022
Cientes no país		
Terceiros	1.785.895	1.923.486
Partes relacionadas (1)	45.650	99.608
Cientes no exterior		
Terceiros	5.049.609	7.612.768
(-) Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa ("PECLD")	(31.962)	(21.109)
	6.849.192	9.614.753

⁽¹⁾ O saldo consolidado refere-se às transações com a Ibema Companhia Brasileira de Papel. A Suzano realiza cessões de crédito de certos clientes com a transferência de controle à contraparte de, substancialmente, todos os riscos e benefícios associados aos ativos, de forma que esses títulos são desconhecidos do saldo de contas a receber de clientes. Esta transação se refere a uma oportunidade de geração adicional de caixa, classificada como ativo financeiro mensurado ao custo amortizado. O impacto dessas cessões de crédito sobre o saldo de contas a receber de clientes em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$4.273.623 no consolidado (R\$6.889.492 no consolidado em 31 de dezembro de 2022).

7.2. Análise dos vencimentos:		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	
Valores a vencer	5.904.404	8.660.117	
Valores vencidos			
até 30 dias	645.032	777.150	
31 a 60 dias	57.395	74.253	
61 a 90 dias	97.639	54.784	
91 a 120 dias	40.533	20.975	
121 a 180 dias	34.708	18.945	
A partir de 181 dias	69.481	8.529	
	6.849.192	9.614.753	

7.3. Movimentação da PECLD:		
	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	(21.109)	(34.763)
Adições	(38.775)	(5.228)
Reversões	3.573	3.576
Baixa	24.230	12.355
Variação cambial	119	2.951
Saldo no final do exercício	(31.962)	(21.109)

A Suzano mantém garantias para títulos vencidos em suas operações comerciais, por meio de apólices de seguro de crédito, cartas de crédito e outras garantias. Essas garantias evitam a necessidade de parte do reconhecimento de PECLD, de acordo com a política de crédito da Suzano.

7.4. Informações sobre os principais clientes: A Suzano possui 1 (um) cliente responsável por 10,27% da receita líquida total do segmento operacional celulose em 31 de dezembro de 2023 (10,67% em 31 de dezembro de 2022) e nenhum principal cliente no segmento operacional papel em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022
Produtos acabados			
Celulose			
No Brasil		576.774	616.557
No exterior		1.271.335	1.440.207
Papel			
No Brasil		569.771	359.322
No exterior		137.653	201.868
Produtos em elaboração		93.325	93.964
Matérias-primas			
Madeira para produção		1.666.817	1.492.661
Insumos e embalagens		795.274	732.140
Materiais de almoxarifado e outros		931.347	898.605
(-) Provisão para perdas nos estoques		(95.053)	(105.989)
		<u>5.947.243</u>	<u>5.729.335</u>

31.1. Movimentação da provisão para perdas:		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	
Saldo no início do exercício	(105.989)	(91.258)	
Adições	(65.085)	(89.552)	
Reversões	33.666	33.492	
Baixa	42.355	41.329	
Saldo no final do exercício	(95.053)	(105.989)	
Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, não há estoques oferecidos em garantia.			
9. Tributos a recuperar:			
	Consolidado		Controladora
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023 31/12/2022
IRPJ e CSLL - antecipações e impostos retidos	471.730	180.875	7.511 1.004
PIS/COFINS - sobre aquisição de imobilizado (1)	93.866	89.334	
PIS/COFINS - operações	699.717	523.970	
PIS/COFINS - exclusão de ICMS (2)	443.210	570.945	
ICMS - sobre aquisição de imobilizado (3)	432.793	167.286	
ICMS - operações (4)	1.470.949	1.423.375	
Programa Reintegra (5)	64.077	65.971	
Outros impostos e contribuições	45.821	39.057	
Provisão para perda de créditos de ICMS (6)	(1.452.435)	(1.103.807)	
	2.269.728	1.957.006	7.511 1.004
Circulante	896.081	550.643	7.511 1.004
Não circulante	1.373.647	1.406.363	

⁽¹⁾ Programa de Integração Social ("PIS") e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"): Créditos cuja realização está atrelada ao período de depreciação do ativo correspondente.

⁽²⁾ A Suzano e suas controladas aujizaram ao longo dos anos ações para reconhecer o direito à exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições ao PIS e COFINS, abrangendo períodos desde março de 1992.

⁽³⁾ Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS"): Os créditos de entrada de bens destinados ao imobilizado na Suzano são reconhecidos na proporção de 1/48 da entrada e mensalmente, conforme escrituração do ICMS Controle do Ativo Imobilizado ("CIAP").

⁽⁴⁾ Créditos de ICMS acumulados em função do volume de exportações e crédito gerado em operações de entrada de produtos: Os créditos estão concentrados nos Estados do Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso do Sul e São Paulo, onde a Suzano busca sua realização por meio da venda a terceiros, após aprovação da Secretaria da Fazenda de cada Estado. Os créditos também estão sendo realizados por meio do consumo em suas operações de bens e consumo (tissue) no mercado interno.

⁽⁵⁾ Regime Especial de restituições de impostos para empresas exportadoras ("Reintegra"): Refere-se a um programa que visa restituir os custos residuais dos impostos pagos ao longo da cadeia de exportação aos contribuintes, a fim de torná-los mais competitivos nos mercados internacionais.

⁽⁶⁾ Refere-se à provisão para perda de ICMS com baixa perspectiva de realização.

9.1. Movimentação da provisão para perda:

	ICMS	
	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	(1.103.807)	(1.064.268)
Adições ⁽¹⁾	(399.838)	(221.903)
Reversões	51.120	163.900
Baixa		18.464
Saldo no final do exercício	(1.452.435)	(1.103.807)

11.1. Saldos patrimoniais e montantes incorridos durante o exercício.

Consolidado	
31/12/2023	31/12/2022
Transações com partes relacionadas - Consolidado	
Instituto Ecofuturo - Futuro para o Desenvolvimento Sustentável	
Ibema Companhia Brasileira de Papel ⁽¹⁾	
Bexma Comercial Ltda.	
Ficus Empreendimentos e Participacoes S.A.	
Empreendimentos Imobiliários BVF Ltda.	
Empreendimentos Imobiliários Imofors Ltda.	
Empreendimentos Imobiliários Lenar Ltda.	
SPLF Investimentos e Participações Ltda.	
BS Participações S.A.	
HiperStream Sistemas e Tecnologia da Informação Ltda.	
Bizma Investimentos Ltda.	
Civelec Participações Ltda.	
Fundação Arymax	
IPLF Holding S.A.	
Mabex Representações e Participações Ltda.	
Administradores	
Outros acionistas	

Transações com controladas diretas e indiretas	
Suzano S.A.	
Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.	
Premesa S.A.	

Consolidado	
31/12/2023	31/12/2022
Ativos com partes relacionadas - Consolidado	
Contas a receber de clientes	
Outros ativos	
Passivo com partes relacionadas - Consolidado	
Fornecedores	
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	
Outros passivos	

Ativos com controladas diretas	
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber	
Passivo com controladas diretas	
Outros passivos	

⁽¹⁾ Refere-se, principalmente, a venda de celulose.

11.2. Remunerações dos administradores: As despesas relacionadas à remuneração do pessoal-chave da Administração, incluindo o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e a Diretoria Executiva Estatutária, reconhecidas no resultado, estão apresentadas no quadro a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Benefícios de Curto Prazo				
Salário ou Pró-Labore	53.344	53.602	4.179	3.374
Benefícios Direto ou Indireto	2.444	1.624	158	525
Bônus	12.291	8.432	1.462	1.401
	68.079	63.658	5.799	5.300

Os benefícios de curto prazo incluem remuneração fixa (salários e honorários, férias, gratificação obrigatória e 13º salário), encargos sociais (contribuições para seguridade social - INSS parte empresa) e remuneração variável como participação nos lucros, bônus e benefícios (veículo, assistência médica, vale-refeição, vale-alimentação, seguro de vida e plano de previdência privada). Os benefícios de longo prazo da Suzano e suas controladas incluem o plano de opção de compra de ações e ações fantasmas para executivos e membros-chave da Administração, de acordo com as regulamentações específicas, conforme divulgado na nota 22.

12. Imposto de renda pessoa jurídica ("IRPJ") e contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL"): A Companhia e suas controladas calculam o IRPJ e a CSLL, corrente e diferido, com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para IRPJ e 9% para CSLL, sobre o lucro líquido auferido. Os saldos são reconhecidos no resultado da Companhia e suas controladas pelo regime de competência. As controladas sediadas no Brasil, tem seus tributos calculados e provisionados de acordo com a legislação vigente e seu regime tributário específico, incluindo, em alguns casos, o lucro presumido. As controladas sediadas no exterior, são sujeitas à tributação de acordo com as legislações fiscais de cada país. Os valores de IRPJ e CSLL diferidos são reconhecidos pelos montantes líquidos no ativo ou no passivo não circulante. No Brasil, a Lei nº 12.973/14 revogou o artigo 74 da Medida Provisória nº 2.158/01 e determina que a parcela do ajuste do valor do investimento em controlada, direta ou indireta, domiciliada no exterior, equivalente aos lucros por ela auferidos antes do imposto sobre a renda, excetuando a variação cambial, deverá ser computada na determinação do lucro real e na base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido da pessoa jurídica controladora domiciliada no Brasil, ao fim de cada ano. A Administração da Suzano acredita na validade das previsões dos tratados internacionais assinados pelo Brasil para evitar a dupla tributação. De modo a garantir seu direito à não bitributação, a Suzano ingressou em abril de 2019 com ação judicial, que tem por objetivo a não tributação, no Brasil, do lucro auferido por sua controlada situada na Áustria, de acordo com a Lei nº 12.973/14. Em razão da decisão liminar concedida em favor da Suzano nos

⁽¹⁾ Refere-se, substancialmente, aos créditos de ICMS acumulados do estado de Mato Grosso do Sul, advindo das operações de construção do Projeto Cerrado, e do estado do Espírito Santo, dos créditos acumulados em função do volume de exportações.

9.2. Período estimado de realização: A realização dos créditos relativos aos impostos a recuperar ocorrerá de acordo com a projeção orçamentária anual aprovada pela Administração da Suzano, conforme demonstrado a seguir:

Consolidado	
31/12/2023	31/12/2022
2024	896.081
2025	465.481
2026	444.995
2027	228.370
2028 em diante	234.801
	2.269.728

10. Adiantamento a Fornecedores:	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Programa de fomento florestal e parcerias	2.242.229	1.592.132
Adiantamentos a fornecedores - outros	113.743	108.146
	<u>2.355.972</u>	<u>1.700.278</u>

Circulante

Não circulante

O programa de fomento florestal consiste em um sistema de parceria incentivada à produção florestal regional, onde produtores independentes plantam eucalipto em suas próprias terras para o fornecimento do produto agrícola madeira à Suzano. A Suzano fornece as mudas de eucalipto, subsídio em insumos, além de adiantamento em dinheiro, não estando estes últimos sujeitos a avaliação pelo valor presente uma vez que serão liquidados em volume de madeira em pé ou cortada. Adicionalmente, a Suzano apoia os produtores por meio de assessoria técnica em manejo florestal, porém não tem controle conjunto nas decisões efetivamente implementadas. Ao final dos ciclos de produção, a Suzano tem assegurado contratualmente o direito de realizar uma oferta de compra da floresta e/ou da madeira por valores em bases de mercado, entretanto, este direito não impede que os produtores negociem a floresta e/ou madeira com outros participantes do mercado, desde que, os valores incentivados sejam quitados integralmente.

11. Partes relacionadas: As operações comerciais e financeiras da Companhia e suas controladas com acionistas controladores, controladas e empresas pertencentes a Companhia ("Grupo Suzano") foram efetuadas a preços e condições específicas, bem como as práticas de governança corporativa adotadas e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação. As transações referem-se basicamente a: Valores ativos: (i) contas a receber pela venda de celulose, papel, *tissue* e outros produtos; (ii) juros sobre capital próprio e dividendos a receber; (iii) reembolso de despesas; (iv) serviços sociais. Valores passivos: (i) contratos de mútuo; (ii) compra de bens de consumo; (iii) agenciamento de transporte rodoviário; (iv) comissão de agente; (v) serviços portuários; (vi) reembolso de despesas; (vii) serviços sociais; (viii) consultoria imobiliária; e (ix) dividendos a pagar. Valores no resultado: (i) venda de celulose, papel, *tissue* e outros produtos; (ii) encargos com empréstimos e variação cambial; (iii) agenciamento de transporte rodoviário; (iv) serviços portuários; (v) concessão de fianças e gastos administrativos; (vi) geração e distribuição de energia; (vii) serviços sociais; e (viii) consultoria imobiliária. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não houve alterações relevantes nas condições dos contratos, acordos e transações celebradas, bem como não houve novas contratações, acordos ou transações de naturezas distintas celebradas entre a Companhia e suas partes relacionadas.

Ativo	
31/12/2023	31/12/2022
2	3
45.659	106.940
35	196
	(66)
	(3.705)
	(96)
	(95)
	(191)
	68
	6
	3.267
	548
	835
	3.876
4.575	4.825
	3
	5
	(490)
	(906)
61	(5)
50.332	(1.275.597)
107.163	(9.324)
178.783	223.661
363.520	(24)
	(5)
782	882
364.302	882
	(24)
	(5)
45.659	106.940
4.673	223
	(1.023)
	(1.275.597)
	(314)
	(513)
50.332	107.163
107.163	(1.276.934)
	(9.324)
364.302	882
	(24)
	(5)
364.302	882
	(24)
	(5)

autos da referida ação judicial, a Suzano decidiu por não adicionar o lucro da Suzano International Trading GmbH, sediada na Áustria, na determinação do lucro real e na base de cálculo da CSLL sobre o lucro líquido da Suzano para o exercício findo 31 de dezembro de 2023. Não há provisão quanto ao imposto relativo a não bitributação ao lucro da referida controlada em 2023. As divulgações sobre posições tributárias incertas de imposto de renda e contribuição social (CPC 22/IRIC 23) estão apresentadas na Nota 20.2.1.

12.1. Impostos diferidos: 12.1.1. Composição do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferidos

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo Fiscal do imposto de renda	1.209.968	1.207.096		
Base negativa da contribuição social	457.030	445.250		
Diferenças temporárias ativas				
Provisão para passivos judiciais	324.158	268.596		
Provisões operacionais e para perdas diversas	1.216.295	1.000.326	1.475	1.286
Variação cambial	2.384.153	4.297.503		
Amortização da mais valia decorrente da combinação de negócios	654.358	680.142		
Lucro não realizado nos estoques	151.578	363.052		
Arrendamento	356.110	364.838		
	6.753.650	8.626.803	1.475	1.286

Diferenças temporárias passivas		
Ágio - aproveitamento fiscal sobre ágio não amortizado contabilmente	1.301.654	1.023.103
Imobilizado - custo atribuído	1.137.483	1.217.349
Depreciação incentivada pelo lucro na exploração ⁽¹⁾	799.857	869.997
Juros capitalizados	640.063	210.834
Valor justo dos ativos biológicos	1.115.432	703.274
Imposto de renda e contribuição social diferido sobre mais/menos valia alocado, líquido	370.947	398.950
Créditos sobre exclusão do ICMS da base do PIS/COFINS	150.691	194.121
Ganho com derivativos ("MtM")	678.090	9.164
Demais diferenças temporárias	24.109	13.430
	6.218.326	4.640.222
	546.701	3.987.713
	1.475	1.286

Ativo não circulante		
Passivo não circulante	11.377	1.132

continua ★



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.

Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>



★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

(1) A depreciação incentivada é atribuída somente pelo IRPJ.

12.1.2. Composição do prejuízo fiscal acumulado e da base negativa da contribuição social

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo fiscal do imposto de renda a compensar	4.927.797	4.917.922	69.563	71.604
Base negativa da contribuição social a compensar	5.145.455	5.016.179	52.186	54.227

12.1.3. Movimentação do saldo líquido das contas de impostos diferidos

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
No início do exercício	3.986.581	8.731.509	1.286	1.668

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo fiscal do imposto de renda social	2.872	50.220		
Provisão para passivos judiciais	11.780	34.176		
Provisões operacionais e para perdas diversas	55.562	19.251		
Variação cambial	215.983	33.603	189	(382)
Ganhos com derivativos ("MtM")	(1.913.350)	(2.257.699)		
Amortização da mais e menos valia decorrente de combinação de negócios	(668.926)	(2.202.857)		
Lucro não realizado nos estoques	2.219	8.970		
Arrendamento	(211.474)	64.164		
Aproveitamento fiscal sobre ágio não amortizado contabilmente	(8.728)	(8.534)		
Imobilizado - custo atribuído	(278.551)	(276.614)		
Depreciação incentivada pelo lucro na exploração	79.866	99.510		
Juros capitalizados	70.140	74.952		
Valor justo do ativo biológico	(429.229)	(111.435)		
Créditos sobre exclusão do ICMS da base do PIS/COFINS	(412.158)	(272.308)		
Demais diferenças temporárias	43.430	3.906		
No final do exercício	(10.693)	(4.233)		
	535.324	3.986.581	1.475	1.286

12.1.4. Período estimado de realização: A projeção de realização dos impostos diferidos de natureza ativa foi preparada com base nas melhores estimativas da Administração da Suzano que são baseadas em premissas significativas, como preço de venda médio líquido da celulose e do papel e preço de transferência com sua controlada na Áustria. Todavia, há outras premissas que não estão sob o controle da Suzano e suas controladas, como índices de inflação, câmbio, preços de celulose praticados no mercado internacional e demais incertezas econômicas do Brasil, os resultados futuros podem divergir daqueles considerados na preparação da projeção consolidada, conforme apresentado a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
2024				1.420.894
2025				1.426.416
2026				1.154.559
2027				198.722
2028				116.103
2029 a 2031				896.292
2032 a 2033				1.540.664
				6.753.650

12.2. Conciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o resultado líquido

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o resultado	17.961.519	28.653.549	3.950.594	6.459.997
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal de 34%	(6.106.916)	(9.742.207)	(1.343.202)	(2.196.399)

Efeito tributário sobre diferenças permanentes

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Tributação (diferença) de resultado de controladas no Brasil e no exterior (1)	1.688.656	4.915.243		
Resultado de equivalência patrimonial	(6.443)	96.722	1.357.541	2.198.859
Juros pagos e não dedutíveis em transações com controladas ("Subcapitalização") (2)	(46.796)	(505.553)		
Juros sobre capital próprio	493.623		(16.377)	
Crédito Programa Reintegra	7.176	7.829		
Gratificações dos Diretores	(4.907)	(12.208)		
Incentivos fiscais aplicáveis	128.656	51.839		
Baixa de créditos tributários, doações, multas e outros	(46.020)	(72.808)	671	(2.842)
	(3.892.971)	(5.261.143)	(1.367)	(382)

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda				
Corrente	(354.244)	(464.409)	(1.128)	
Diferido	(2.561.842)	(3.485.491)	139	(281)
	(2.916.086)	(3.949.900)	(989)	(281)
Contribuição social				
Corrente	(43.488)	(46.641)	(428)	
Diferido	(933.397)	(1.264.602)	50	(101)
	(976.885)	(1.311.243)	(378)	(101)

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Resultado com imposto de renda e contribuição social no período	(3.892.971)	(5.261.143)	(1.367)	(382)
Alíquota efetiva da despesa com IRPJ e CSLL	21,67%	18,36%	0,03%	0,01%

(1) O efeito da diferença de tributação de empresas controladas deve-se, substancialmente, à diferença entre as alíquotas nominais do Brasil e controladas no exterior. (2) As regras brasileiras de subcapitalização ("thin capitalization") estabelecem que os juros pagos ou creditados por uma entidade brasileira a uma parte relacionada no exterior só podem ser deduzidos para fins de imposto de renda e para contribuição social, se a despesa de juros for vista como necessária para as atividades da entidade local e quando determinados limites e requisitos forem atendidos. Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a Suzano não atendia a todos os limites e requisitos para a dedutibilidade. 12.3. Incentivos fiscais: A Suzano possui incentivo fiscal de redução parcial do imposto de renda obtido pelas operações conduzidas em áreas da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE") e em áreas da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia ("SUDAM"). O incentivo de redução do IRPJ é calculado com base no lucro da atividade (lucro da exploração) e considera a alocação do lucro operacional pelos níveis de produção incentivada para cada produto.

Área/Região	Companhia	Vencimento
Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE")		
Eunápolis (BA)	Veracel	2025
Aracruz (ES)	Portocel	2030
Aracruz (ES)	Suzano	2031
Imperatriz (MA)	Suzano	2032
Mucuri (BA)	Suzano	2032
Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia ("SUDAM")		
Belém (PA)	Suzano	2025

12.4 Aplicação das regras fiscais do Modelo Pilar Dois da OCDE: A Suzano se encontra no escopo das regras do modelo do Pilar Dois da OCDE, uma vez que possui controladas que comercializam seus produtos nas regiões geográficas sujeitas à referida regulação. A Suzano aplicou a exceção ao reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos relacionados com tributos sobre o lucro do Pilar Dois, conforme previsto nas alterações ao IAS 12, emitidas em maio de 2023, e, por isso, não há qualquer impacto da legislação do Pilar Dois no cálculo dos tributos sobre o lucro diferidos no exercício de 2023. A Suzano e suas controladas estão atualmente em processo de avaliação do impacto na implementação das regras do Pilar 2 e no cálculo da receita GloBE. Nesse contexto, a Suzano está contando com o suporte de especialistas tributários para orientá-la na aplicação eficaz dessa legislação. 13. Ativos biológicos - consolidado: A movimentação dos ativos biológicos está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	14.632.186	12.248.732
Adições	5.777.952	4.957.380
Exaustão	(3.680.997)	(3.665.057)
Transferência	(136.297)	
Ganho na atualização do valor justo	1.989.831	1.199.759
Alienações	(128.370)	(82.331)
Outras baixas	(175.723)	(26.297)
Saldo no final do exercício	18.278.582	14.632.186

O cálculo do valor justo dos ativos biológicos se enquadra no nível 3 da hierarquia estabelecida no CPC 46/IFRS 13 - Mensurações do Valor Justo, devido à complexidade e estrutura do cálculo. As principais premissas Incremento Médio Anual ("IMA"), taxa de desconto e preço bruto médio de venda do eucalipto, destacam-se como sendo as principais, notadamente pela maior sensibilidade, ou seja, onde aumentos ou reduções geram ganhos ou perdas relevantes na mensuração do valor justo. As premissas utilizadas na mensuração do valor justo dos ativos biológicos foram: i) Ciclo médio de formação florestal de 6 e 7 anos; ii) Áreas úteis plantadas de florestas a partir do 3º ano de plantio; iii) O IMA que consiste no volume estimado de madeira com casca em m³ por hectare, apurado com base no material genético aplicado em cada região, práticas silviculturais e de manejo florestal, potencial produtivo, fatores climáticos e de condições do solo; iv) O custo-padrão médio por hectare estimado contempla gastos com silvicultura e manejo florestal, aplicados a cada ano de formação do ciclo biológico das florestas, acrescidos do custo dos contratos de arrendamento de terras e do custo de oportunidade das terras próprias; v) Os preços brutos médios de venda do eucalipto que foram baseados em pesquisas especializadas em transações realizadas pela Suzano com terceiros independentes; e vi) A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa é calculada com base em estrutura de capital e demais premissas econômicas para um participante de mercado independente de comercialização de madeira em pé (florestas). A mensuração das premissas consolidadas utilizadas é apresentada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Área útil plantada (hectare)	1.094.611	1.097.081
Ativos maduros	144.942	134.752
Ativos imaturos	949.669	962.329
Incremento médio anual (IMA) - m³/hectare/ano	37,92	37,07
Preço médio de venda do eucalipto - R\$/m³	96,04	90,16
Taxa de desconto - % (após os impostos)	8,80%	9,10%

O modelo de precificação considera os fluxos de caixa líquidos, após a dedução dos tributos sobre o lucro com base nas alíquotas vigentes. A variação do valor justo dos ativos biológicos justificada pela variação dos indicadores acima mencionados, que combinados, resultaram em uma variação positiva de R\$1.989.831 no consolidado, reconhecida na rubrica outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (nota 30).

	31/12/2023	31/12/2022
Mudanças físicas e taxa de desconto (1)	1.575.017	(37.088)
Preço	414.814	1.236.847
	1.989.831	1.199.759

(1) Inclui a variação dos indicadores: IMA, taxa de desconto e área.

A Suzano administra os riscos financeiros e climáticos relacionados com a atividade agrícola de forma preventiva. Para redução dos riscos decorrentes de fatores edafoclimáticos, é realizado monitoramento através de estações meteorológicas e, nos casos de ocorrência de pragas e doenças, o Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento Florestal, uma área da Suzano especializada em fisiologia e fitossanidade, adota procedimentos para diagnóstico e ações rápidas contra as possíveis ocorrências e perdas (nota 4.8). A Suzano não possui ativos biológicos oferecidos em garantia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 de 2022.

	Nemonorte			
	Suzano S.A. (1)	Premesa S.A.	Imóveis e Part. Ltda.	Total
a) Participação no capital em 31 de dezembro de 2023				
Quantidade de ações ou cotas possuídas				
Ações ordinárias	367.612.329	21.572		
Cotas				
Capital votante/total (2)	28,51%	98,65%		

	Consolidado			
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Taxa de depreciação média a.a. %				
Custo acumulado	1.041	9.791.102	9.415.818	43.949.632
Depreciação acumulada	(513)		(3.577.097)	(23.344.836)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	528	9.791.102	5.838.721	20.604.796
Adições	45	5.089	516	381.741
Adição de incorporadas		3.829.344		
Baixas		(69.773)	(10.613)	(58.435)
Depreciação	(79)		(310.429)	(2.367.163)
Transferências		930.646	246.782	1.057.714
Custo acumulado	1.086	14.486.408	9.644.875	45.160.365
Depreciação acumulada	(592)		(3.879.898)	(25.541.712)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	494	14.486.408	5.764.977	19.618.653
Adições (2)	147	54.027	15	467.032
Valor proveniente da aquisição da MMC Brasil (3)		4.572	111.495	453.617
Baixas		(25.090)	(36.184)	(133.249)
Depreciação	(80)		(313.304)	(2.570.734)
Transferências (4)		339.272	379.495	2.702.633
Custo acumulado	1.199	14.859.189	10.032.317	48.456.537
Depreciação acumulada	(638)		(4.125.823)	(27.918.585)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	561	14.859.189	5.906.494	20.537.952

1) Inclui veículos, móveis e utensílios e equipamentos de informática. 2) Em 31 de dezembro de 2023, a adição de imobilizado em andamento refere-se, substancialmente ao Projeto Cerrado, dos quais, R\$393.042 é efeito caixa de períodos anteriores (R\$1.832.746 com efeito não caixa em 31 de dezembro de 2022). 3) Em 1º de junho de 2023, a Suzano concluiu a aquisição da MMC Brasil e em 1º de novembro de 2023, a entidade legal foi incorporada pela Suzano (nota 1.2.3). 4) Transferência entre estoques, intangível e outros dentro do exercício. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Suzano avaliou os impactos de negócio, mercado e climático e não identificou nenhum evento que indicasse a necessidade de efetuar um teste para verificação de qualquer provisão referente ao valor recuperável (impairment) do ativo imobilizado (nota 4.8). 15.1. Bens oferecidos em garantia: No exercício findo em 31 de dezembro 2023, os bens do ativo imobilizado da Suzano que foram oferecidos em garantia em operações de empréstimos e processos judiciais, composto substancialmente pelas unidades de Três Lagoas e Imperatriz, totalizaram R\$16.332.447 no consolidado (R\$12.773.662 no consolidado em 31 de dezembro de 2022). 15.2. Custos dos empréstimos capitalizados: O montante dos custos de empréstimos capitalizados, pela Suzano, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$1.160.364 no consolidado (R\$359.407 no consolidado em 31 de dezembro de 2022). A taxa média ponderada, ajustada pela equalização dos efeitos cambiais, utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimos passíveis de capitalização foi 10,98% a.a. no consolidado (12,49% a.a. no consolidado em 31 de dezembro de 2022). 16. Intangível - consolidado: 16.1. Ativos intangíveis com vida útil indefinida:

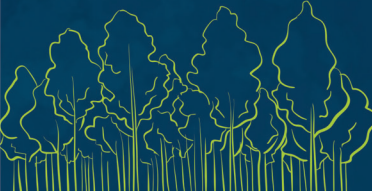
	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Ágio - Facepa	119.332	119.332
Ágio - Fibria	7.897.051	7.897.051
Ágio - MMC Brasil (1)	170.859	
Outros (2)	4.834	3.405
	8.192.076	8.019.788

(1) Refere-se ao ágio da combinação de negócios da MMC Brasil (nota 1.2.3). (2) Referem-se a outros ativos intangíveis com vida útil indefinida, tais como servidão de passagem de estrada e energia elétrica. Os ágios apresentados acima estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, suportados por laudos de avaliações, após alocação dos ativos identificados. O valor do ágio por expectativa de rentabilidade futura foi alocado às unidades geradoras de caixa e estão divulgados na nota 29.4. O teste de recuperabilidade dos ativos é efetuado anualmente com base no método de fluxo de caixa descontado. Em 2023, foram utilizados como base, o planejamento orçamentário, estratégico e financeiro da Suzano com projeções de crescimento até o ano de 2028 e perpetuidade média da unidade geradora de caixa considerando uma taxa nominal de 3,5% a.a. a partir desta data, baseados no histórico dos últimos anos, bem como as projeções econômico-financeiras de cada mercado em que a Suzano atua, além de informações oficiais de instituições independentes e governamentais. A taxa de desconto nominal, depois dos impostos, utilizada pela Administração para a elaboração do fluxo de caixa descontado foi de 8,9% a.a., sendo calculada com base no custo médio ponderado de capital ("Weighted Average Cost of Capital - WACC"). Adicionalmente, foram adotadas as premissas apresentadas na tabela a seguir:

	Suzano S.A. (1)		Premesa S.A.		Nemonorte Imóveis e Part. Ltda.		Total
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	
b) Informações das controladas em 31 de dezembro de 2023							
Ativo	143.593.025	10.461					
Passivo	98.782.725	1.037					
Patrimônio líquido	44.810.300	9.424					
Capital social	9.235.546	6.732					
Resultado do período	14.084.848	3.339					
c) Investimentos							

	Suzano S.A. (1)		Premesa S.A.		Nemonorte Imóveis e Part. Ltda.		Total
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	4.107.500	13.806	154	4.121.460			
Equivalência patrimonial	6.464.163	3.238	(170)	6.467.231			
Aumento de capital com créditos (3)			375				
Aumento de capital na Premesa com a participação na Nemonorte (3)							
Participação no ajuste de avaliação patrimonial (4)	(73.552)		(359)	(359)			
Dividendos (5)	(901.380)	(4.583)					
Perda apurada na recompra de ações pela controlada (6)	(314.550)						
Saldos em 31 de dezembro de 2022	9.282.181	12.820		9.295.001			
Equivalência patrimonial	3.989.475	3.294		3.992.769			
Juros sobre o capital próprio (nota 1.2.7)	(427.671)						
Participação no ajuste de avaliação patrimonial (4)	(22.929)			(22.929)			
Perda apurada na recompra de ações pela controlada (6)	(78.520)			(78.520)			
Dividendos complementares de 2022 (5)		(6.817)					

Saldos em 31 de dezembro de 2023 12.742.536 9.297 12.751.833 (1) Última cotação em bolsa por ação ordinária - R\$ 55,63 em 28 de dezembro de 2023, o valor de mercado desse investimento naquela data era de R\$ 20.450.274; (2) Em 28 de setembro de 2017, David Feffer, Daniel Feffer, Jorge Feffer, Ruben Feffer e Suzano Holding S.A. celebraram Acordo de Voto para regular, dentre outras avenças, o exercício do direito de voto relacionado às ações de emissão da Suzano de sua titularidade e vinculadas ao referido Acordo de Voto, as quais representavam, em conjunto, naquela data, 50,035% do capital social da Suzano, nos termos previsto no Acordo de Voto. A contraprestação paga para a aquisição do controle da Fibria se deu parte em dinheiro e parte em ações da Suzano. Com a emissão de novas ações da Suzano em favor dos então acionistas da Fibria, houve diluição da participação da Companhia na Suzano, fazendo com que ela caísse para abaixo de 50%, mesmo considerando o Acordo de Voto descrito no parágrafo acima. Essa situação requer que a administração avalie se o controle é mantido, especialmente quando perdendo a condição de acionista majoritário. A administração avaliou os fatos e circunstâncias mais relevantes, quantitativa e qualitativamente, incluindo a dispersão acionária, e conclui, apoiada em opinião de assessores externos, pela existência do de facto control i.e. a Companhia tem a habilidade prática de controlar a Suzano. Por consequência, concluiu pela manutenção da consolidação da Suzano, mesmo após a conclusão da aquisição da Fibria. (3) Em 31 de agosto de 2022, a Companhia integralizou o capital da Nemonorte Imóveis e Participações Ltda., com créditos de adiantamento para futuro aumento de capital. Em 27 de setembro de 2022, a Companhia integralizou o capital da Premesa S.A., com a participação da Nemonorte Imóveis e Participações Ltda., representado por 602 ações ordinárias. (4) Participação no ajuste de avaliação patrimonial, decorrente de alterações de participação acionária, ganho atuarial e variação cambial reconhecida pela controlada; (5) Dividendos classificados no fluxo de caixa como atividade de investimentos. (6) A Suzano possui programas de recompra de ações, aprovados em 27 de outubro de 2022, com limite de 20.0



SUZANO HOLDING S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 60.651.809/0001-05

SUZANO

Holding

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

17. Fornecedores - consolidado

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Em moeda nacional		
Terceiros ⁽¹⁾ ⁽²⁾	3.946.185	4.171.988
Partes relacionadas ⁽³⁾	1.023	3.776
Em moeda estrangeira		
Terceiros ⁽²⁾	1.625.011	2.030.806
	5.572.219	6.206.570

⁽¹⁾ Dentro do saldo de fornecedores existem valores que foram objeto de antecipação com instituições financeiras por opção exclusiva de determinados fornecedores (Risco Sacado), sem alteração das condições de compra originalmente definidas (prazos de pagamentos e preços negociados). O saldo referente a tais operações em 31 de dezembro de 2023 era de R\$281.350 (R\$416.643 em 31 de dezembro de 2022) no consolidado. ⁽²⁾ Dentro do saldo de fornecedores os seguintes saldos referem-se ao Projeto Cerrado, R\$523.408 (R\$625.645 em 31 de dezembro de 2022), em moeda nacional e R\$1.080.028 (R\$1.370.833 em 31 de dezembro de 2022) em moeda estrangeira. ⁽³⁾ O saldo consolidado refere-se, substancialmente, as transações com a Ibema Companhia Brasileira de Papel.

18. Empréstimos, financiamentos e debêntures - consolidado: 18.1. Abertura por modalidade:

			Consolidado					
Modalidade	Indexador	Encargo médio % a.a.	Circulante		Não circulante		Total	
			31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Em moeda estrangeira								
BNDES	UMB	7,50%		11.207				11.207
Bonds	Fixo	5,00%	841.625	907.059	40.122.749	43.218.286	40.964.374	44.125.345
Créditos de exportação ("Pré-pagamento de exportação")	SOFR/Fixo	5,80%	2.690.891	156.156	14.487.252	16.779.064	17.178.143	16.935.220
Financiamento de ativos	SOFR	3,10%	61.924	26.755	220.199	113.217	282.123	139.972
IFC - International Finance Corporation	SOFR	5,50%	731		2.871.399		2.872.130	
Outros			7.903	5.980			7.903	5.980
			3.603.074	1.107.157	57.701.599	60.110.567	61.304.673	61.217.724
Em moeda nacional								
BNDES	TJLP	8,40%	49.348	69.495	199.988	246.004	249.336	315.499
BNDES	TLP	13,20%	57.060	41.640	3.123.727	1.775.991	3.180.787	1.817.631
BNDES	Fixo	4,00%	4.020	18.666		4.011	4.020	22.677
BNDES	SELIC	12,70%	65.013	67.115	857.419	814.320	922.432	881.435
CRA ("Certificado de Recebíveis do Agronegócio")	CDI/IPCA	11,60%		1.829.966				1.829.966
Financiamento de ativos	CDI	12,30%	17.037		71.235		88.272	
NCE ("Nota de Crédito à Exportação")	CDI	12,10%	3.114	76.463	100.000	1.277.616	103.114	1.354.079
NCR ("Nota de Crédito Rural")	CDI	10,30%	101.739	13.144	1.998.270	274.127	2.100.009	287.271
Créditos de exportação ("Pré-pagamento de exportação")	Fixo	8,40%	791.306	77.694		1.315.813	791.306	1.393.507
Debêntures	CDI/IPCA	11,70%	66.536	33.689	8.362.207	5.421.113	8.428.743	5.454.802
			1.155.173	2.227.872	14.712.846	11.128.995	15.868.019	13.356.867
			4.758.247	3.335.029	72.414.445	71.239.562	77.172.692	74.574.591

18.2. Cronograma de vencimentos - não circulante:

	Consolidado						
	2025	2026	2027	2028	2029	2030 em diante	Total
Em moeda estrangeira							
Bonds	1.638.631	2.511.857	3.364.504	2.390.464	8.460.351		21.756.942
Créditos de exportação ("Pré-pagamento de exportação")	5.303.913	4.684.879	3.772.028		726.432		14.487.252
Financiamento de ativos	62.740	65.170	64.944	27.345			220.199
IFC - International Finance Corporation	7.005.284	7.261.906	7.389.749	3.305.381	10.477.796		22.261.483
Em moeda nacional							
BNDES - TJLP	99.525	85.538	7.117	3.604	3.604	600	199.988
BNDES - TLP	69.785	92.134	152.944	150.111	135.949	2.522.804	3.123.727
BNDES - Selic	231.793	230.625	30.406	30.405	30.406	303.784	857.419
Financiamento de ativos	17.302	17.644	17.997	18.292			71.235
NCE ("Nota de crédito à exportação")			25.000	25.000		25.000	100.000
NCR ("Nota de Crédito Rural")						1.998.270	1.998.270
Debêntures	2.340.550	2.335.130		748.466		2.938.061	8.362.207
	2.758.955	2.761.071	233.464	975.878	194.959	7.788.519	14.712.846
	9.764.239	10.022.977	7.623.213	4.281.259	10.672.755	30.050.002	72.414.445

18.3. Movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures:

No início do exercício

Captações líquidas de custo de transação, ágio e deságio

Juros apropriados

Variações monetárias e cambiais, líquidas

Pagamento de principal

Pagamento de juros

Amortização de custo de transação, ágio e deságio

Outras (menos valia de combinação de negócios)

No fim do exercício

18.4. Abertura por moeda:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Real	15.868.019	13.347.244
Dólar dos Estados Unidos da América	61.304.673	61.216.140
Cesta de moedas		11.207
	77.172.692	74.574.591

18.5. Custo de captação: O custo de captação é amortizado com base nas vigências dos contratos e taxa de juros efetiva.

Modalidade	Saldo a amortizar	
	Custo	Amortização
Bonds	434.970	270.145
NCE	125.222	122.526
Créditos de exportação ("Pré-agamento de exportação")	196.526	144.364
Debêntures	123.216	20.981
BNDES	63.588	53.734
IFC - International Finance Corporation	41.943	3.032
Outros	18.147	17.549
	1.003.612	632.331

18.6. Garantias: Alguns contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas de garantia, nas quais são oferecidos os próprios equipamentos financiados ou outros ativos imobilizados são indicados pela Suzano, conforme divulgado na nota 15.1. A Suzano não possui contratos com cláusulas restritivas financeiras (*covenants* financeiros) a serem cumpridos. **18.7. Operações relevantes contratadas no exercício: 18.7.1. BNDES:** Em 27 de junho de 2023, a Suzano captou junto ao BNDES o valor de R\$500.000 indexados pela taxa de juros Taxa de Longo Prazo ("TLP"), mais juros fixos de 5,23% a.a., com 7 (sete) anos de carência de principal e vencimento em dezembro de 2037. Os recursos foram destinados a projetos da área florestal. Em 20 de outubro de 2023, a Suzano captou junto ao BNDES o valor de R\$539.000 indexados pela taxa de juros Taxa de Longo Prazo ("TLP"), mais juros fixos de 6,97% a.a., com 6 (seis) anos de carência de principal e vencimento em dezembro de 2037. Os recursos foram destinados a projetos da área florestal. Em 30 de outubro de 2023, a Suzano captou junto ao BNDES o valor de R\$100.000 indexados pela taxa de juros Taxa de Longo Prazo ("TLP"), mais juros fixos de 7,11% a.a., com 1 (um) ano de carência de principal e vencimento em outubro de 2042. Os recursos foram destinados a projetos da área industrial. Em 28 de dezembro de 2023, a Suzano captou junto ao BNDES o valor de R\$100.000 indexados pela taxa de juros Taxa de Longo Prazo ("TLP"), mais juros fixos de 7,41% a.a., com 2 (dois) anos de carência de principal e vencimento em dezembro de 2043. Os recursos foram destinados a projetos da área industrial. **18.7.2. International Finance Corporation ("IFC"):** Em 22 de dezembro de 2022, a Suzano concluiu a contratação de uma nova linha de crédito ("A&B Loan") que será financiada pelo IFC e um sindicato de bancos comerciais, em um montante total de US\$600.000 (equivalentes a R\$ 2.891.520). O financiamento é composto pelas seguintes partes: (i) "A-loan", no montante de US\$250.000 (equivalentes a R\$1.204.800) com recursos próprios do IFC, ao custo de Term SOFR + 1,80% a.a. e prazo total de oito anos, com carência de principal de seis anos; e (ii) "B-Loan", um empréstimo sindicalizado no valor de US\$350.000 (equivalentes a R\$1.686.720) ao custo de Term SOFR + 1,60% a.a. e prazo total de sete anos, com carência de principal de cinco anos. Essa linha de crédito foi totalmente utilizada até 30 de junho de 2023. A operação de crédito possui indicadores de performance de sustentabilidade (KPIs) associados a metas de: (a) redução de intensidade de emissões de gases de efeito estufa (GEE); e (b) aumento da representatividade de mulheres ocupando posição de liderança na Suzano. Os recursos serão destinados ao Projeto Cerrado. No dia 14 de dezembro de 2023, a Suzano concluiu a contração de um valor adicional, denominado como "B-Loan Tranche 2", um empréstimo sindicalizado no valor de US\$195.000 (equivalentes a R\$953.784) ao custo de Term SOFR + 1,80% a.a. e prazo total de oito anos, com carência de principal de seis anos. Em 31 de dezembro de 2023, o valor ainda não havia sido sacado. **18.7.3. Adiantamento sobre contrato de câmbio ("ACC"):** Em 19 de maio de 2023, a Suzano captou junto ao BNP Paribas o valor de US\$100.000 (equivalentes a R\$481.920) pré-fixado em dólar de 6,00% a.a., com vencimento em maio de 2024. Em 21 de junho de 2023, a Suzano captou junto ao BNP Paribas o valor de US\$35.000 (equivalentes a R\$168.672) pré-fixado em dólar de 6,52% a.a., com vencimento em junho de 2024. **18.7.4. Debêntures:** Em 29 de junho de 2023, a Suzano captou debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, as quais foram objeto de oferta pública de distribuição no valor total de R\$1.000.000. A debênture é composta por duas partes: (i) montante R\$500.000 ao custo de IPCA + 6,0188% a.a. e prazo total de sete anos, com vencimento único em 15 de junho de 2030; e (ii) montante R\$500.000 ao custo de IPCA + 6,2477% a.a. e prazo total de dez anos, com vencimento único em 15 de julho de 2033. Em 18 de setembro de 2023, a Suzano captou debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, as quais foram objeto de oferta pública de distribuição no valor total de R\$2.000.000, com taxa correspondente a IPCA + 6,1889% a.a. com prazo de 15 anos, com vencimento em 15 de setembro de 2038. **18.7.5. Nota de crédito rural:** Em 9 de agosto de 2023, a Suzano efetuou, junto ao banco Safra a captação de uma nota de crédito rural no valor de R\$2.000.000 com taxa pós-fixada em CDI + 1,25% a.a., com vencimento final em agosto de 2030. **18.7.6. Pré-pagamento de exportação:** Em 25 de agosto de 2023, a Suzano efetuou, junto ao banco JP Morgan, a captação de um pré-pagamento de exportação com valor de US\$150.961 (equivalentes a R\$736.266), com taxa fluante em

Term SOFR 6M + 1,93% a.a., com vencimento final em janeiro de 2029. **18.8. Operações relevantes liquidadas no exercício:** Em 22 de junho de 2023, a Suzano liquidou um contrato de CRA, no valor de R\$685.239 (principal e juros), com vencimento original em junho de 2023 e ao custo de IPCA + 5,9844% a.a. Em 9 de agosto de 2023, a Suzano liquidou, de forma antecipada, uma nota de crédito rural e duas notas de crédito de exportação, junto ao banco Safra, no valor total de R\$1.616.500 (principal e juros), como parte da estratégia de rolagem de dívida. Os vencimentos originais das dívidas eram em junho e agosto de 2026, e as taxas entre CDI + 0,99% a.a. e CDI + 1,03% a.a. Em 15 de agosto de 2023, a Suzano liquidou um contrato de CRA, no valor de R\$561.502 (principal e juros), com vencimento original em agosto de 2023 e ao custo de IPCA + 5,9844% a.a. Em 25 de agosto de 2023, a Suzano liquidou, de forma antecipada, um pré-pagamento de exportação, junto ao banco JP Morgan, no valor total de US\$118.653 (equivalentes a R\$587.333 (principal e juros)). O vencimento original da dívida era em junho de 2024 com taxa pré-fixada em reais de 7,70% a.a. Em 14 de dezembro de 2023, a Suzano liquidou um contrato de CRA, no valor de R\$741.228 (principal e juros), com vencimento original em dezembro de 2023 e ao custo de IPCA + 6,1346% a.a. **19. Arrendamento: 19.1. Direito de uso:** A movimentação é apresentada a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	Terras e terrenos	Máquinas e equipamentos	Navios e embarcações	Veículos
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.868.411	86.464	89.451	2.730
Adições/atualizações	849.996	66.821	61.853	4.216
Depreciações ⁽¹⁾	(360.225)	(40.732)	(64.982)	(124.890)
Baixas ⁽²⁾	(75.026)			(2.303)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	3.283.156	112.553	86.322	4.643
Adições/atualizações	496.236	206.847	106.029	9.702
Depreciações ⁽¹⁾	(386.436)	(134.587)	(60.357)	(124.890)
Baixas ⁽²⁾	(12.658)			(2.346)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	3.380.298	184.813	131.994	5.860

⁽¹⁾ O montante de depreciação relativo aos arrendamentos de terras e terrenos foram substancialmente reclassificados para a rubrica de ativos biológicos para composição do custo de formação. ⁽²⁾ Baixas decorrentes de cancelamentos de contratos. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia e suas controladas não estão comprometidas com contrato de arrendamento ainda não iniciado. **19.2. Contas a pagar de arrendamento:** O saldo de contas a pagar de arrendamento no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, mensurados a valor presente e descontados pelas respectivas taxas de descontos são apresentados a seguir:

Natureza dos contratos	Taxa média de desconto % a.a. ⁽¹⁾	Consolidado	
		Vencimento final ⁽²⁾	Valor presente do passivo
Terras e terrenos	12,52	Setembro/2051	3.711.023
Máquinas e equipamentos	11,43	Abril/2035	259.482
Imóveis	10,84	Dezembro/2031	126.852
Navios e embarcações	11,39	Fevereiro/2039	2.145.682
Veículos	11,29	Novembro/2028	5.529
			6.248.568

⁽¹⁾ Para determinação das taxas de desconto, foram obtidas cotações junto a instituições financeiras para contratos com características e prazos médios semelhantes aos contratos de arrendamento. ⁽²⁾ Referem-se aos vencimentos originais dos contratos e, portanto, não consideram eventuais cláusulas de renovação.

A movimentação é apresentada a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	6.183.229	5.894.496	699	1.302
Adições	818.945	982.979	5.036	299
Baixas	(18.797)	(75.026)		
Pagamentos	(1.219.812)	(1.045.135)	(1.413)	(1.016)
Apropriação de encargos financeiros ⁽¹⁾	665.115	612.156	464	114
Variação cambial	(180.112)	(186.241)		
Saldo no final do exercício	6.248.568	6.183.229	4.786	699
Circulante	754.212	672.873	813	699
Não circulante	5.494.356	5.510.356	3.973	

⁽¹⁾ No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o montante de R\$223.055 no consolidado (R\$178.429 no consolidado em 31 de dezembro de 2022), foi reclassificado para a rubrica de ativos biológicos para a composição do custo de formação. O cronograma de desembolsos futuros não descontados a valor presente, relativos ao passivo de arrendamento, está divulgado na nota 4.2. **19.2.1. Valores reconhecidos no resultado do exercício:** A posição dos saldos é apresentada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Ativos de curto prazo	8.005	6.836
Ativos de baixo valor	2.611	1.580
	10.616	8.416

19.2.2. Fluxo projetado com inflação: Os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento, descontados pela taxa nominal são apresentados a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo real		
Direito de uso	5.201.193	5.109.792
Passivo de arrendamento	11.027.675	11.055.010
Encargos financeiros	(4.779.107)	(4.871.781)
	6.248.568	6.183.229

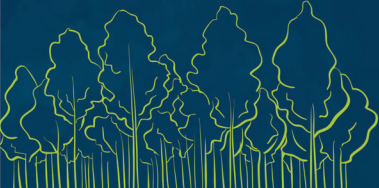
	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo inflacionado		
Direito de uso	6.344.191	6.246.527
Passivo de arrendamento	12.987.081	12.896.561
Encargos financeiros	(5.596.540)	(5.576.606)
	7.390.540	7.319.955

19.2.3. Direito potencial de PIS/COFINS a recuperar: O quadro a seguir demonstra o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Fluxos de caixa		
Contraprestação a pagar	11.027.675	6.248.568
PIS/COFINS potencial (9,25%) ⁽¹⁾	495.420	276.993
	425.082	245.198

⁽¹⁾ Incidente sobre os contratos estabelecidos com pessoas jurídicas. **20. Provisão para passivos judiciais:** A Suzano está envolvida em determinados assuntos legais decorrentes do curso normal de seus negócios, que incluem processos tributários, previdenciários, trabalhistas, cíveis, ambientais e imobiliários. A Companhia e suas controladas classificam o risco de perda dos processos legais, com base na análise de seus assessores jurídicos, as quais refletem razoavelmente as perdas prováveis estimadas. A Administração da Suzano acredita que, com base nos elementos existentes na data base destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as provisões para riscos tributários, previdenciários, trabalhistas, cíveis, ambientais e imobiliários, constituídas de acordo com o CPC 25/IAS 37, são suficientes para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais, conforme apresentado a seguir: **20.1. Saldos e movimentação da provisão por natureza dos processos com risco de perda provável, líquido dos depósitos judiciais:**

	Consolidado				
	31/12/2023				
	Tributários e previdenciários	Trabalhistas	Cíveis, ambientais e imobiliários	Passivos contingentes assumidos ⁽¹⁾ ⁽²⁾	Total
Saldo no início do exercício	419.915	255.805	118.729	2.645.705	3.440.154
Pagamentos	(1.717)	(37.172)	(3.014)		(41.903)
Reversões	(18.035)	(101.375)	(11.337)	(490.160)	(620.907)
Adições	37.683	211.690	21.335		270.708
Atualização monetária	31.020	20.110	13.722		64.852
Saldo de provisão	468.866	349.058	139.435	2.155.545	3.112.904
Depósitos judiciais	(154.469)	(82.305)	(15.694)		(252.468)
Saldo no final do exercício	314.397	266.753	123.741	2.155.545	2.860.436



SUZANO HOLDING S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 60.651.809/0001-05

SUZANO

Holding

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

restauração ambiental, dentre outras. **20.2. Processos com risco de perda possível:** A Suzano possui contingências de natureza tributária, cível e trabalhista, cuja expectativa de perda, avaliada pela Administração e suportada pelos assessores jurídicos, está classificada como possível e, portanto, nenhuma provisão foi constituída:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Tributários e previdenciários (1)	9.775.068	8.201.246
Trabalhistas	194.883	321.428
Cíveis, ambientais e imobiliários (1)	4.462.964	4.414.877
	14.432.915	12.937.551

1) Valores líquidos do saldo de menos valia alocado aos processos com probabilidade de perda possível no montante de R\$2.135.869 no consolidado (R\$2.614.518 no consolidado em 31 de dezembro de 2022), que foram registradas pelo valor justo resultante das combinações de negócios com a Fibria, conforme apresentado na nota 20.1.1 acima. **20.2.1. Tributários e previdenciários:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Suzano possuía 733 (setecentos e trinta e três) processos tributários e previdenciários no total de R\$9.775.068 (766 (setecentos e sessenta e seis) processos no total de R\$8.201.246 em 31 de dezembro de 2022). Os demais processos tributários e previdenciários referem-se a diversos tributos, tais como Imposto de Renda para Pessoas Jurídicas ("IRPJ"), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), Programa de Integração Social ("PIS"), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), Contribuição Previdenciária, Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação ("ICMS"), Imposto Sobre Serviço ("ISS"), Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF"), principalmente devido a divergências na interpretação das normas tributárias aplicáveis e informações fornecidas em obrigações acessórias. A seguir, são divulgadas as contingências relevantes referentes às seguintes matérias: (i) Auto de infração - IRPJ/CSLL - permuta de ativos industriais e florestais: em dezembro de 2012, a Suzano foi autuada pela Receita Federal do Brasil para cobrança de Imposto de Renda para Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") sob a suposta alegação de existência de ganho de capital não tributado, em fevereiro de 2007, data de fechamento da operação onde a Suzano efetuou uma permuta de ativos industriais e florestais com a *International Paper*. Em 19 de janeiro de 2016, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF") julgou improcedente, por voto de qualidade do Presidente do CARF, o recurso apresentado pela Suzano no processo administrativo. A Suzano foi intimada da decisão em 25 de maio de 2016, de forma que, tendo em vista a impossibilidade de novos recursos e o consequente encerramento do caso na esfera administrativa, decidiu prosseguir com a discussão perante o Poder Judiciário, que está devidamente garantida. A ação judicial foi julgada de maneira favorável aos interesses da Suzano e atualmente aguarda-se o julgamento do recurso de apelação da Fazenda Nacional. Em dezembro de 2023, tendo em vista os termos do artigo 25, § 9º A, da Lei nº 14.689/23, as Certidões de Dívida Ativa foram retificadas de modo a cancelar definitivamente os valores relacionados a multa de ofício e seus encargos. Na opinião da Suzano e de seus assessores jurídicos externos a probabilidade de perda da causa é possível, exceto pelo provisionamento do valor equivalente ao passivo contingente assumido decorrente da combinação de negócios. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o montante estimado da exposição é de R\$1.630.537 (R\$2.505.970 em 31 de dezembro de 2022). (ii) Auto de infração - IRPJ/CSLL: Trata-se de processo administrativo instaurado em outubro de 2023, decorrente de autos de infração de IRPJ e CSLL lavrados em face de Suzano, relativamente ao ano-calendário de 2019. Imputam-se infrações sobre: (i) despesas indedutíveis; (ii) indevida dedução de despesas operacionais; (iii) lucros auferidos no exterior por empresa subsidiária; (iv) amortização de ágio; (v) falta de adição de gratificação paga a diretores à base de cálculo da CSLL, e (vi) prejuízo fiscal e base negativa da CSLL. A Suzano apresentou Impugnação administrativa, atualmente, pendente de julgamento na primeira instância administrativa. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o montante estimado da exposição é de R\$845.164. (iii) Auto de infração - IRPJ/CSLL - glosa da depreciação, amortização e exaustão - período 2010: em dezembro de 2015, a Suzano foi autuada para cobrança de Imposto de Renda para Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") sob a suposta alegação de indedutibilidade das despesas de depreciação, amortização e exaustão utilizadas pela Suzano em sua apuração no ano-calendário de 2010. A Suzano apresentou Impugnação administrativa, julgada parcialmente procedente. Referida decisão foi objeto de recurso voluntário, apresentado pela Suzano em novembro de 2017. O julgamento foi convertido em diligência e, atualmente aguarda-se a conclusão da diligência determinada pelo CARF. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o montante estimado da exposição é de R\$827.186 (R\$777.362 em 31 de dezembro de 2022). (iv) Auto de infração - Créditos de IRPJ e CSLL: em 05 de outubro de 2020, a Suzano foi notificada acerca do Auto de Infração lavrado pela Receita Federal do Brasil ("RFB") visando a cobrança de créditos de IRPJ e CSLL, decorrentes da reapuração dos lucros de sua controlada Suzano Trading Ltd nos anos de 2014, 2015 e 2016. Além da Suzano, também foram incluídos como corresponsáveis solidários pelas referidas apurações, os Diretores Estatutários da referida controlada nos anos autuados. A Suzano, com base nos assessores jurídicos contratados para apresentação da defesa, classifica o prognóstico como perda possível quanto à alegação referente à Suzano e possível com viés de remoto quanto à responsabilidade dos Diretores Estatutários indicados. A Suzano apresentou a defesa administrativa e, atualmente, por meio da Resolução nº 104000033, o julgamento foi convertido em diligência, a qual se aguarda o início. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o montante estimado da exposição é de R\$563.723 (R\$516.433 em 31 de dezembro de 2022). (v) PIS/COFINS - Bens e Serviços - 2009 a 2011: em dezembro de 2013, a Suzano foi autuada pela Receita Federal do Brasil exigindo a cobrança de créditos de PIS e COFINS glosados por não estarem supostamente vinculados às suas atividades operacionais. Em primeira instância, a impugnação apresentada pela Suzano foi julgada improcedente. Interposto o Recurso Voluntário, este foi provido parcialmente em abril de 2016. Desta decisão, a Fazenda Nacional interpôs Recurso Especial à Câmara Superior, ainda pendente de julgamento, e a Suzano opôs Embargos de Declaração, parcialmente admitidos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o montante estimado da exposição é de R\$190.875 (R\$180.219 em 31 de dezembro de 2022). (vi) Auto de Infração - tributação em bases universais - ano 2015: em 3 de novembro de 2020, a Suzano foi notificada acerca do Auto de Infração lavrado pela Receita Federal do Brasil ("RFB") sob a acusação de que teria deixado de recolher IRPJ e CSLL, no ano-calendário 2015, em razão da falta de adição, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, de lucros auferidos pelas controladas no exterior. A Suzano, com base nos assessores jurídicos contratados para apresentação da defesa, classifica o prognóstico como perda possível. A Suzano apresentou a defesa administrativa. Em primeira instância, a impugnação apresentada pela Suzano foi julgada parcialmente procedente. Assim, face à decisão, foi interposto o Recurso Voluntário, atualmente, pendente de julgamento. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o montante estimado da exposição é de R\$176.917 (R\$163.059 em 31 de dezembro de 2022). (vii) Incentivos fiscais - Agência de Desenvolvimento do Nordeste ("ADENE"): em 2002, a Suzano pleiteou e teve reconhecido pela Secretaria da Receita Federal (SRF), sob a condição de realizar novos investimentos em suas unidades localizadas na área de abrangência da ADENE, o direito de usufruir do benefício da redução do IRPJ e adicionais, não restituíveis, apurados sobre o lucro da exploração, para as fábricas A e B (período de 2003 a 2013) e fábrica C (período de 2003 a 2012), todas da unidade Aracruz, depois de ter aprovado com a SUDENE os devidos laudos constitutivos. Em 2004, a Suzano recebeu ofício do inventariante extrajudicial da extinta Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE"), informando que o direito à fruição do benefício anteriormente concedido foi julgado improcedente, de forma que providenciaria a sua revogação. Em 2005, foi lavrado auto de infração exigindo supostos valores relativos ao incentivo fiscal até então usufruído. Após discussão administrativa, o auto de infração foi julgado parcialmente procedente no sentido de reconhecer o direito da Suzano de usufruir do incentivo fiscal devido até o ano de 2003. A Administração da Suzano, assessorada por seus consultores jurídicos, acredita que a decisão de cancelamento dos referidos benefícios fiscais é equivocada e não deve prevalecer, seja com respeito aos benefícios já usufruídos, seja em relação aos benefícios não usufruídos até os respectivos prazos finais. Atualmente a contingência é discutida na esfera judicial. Atualmente aguarda-se a publicação da decisão que negou provimento aos Embargos de Declaração. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o montante estimado da exposição é de R\$143.912 (R\$136.733 em 31 de dezembro de 2022). (viii) Compensação - IRRF - período 2000: a Suzano deu entrada em processo de compensação de créditos oriundos de IRRF apurados no exercício findo em 31 de dezembro de 2000 com débitos devidos à Receita Federal do Brasil. Em abril de 2008, a Receita Federal do Brasil reconheceu parcialmente o crédito em favor da Suzano. Desta decisão, a Suzano interpeôs Recurso Voluntário ao CARF e o julgamento foi convertido em diligência. Atualmente, aguarda-se o início da diligência. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o montante estimado da exposição é de R\$120.871 (R\$116.105 em 31 de dezembro de 2022). (ix) IRPJ/CSLL - homologação parcial - período 1997: a Suzano deu entrada em processo de compensação de créditos oriundos de saldo negativo apurado no ano de 1997 com débitos devidos à Receita Federal do Brasil ("RFB"). Em março de 2009, a RFB homologou apenas R\$83.000, gerando uma diferença de R\$51.000. A Suzano aguarda ainda conclusão da análise dos créditos discutidos em esfera administrativa após decisão favorável do CARF em agosto de

2019, que deu provimento ao recurso voluntário interposto pela Suzano. Para a outra parte do crédito, a Suzano ajuizou ação para discutir a exigibilidade do saldo devedor, a qual aguarda julgamento em segunda instância do seu Recurso de Apelação, interposto após sentença de julgamento improcedente a ação. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o montante estimado da exposição é de R\$117.130 (R\$111.775 em 31 de dezembro de 2022). (x) Auto de infração - IRPJ/CSLL: Processo administrativo exigindo a cobrança de IRPJ e CSLL relativos ao ano-calendário de 2015. Imputam-se infrações sobre (i) preços de transferência; e (ii) despesas indedutíveis. A Suzano apresentou impugnação em janeiro de 2020, a qual foi julgada parcialmente procedente. Atualmente aguarda-se o julgamento do Recurso Voluntário apresentado pela Suzano. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o montante estimado da exposição é de R\$106.477 (R\$97.515 em 31 de dezembro de 2022). (xi) Auto de Infração - IRPJ e Saldo Negativo: Trata-se de Despacho Decisório que homologou parcialmente a compensação realizada pela Suzano, em razão da utilização de créditos proveniente de Saldo Negativo, oriundo de retenção na fonte, apurado no período de janeiro de 2016 a dezembro de 2016. A Suzano apresentou impugnação administrativa, atualmente, pendente de julgamento na primeira instância administrativa. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o montante estimado da exposição é de R\$102.496 (R\$93.232 em 31 de dezembro de 2022). **20.2.2. Trabalhistas:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Suzano possui 1.034 (hum mil e trinta e quatro) processos de natureza trabalhista, no total de R\$194.883 (1.248 (hum mil duzentos e quarenta e oito) processos no total de R\$321.428 em 31 de dezembro de 2022). A Suzano possui ainda diversos processos em que figuram como parte os sindicatos dos trabalhadores nos Estados da Bahia, Espírito Santo, Maranhão, São Paulo e Mato Grosso do Sul. **20.2.3. Cíveis, ambientais e imobiliários:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Suzano possuía 219 (duzentos e dezenove) processos de natureza cível, ambiental e imobiliário, no total de R\$4.462.964 (221 (duzentos e vinte e um) processos no total de R\$4.414.877 em 31 de dezembro de 2022). De maneira geral, os processos cíveis e ambientais nos quais a Suzano, inclusive suas controladas, figura como ré estão relacionados, principalmente, a discussão acerca da competência para licenciamento ambiental, reparação de danos ambientais, matérias de natureza indenizatória, inclusive, decorrentes de discussões sobre obrigações contratuais, medidas cautelares, ações possessórias, ações de reparação de danos e revisionais, ações visando à recuperação de créditos (ações de cobrança, monitorias, execuções, habilitações de crédito em falência e recuperações judiciais), ações de interesse de movimentos sociais, tais como, trabalhadores sem-terra, comunidades quilombolas, indígenas e pescadores, e ações decorrentes de acidentes de trânsito. A Suzano possui apólice de seguro de responsabilidade civil geral que visa a amparar, dentro de limites contratados na apólice, eventuais condenações judiciais, a título de danos causados a terceiros (incluindo também empregados). Dentre os processos de natureza cível, destacam-se: (i) 2 (duas) Ações Cíveis Públicas ("ACPs") movidas pelo Ministério Público Federal ("MPF") em que requer (i) liminarmente, que os caminhões da Suzano deixem de transportar madeira em rodovias federais acima de restrições legais de peso (ii) o aumento da multa por excesso de peso a ser aplicada à Suzano e (iii) indenização por danos materiais causados às rodovias federais, meio ambiente e ordem econômica e indenização por danos morais. Uma das ACPs foi julgada parcialmente procedente e a Suzano apresentou apelação ao tribunal competente com pedido de efeito suspensivo dos efeitos da sentença, o qual ainda está pendente de apreciação. A outra ACP foi julgada improcedente e aguarda-se julgamento de apelação. Em setembro de 2021 ambas foram suspensas por decisão do STJ de avaliar os pontos de discussão na forma de recurso repetitivo. Ainda sem previsão para julgamento. (ii) A Suzano demandou um concorrente da região centro-oeste em razão da utilização indevida e desautorizada de uma variedade de eucalipto protegida por direitos de propriedade intelectual (cultivar) da controlada incorporada Fibria. A proibição de cultivo deste ativo biológico pelo concorrente é protegida por decisão liminar ainda em vigor, a qual fora confirmada em sentença favorável à Suzano, sendo que, atualmente, fora iniciado o procedimento de liquidação de sentença pela Suzano. Ressalta-se que, antes mesmo da referida sentença, o concorrente manejou ação de anulação do registro de cultivar, mas, até o momento, não houve qualquer decisão neste processo capaz de restringir o direito da Suzano. (iii) Em novembro de 2020, um fornecedor de logística marítima iniciou um processo de arbitragem contra a Suzano após a rescisão antecipada do contrato. A contraparte pleiteia a execução de cláusula de opção de venda ou put (impondo a titularidade e aquisição de barcas) supostamente prevista no contrato como penalidade pela rescisão antecipada, bem como o pagamento de supostas perdas e danos sofridos em decorrência da rescisão. A Suzano, por sua vez, alega que a opção de venda não é devida e, mesmo que fosse devida, a cláusula de opção de venda é abusiva na relação econômica do contrato. A demanda foi julgada parcialmente procedente e as partes resolveram celebrar acordo, o qual já fora homologado em 11 de setembro de 2023 pelo Tribunal Arbitral, dando por encerrada a presente arbitragem. (iv) A Suzano ainda figura como ré em 2 ("duas") ACPs, ajuizadas em 2015 pelo MPF Ministério Público Federal ("MPF") e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária ("INCRA") em face da controlada incorporada Fibria, do Estado do Espírito Santo e do BNDES, visando a nulidade de alguns títulos de propriedade outorgado pelo Estado à Suzano nos municípios de Conceição da Barra e São Mateus. As decisões, proferidas pelo juiz de 1ª instância da Justiça Federal, declaram a nulidade desses títulos e determinam o retorno desses imóveis à propriedade do Estado. As decisões proferidas não são definitivas e a Suzano apresentou recursos cabíveis para reversão dessa decisão em 2ª instância. Importante destacar que os imóveis cujos títulos são discutidos nas ACPs somam um total de aproximadamente 10.500 hectares, sendo que, desse total, na melhor informação da Suzano, apenas aproximadamente 4.000 hectares estão incluídos em procedimentos de demarcação iniciados no INCRA em favor de comunidades quilombolas da região. Nenhum desses procedimentos demarcatórios está finalizado. A Suzano é legítima possuidora dos imóveis em discussão e seguirá discutindo judicialmente a questão, para comprovar no judiciário a legalidade das aquisições realizadas no momento da aquisição. (v) Dentre os processos ambientais, destaca-se 1 ("uma") ACPs ajuizadas pelo MPF na região nordeste do Brasil, desafiando a jurisdição do órgão ambiental do estado para conceder licenças ambientais. O MPF alega que os procedimentos de licenciamento ambiental relacionados à nossa planta industrial no estado do Maranhão devem ser realizados pela Agência Federal do Meio Ambiente ("IBAMA"). Os riscos envolvidos são atrasos em nosso cronograma de plantio e a suspensão das atividades da unidade industrial do Maranhão até a emissão de nova licença. Acreditamos que há boas chances de defesa neste caso, uma vez que o IBAMA não reconhece ter competência para executar o processo de licenciamento e não existe nenhum fundamento legal claro para sustentar tal jurisdição. (vi) Além disso, a Suzano está envolvida em 1 ("uma") ACP ajuizada pelo MPF no estado dos impactos negativos da operação na Região do Baixo Parnaíba. O MPF alega que a ocupação destas áreas causou impactos socioambientais no leste maranhense. Atualmente, a ação se encontra em fase instrutória, com início dos procedimentos periciais. Há boas chances de defesa nesse caso, uma vez que o relatório usado para fundamentar os pedidos foi realizado de forma unilateral e serão questionados durante a instrução pericial. **21. Planos de benefícios a empregados:** A Companhia e a Suzano oferecem a seus funcionários planos suplementares de aposentadoria de contribuição definida e planos de benefícios definidos, tais como assistência médica e seguro de vida, os quais são detalhados a seguir. **21.1. Planos de aposentadoria suplementar - Contribuição definida:** A Companhia e a Suzano possuem um plano de aposentadoria suplementar vigente, conforme detalhado a seguir. **21.1.1. Suzano Prev:** Em 2005, a Companhia e a Suzano instituíram o plano de previdência Suzano Prev administrado pela BrasilPrev, entidade aberta de previdência complementar, que atende a empregados de empresas do Grupo Suzano, no modelo de contribuição definida. Nos termos do contrato do plano de benefícios, para os colaboradores que possuem o salário acima das 10 unidades de referência Suzano ("URS"), além da contribuição de 0,5%, as contribuições da parte empresa acompanham as contribuições dos empregados e incidem sobre a parcela do salário que excede as 10 URS's, podendo variar de 1% a 6% do salário nominal. Este plano é denominado Contribuição Básica 1. As contribuições da Companhia e da Suzano ao colaborador são de 0,5% do salário nominal que não exceder a 10 URS's, mesmo não havendo contrapartida de contribuição por parte do colaborador. Este plano é denominado Contribuição Básica 2. A partir de agosto de 2020, para os colaboradores que possuem salário menor que as 10 URS's, poderão investir 0,5 ou 1,0% do salário nominal e a Companhia e a Suzano acompanharão as contribuições do colaborador. O colaborador poderá livremente optar por investir até 12% do salário na previdência Suzano Prev, sendo que o excedente da Contribuição Básica 1 ou 2 poderá ser investido na contribuição suplementar, onde não há contrapartida da Companhia e da Suzano e o colaborador deverá considerar as duas contribuições para limitar a 12% do salário. O acesso ao saldo formado pelas contribuições da Companhia e da Suzano ocorrem somente no desligamento e está diretamente relacionado ao tempo do vínculo empregatício. As contribuições realizadas pela Companhia e suas controladas, para plano de previdência Suzano Prev administrado pela BrasilPrev, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 totalizaram R\$18.527 reconhecidos nas rubricas custo dos produtos vendidos, despesas com vendas e gerais e administrativas (R\$15.412 em 31 de dezembro de 2022). **21.2. Planos de benefícios definidos:** A Companhia e a Suzano tem como política de recursos humanos oferecer assistência médica e seguro de vida, adicionalmente ao plano de aposentadoria complementar, sendo os valores apurados por meio de cálculo atuarial e reconhecidos no resultado, conforme detalhado a seguir. **21.2.1. Assistência médica:** A Companhia e a Suzano garantem cobertura de custos com

programa de assistência médica para determinado grupo de ex-funcionários que se aposentaram até 2007, bem como para seus cônjuges e dependentes até completar a maioridade. Para outro determinado grupo de ex-funcionários que, excepcionalmente por critério e deliberação da Companhia e da Suzano, ou segundo critérios e direitos associados ao cumprimento da legislação pertinente, a Companhia e a Suzano asseguram o programa de assistência médica. Os principais riscos atuariais associados são: (i) redução da taxa de juros (ii) sobrevida superior ao previsto nas tábuas de mortalidade (iii) rotatividade superior à esperada e (iv) crescimento dos custos médicos acima do esperado. **21.2.2. Seguro de vida:** A Companhia e a Suzano oferecem o benefício do seguro de vida para determinado grupo de ex-funcionários que se aposentaram até 2005 nas unidades de Suzano e escritório administrativo de São Paulo e que não optaram pelo plano de aposentadoria complementar. Os principais riscos atuariais relacionados são: (i) redução da taxa de juros e (ii) mortalidade superior à esperada. **21.2.3. Movimentação do passivo atuarial:** As movimentações das obrigações atuariais preparadas com base em laudo atuarial, estão apresentadas a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	691.424	675.158
Juros sobre passivo atuarial	67.272	58.420
Custo do serviço corrente	1.959	838
Perda atuarial - experiência	57.765	74.794
Perda (ganho) atuarial - hipóteses econômicas	70.762	(62.563)
Variação cambial		(577)
Benefícios pagos diretamente pela empresa	(55.499)	(54.646)
Saldo no final do exercício	833.683	691.424

21.2.4. Hipóteses atuariais econômicas e biométricas:

As principais hipóteses e dados biométricos utilizados na elaboração dos cálculos atuariais são apresentados a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Econômicas		
Taxa de desconto nominal - plano médico e seguro de vida	9,14% a.a.	10,07% a.a.
Taxa de crescimento dos custos médicos	6,86% a.a.	6,86% a.a.
Inflação econômica	3,50% a.a.	3,50% a.a.
Fator de envelhecimento		
0 a 24 anos:	1,50% a.a.	1,50% a.a.
25 a 54 anos:	2,50% a.a.	2,50% a.a.
55 a 79 anos:	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Acima de 80 anos:	2,50% a.a.	2,50% a.a.
Biométricas		
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB 57	IAPB 57
Rotatividade	1,00% a.a.	1,00% a.a.
Outras		
Idade de aposentadoria	65 anos	65 anos
	Homem 4	Homem 4
	anos + velho e	anos + velho e
	90% casados	90% casados
	100%	100%

21.2.5. Análise de sensibilidade: A Suzano efetuou as análises de sensibilidade quantitativas em relação às hipóteses significativas para os seguintes benefícios são demonstradas a seguir:

	Taxa de desconto	Taxa de crescimento dos custos médicos
+0,50%	852.688	+1,00% 896.842

21.2.6. Previsão de pagamentos e duração média das obrigações: Os pagamentos de benefícios esperados para os exercícios futuros (10 anos) a partir da obrigação dos benefícios concedidos, são demonstrados a seguir:

	Assistência médica e seguro de vida	
Pagamentos		
2024		50.482
2025		53.893
2026		57.429
2027		61.010
2028		64.717
2029 a 2033		376.635
22. Pagamento baseado em ações: A Suzano tem 3 (três) planos de remuneração de longo prazo baseados em ações, sendo (i) Plano de ações fantasmas ("Phantom Shares - PS") e (ii) Plano de apreciação do valor das ações ("Share Appreciation Rights - SAR"), ambos liquidados em moeda corrente e (iii) ações restritas, liquidado em ações. As características e os critérios de mensuração de cada plano oferecido pela Suzano, estão divulgados a seguir. 22.1. Plano de remuneração de longo prazo ("PS e SAR"): Determinados executivos e membros chave da Administração da Suzano, possuem plano de remuneração de longo prazo atrelado ao preço da ação com liquidação em dinheiro. No plano PS, o beneficiário não faz investimento e no plano SAR, o beneficiário deverá investir 5% (cinco) do valor total correspondente ao número de opções de ações fantasmas no momento da outorga e 20% (vinte) após 3 (três) anos para efetivar a aquisição da opção. Também outorgamos planos de remuneração de longo prazo para membros chaves da Suzano como forma de retenção. O prazo de carência e de vencimento dos planos podem variar de 3 (três) até 5 (cinco) anos, a partir da data de outorga, de acordo com as características de cada plano. O valor da ação é mensurado com base na média da cotação das ações dos últimos 90 pregões a partir do fechamento do último dia útil de pregão do mês anterior ao mês da outorga. Para o SAR, a mensuração também considera o <i>Total Shareholder Return</i> ("TSR"), utilizado para medir o desempenho de ações de diferentes empresas em certo intervalo de tempo, combinando o preço da ação para demonstrar o retorno proporcionado ao acionista. As parcelas destes planos são reajustadas com base na variação da cotação das ações SUZB3 na B3, entre a data de outorga e a data de pagamento. Nas datas em que não ocorra negociação das ações SUZB3, prevalecerá o valor da última negociação. As opções de ações fantasmas somente serão pagas, caso o beneficiário mantenha o vínculo empregatício na data do pagamento. No caso de rescisão pelo beneficiário, antes de completar o prazo de carência, o beneficiário perde o direito ao recebimento de todos os valores, exceto, quando estabelecido de outra forma em contrato.		

A movimentação está apresentada a seguir:

	Quantidade de opções em aberto	
	31/12/2023	31/12/2022
No início do exercício	7.583.185	5.415.754
Outorgadas	3.391.581	4.152.200
Exercidas (1)	(871.208)	(1.474.506)
Exercidas por desligamento (1)	(30.800)	(175.552)
Abandonadas / prescritas por desligamento	(344.333)	(334.711)
No final do exercício	9.728.425	7.583.185

1) O preço médio das ações exercidas e exercidas por desligamento, em 31 de dezembro 2023 foi de R\$58,07 (cinquenta e oito reais e sete centavos) (R\$48,79 (quarenta e oito reais e setenta e nove centavos) em 31 de dezembro de 2022).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a posição consolidada dos planos de opções de ações fantasmas em aberto estão apresentadas a seguir:

	Valor justo na outorga (1)	Quantidade de opções outorgadas em aberto
Data da outorga		
01/04/2019	42,81	39.461
01/04/2020	38,50	93.619
01/05/2020	38,34	890.542
01/03/2021	57,88	545.861
01/04/2021	64,12	1.163.149
01/07/2021	67,72	8.516
02/08/2021	63,73	3.969
01/10/2021	58,05	2.524
17/01/2022	55,18	68.099
01/03/2022	56,52	794.178
01/04/2022	58,64	2.624.219
02/06/2022	55,43	3.789
01/08/2022	51,00	3.832
01/10/2022	47,71	192.605
09/01/2023	49,69	15.094
01/02/2023	50,46	1.328
01/03/2023	50,59	1.050.901
01/04/2023	48,06	2.152.208
01/06/2023	47,18	1.842
01/07/2023	44,07	20.751
10/07/2023	43,86	9.120
11/07/2023	43,82	34.231
01/10/2023	45,79	6.552
03/10/2023	48,15	2.035
		9.728.425

1) Valores expressos em Reais.

continua ★



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

★ continuação

SUZANO HOLDING S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 60.651.809/0001-05

SUZANO

Holding

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

22.2. Plano de ações restritas: A Suzano também oferece plano de ações restritas baseado no desempenho da Suzano (Programa Ações Restritas). Este plano associa a quantidade de ações restritas outorgadas ao desempenho da Suzano, que em 2023 foi em relação às metas de geração de caixa operacional, cultura, diversidade e inclusão. A quantidade de ações restritas é definida em termos financeiros, sendo posteriormente convertida em ações com base nos últimos 60 pregões antecedentes a 31 de dezembro de 2023 da SUZB3 na B3. Após a medição das metas que ocorre 12 meses posteriores a celebração do contrato, as ações restritas serão outorgadas imediatamente (condicionadas ao atingimento das metas estabelecidas), pois não possuem período de carência (*vesting period*). No entanto, os beneficiários da outorga devem atender ao período de *lockup* de 36 (trinta e seis) meses, durante o qual não poderão comercializar as ações. Caso os beneficiários deixem a Suzano, antes do término do exercício fiscal de referência para a medição das metas, perderão direito à outorga de ações restritas. A posição do plano é apresentada a seguir:

Data da outorga	Valor justo na outorga ⁽¹⁾	Ações outorgadas	Término do período de <i>lockup</i>
02/01/2021	51,70	111.685	02/01/2024
02/01/2022	53,81	113.161	02/01/2025
02/01/2023	52,00	101.164	02/01/2026
02/01/2023	49,58	161.355	02/01/2026
02/01/2024	53,63	105.384	02/01/2027
		592.749	

22.3. Saldos Patrimoniais e de resultado: Os planos de opções de ações fantasmas, por serem liquidados em caixa, têm os seus valores justos mensurados ao término de cada período, com base no método Monte Carlo. O valor justo é multiplicado pelo TSR observado no período, o qual varia entre 75% e 125% e depende do desempenho da ação SUZB3 em relação às ações de empresas do mesmo setor no Brasil. O plano de ações restritas considera as seguintes premissas: (i) a expectativa de volatilidade foi calculada para cada data de exercício, considerando o tempo remanescente para completar o período de aquisição e a volatilidade histórica dos retornos, utilizando o modelo GARCH de cálculo de volatilidade; (ii) a expectativa de vida média das ações fantasmas e opções de ação foi definida pelo prazo remanescente até a data limite de exercício; (iii) a expectativa de dividendos foi definida com base no lucro por ação histórico da Suzano ; e (iv) a taxa de juros média ponderada livre de risco utilizada foi a curva pré de juros em Reais (expectativa do DI) observada no mercado aberto, que é a melhor base para comparação com a taxa de juros livre de risco do mercado brasileiro. A taxa usada para cada data de exercício altera de acordo com o período de aquisição. Os valores correspondentes aos serviços recebidos e reconhecidos estão apresentados a seguir:

	Consolidado	
	Passivo e Patrimônio líquido	Resultado e Patrimônio líquido
	31/12/2023	31/12/2023
Passivo não circulante		
Provisão com plano de ações fantasma	268.489	162.117
Patrimônio líquido		
Opção de ações outorgadas	26.744	20.790
Ações outorgadas		(8.319)
	26.744	(8.319)
		(162.637)

23. Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas - consolidado:	Consolidado
	31/12/2023
Aquisição de controladas	1.758.365
Vitex/Parkia ⁽¹⁾	1.758.365
Combinação de negócios	
Facepa ⁽²⁾	25.924
Vale Florestar Fundo de Investimento em Participações ("VFFIP") ⁽³⁾	161.263
	187.187
	187.187
	93.405
Circulante	93.782
Não circulante	93.782

⁽¹⁾ Em 22 de junho de 2022, a Suzano adquiriu a totalidade das ações das sociedades da estrutura Parkia, pelo montante de US\$667.000 (equivalente a R\$3.444.255 na data da assinatura do contrato), mediante pagamento de US\$330.000 (equivalente a R\$1.704.054 na data da transação) e em 22 de junho de 2023, efetuou o pagamento da segunda parcela no valor de US\$337.000 (equivalente a R\$1.615.140 na data da transação). ⁽²⁾ Adquirido em março de 2018, pelo montante de R\$307.876, mediante pagamento de R\$267.876 e o saldo remanescente atualizado pelo IPCA, ajustado pelas possíveis perdas incorridas até a data de pagamento, com vencimento em março de 2028. ⁽³⁾ Em agosto de 2014, a Suzano adquiriu a Vale Florestar S.A., por meio da VFFIP, pelo montante de R\$528.941, mediante pagamento de R\$44.998 e saldo remanescente com vencimentos até agosto de 2029. As liquidações anuais, efetuadas no mês de agosto, estão sujeitas a juros e atualizadas pela variação da taxa de câmbio do Dólar dos Estados Unidos da América e parcialmente atualizada pelo IPCA. **24. Compromissos de longo prazo - consolidado:** No curso normal de seus negócios, a Suzano celebra contratos de longo prazo na modalidade *take or pay* com fornecedores de produtos químicos, transporte e gás natural. Os contratos preveem cláusulas de rescisão e suspensão de fornecimento por motivos de descumprimento de obrigações essenciais. Geralmente, é adquirido o mínimo acordado contratualmente e por essa razão não existem passivos registrados em adição ao montante que é reconhecido mensalmente. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, esses compromissos de longo prazo totalizam R\$14.606.380 (R\$14.875.422 em 31 de dezembro de 2022). **25. Patrimônio líquido: 25.1. Capital social:** Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Companhia era de R\$ 4.775.670, integralmente realizado e dividido em 345.854.606 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 150.068.292 ações ordinárias e 137.145.654 ações preferenciais classe A e 58.640.660 preferenciais classe B, detidas basicamente por pessoas físicas residentes no país (em 31 de dezembro de 2022 o capital era de R\$1.975.670, dividido em 172.927.303 ações nominativas sem valor nominal, sendo 75.034.146 ações ordinárias, 68.572.827 ações preferenciais de classe A e 29.320.330 ações preferenciais de classe B). A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 27 de abril de 2023 aprovou o aumento de capital com parte das reservas de lucros no montante de R\$ 2.800.000, atribuindo aos Acionistas, a título de bonificação, 172.927.303 novas ações, todas nominativas e sem valor nominal, sendo 75.034.146 ações ordinárias, 68.572.827 ações preferenciais classe A e 29.320.330 ações preferenciais classe B. **25.2. Dividendos e cálculo de reservas:** O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Aos detentores das ações preferenciais é assegurado um dividendo de 10% superior ao das ações ordinárias. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, com base nos critérios estabelecidos pelo estatuto social, apurou-se dividendos mínimos obrigatórios, bem como, as reservas, conforme apresentado a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado do exercício	3.949.227	6.459.615
Constituição de reserva legal - 5%	197.461	322.981
Constituição de reserva de incentivos fiscais reflexa	33.916	18.775
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	3.717.850	6.117.859
Dividendos mínimos obrigatórios propostos - 25%	929.462	1.529.465
Dividendos antecipados (nota 1.2.10)	30.000	708.600
Juros sobre capital próprio (nota 1.2.10)	379.503	
Reserva de lucros a realizar (i)	519.959	820.865
Resultado remanescente	2.788.388	4.588.394
Reserva para aumento de capital - 90%	2.509.549	4.129.555
Reserva estatutária especial - 10%	278.839	458.839

i) A Companhia constitui a reserva de lucros a realizar, correspondente ao lucro não realizado financeiramente, proveniente do recebimento dos dividendos da Suzano, que distribui pelo critério de 10% da geração de caixa operacional consolidado no exercício e não pelo critério de 25% do lucro do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº6.404/76, conforme estabelecido no seu estatuto social dos dois critérios o menor. **25.3. Reservas: 25.3.1. Reservas de capital:** A Reserva de capital é composta pelos ganhos de variação de participação em controlada. **25.3.2. Reservas de lucros:** São constituídas pela apropriação de lucros da Companhia, após a destinação para pagamentos dos dividendos mínimos obrigatórios e após a destinação para as diversas reservas de lucros, conforme apresentado a seguir: (i) Legal: constituída na base de 5% do lucro líquido do exercício nos termos do artigo 193 da Lei no 6.404/76 e limitado a 20% do capital social. A utilização desta reserva está restrita à compensação de prejuízos e ao aumento de capital social e visa assegurar a integridade do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o saldo dessa reserva é de R\$483.458 e em 31 de dezembro de 2022 era de R\$385.997. (ii) Para aumento de capital: constituída na base de até 90% do saldo remanescente do lucro líquido do exercício e limitado a 80% do capital social, nos

termos do Estatuto Social da Companhia, após a destinação à reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios. A constituição desta reserva visa assegurar à Companhia adequadas condições operacionais. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o saldo desta reserva é de R\$4.757.632 e em 31 de dezembro de 2022 era de R\$4.717.623. (iii) Estatutária especial: constituída na base de 10% do saldo remanescente do lucro líquido do exercício e objetiva garantir a continuidade da distribuição de dividendos, até atingir o limite de 20% do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o saldo dessa reserva é de R\$606.404 e em 31 de dezembro de 2022 era de R\$524.179. (iv) Incentivos fiscais reflexa: são as subvenções governamentais concedidas à Suzano, na forma de incentivos fiscais, reconhecidas de maneira reflexa pela Companhia na proporção de sua participação no Capital Social da controlada. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o saldo dessa reserva é de R\$274.179 e em 31 de dezembro de 2022 era de R\$240.263. (v) Reserva de lucros a realizar: constituída nos termos do artigo 197 da Lei no 6.404/76, correspondente ao lucro não realizado financeiramente, e que quando realizados, e que não tiverem sido absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, sejam acrescidos ao primeiro dividendo declarado após a realização. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é de R\$1.340.824 e em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 820.865. Em virtude do saldo acumulado de reserva de lucros superar os limites estabelecidos no estatuto da Companhia, haverá na próxima assembleia a deliberação do saldo excessivo. **25.4. Ajuste de avaliação patrimonial:** A Companhia registrou nesta rubrica do balanço as contrapartidas dos ajustes do custo atribuído quando da adoção das IFRS em 1º de janeiro de 2009 na Suzano. A movimentação desta rubrica ocorre pela realização dos itens do imobilizado, bem como, demais contrapartidas decorrentes da aplicação das IFRS. Adicionalmente, nesta rubrica são registradas as variações cambiais de controladas no exterior, o ganho (perda) com a atualização dos passivos atuariais e o resultado com a conversão das debêntures da 5ª emissão em ações com Partes Relacionadas, líquidos do imposto de renda e contribuições sociais diferidos da Suzano. **26. Resultado por ação: 26.1. Básico:** resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais emitidas durante o exercício.

	31 de dezembro de 2023			
	Ordinárias	Preferenciais Classe A	Preferenciais Classe B	Total

Resultado atribuível aos acionistas controladores	1.621.784	1.630.342	697.101	3.949.227
Quantidade média ponderada da quantidade de ações no período (mil)	125.265	114.479	48.949	288.693
Resultado básico por ação	12,94679	14,24147	14,24147	

	31 de dezembro de 2022			
	Ordinárias	Preferenciais Classe A	Preferenciais Classe B	Total

Resultado atribuível aos acionistas controladores	2.652.696	2.666.695	1.140.224	6.459.615
Quantidade média ponderada da quantidade de ações no período (mil)	75.034	68.573	29.320	172.927
Resultado básico por ação	35,35319	38,88851	38,88851	

26.2. Diluído: O resultado diluído por ação é calculado no pressuposto da conversão de todas as opções de compra de ações ordinárias da Suzano, que provocariam reflexos no lucro atribuível à Companhia.

	31 de dezembro de 2023			
	Ordinárias	Preferenciais Classe A	Preferenciais Classe B	Total

Resultado atribuível aos acionistas controladores	1.621.170	1.629.725	696.837	3.947.731
Quantidade média ponderada da quantidade de ações no período (mil)	125.265	114.479	48.949	288.693
Resultado diluído por ação	12,94188	14,23607	14,23607	

	31 de dezembro de 2022			
	Ordinárias	Preferenciais Classe A	Preferenciais Classe B	Total

Resultado atribuível aos acionistas controladores	2.652.064	2.666.059	1.139.952	6.458.075
Quantidade média ponderada da quantidade de ações no período (mil)	75.034	68.573	29.320	172.927
Resultado diluído por ação	35,34476	38,87923	38,87923	

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022

Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos ⁽¹⁾	(3.636.730)	(3.648.330)
PIS e COFINS dos juros sobre capital próprio recebido	(39.560)	(39.560)
Amortização de custos de transação, ágio e deságio ⁽²⁾	(67.353)	(69.881)
Apropriação de encargos financeiros de arrendamento ⁽³⁾	(442.060)	(433.727)
Amortização de mais-valia	(18.887)	(18.887)
Outras	(513.515)	(419.793)
	(4.699.218)	(4.590.618)
	(40.055)	(241)

Receitas financeiras		
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	1.676.242	823.411
Juros sobre outros ativos	157.483	148.830
	1.833.725	972.241
	6.542	4.460
	107	28
	6.649	4.488

Instrumentos financeiros derivativos		
Receitas	10.149.730	11.969.288
Despesas	(4.623.016)	(5.207.721)
	5.526.714	6.761.567

Variações monetárias e cambiais, líquidas		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	4.185.675	3.949.020
Arrendamento	180.112	186.241
Outros ativos e passivos ⁽⁴⁾	(1.278.060)	(840.668)
	3.087.727	3.294.593
	5.748.948	6.437.783
	(33.406)	4.247

⁽¹⁾ Exclui R\$1.160.364 no consolidado referente a custos de empréstimos capitalizados, relacionado, substancialmente, ao imobilizado em andamento do Projeto Cerrado (R\$359.407 no consolidado em 31 de dezembro de 2022). ⁽²⁾ Inclui despesa de R\$19 no consolidado, referentes aos custos de transação com empréstimos e financiamentos que foram reconhecidos diretamente no resultado (R\$232 no consolidado em 31 de dezembro de 2022). ⁽³⁾ Inclui R\$223.055 no consolidado (R\$178.429 no consolidado em 31 de dezembro de 2022), referente à reclassificação para a rubrica de ativos biológicos para a composição do custo de formação. ⁽⁴⁾ Incluem efeitos das variações cambiais de clientes, fornecedores, caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e outros.

28. Receita líquida - consolidado		
	31/12/2023	31/12/2022
Receita bruta de vendas	47.607.718	59.555.246
Deduções		
Devoluções e cancelamentos	(157.251)	(91.303)
Descontos e abatimentos	(5.526.032)	(7.459.520)
	41.924.435	52.004.423
	(2.163.996)	(2.168.824)
	39.760.439	49.835.599

29. Informação por segmento - consolidado: 29.1. Critérios de identificação dos segmentos operacionais: O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva Estatutária da Companhia e da Suzano avaliam o desempenho de seus segmentos de negócio através do EBITDA. Os segmentos operacionais definidos pela Administração são os seguintes: i) Celulose: compreende a produção e comercialização de celulose de eucalipto de fibra curta e *fluff* principalmente para abastecer o mercado externo. ii) Papel: compreende a produção e venda de papel para atender às demandas dos mercados interno e externo. As vendas de bens de consumo (*tissue*) estão classificadas nesse segmento devido a sua imaterialidade. iii) Imobiliário: Incorporadora e administradora de imóveis. As informações referentes aos ativos e passivos totais por segmentos não são apresentadas, pois não compõem o conjunto de informações disponibilizadas aos Administradores da Companhia e da Suzano que, por sua vez, tomam decisões sobre investimentos e alocação de recursos considerando as informações dos ativos em bases consolidadas. Adicionalmente, com relação às informações geográficas relacionadas a ativos não circulantes, não divulgamos tais informações, visto que todos os nossos ativos imobilizados, ativos biológicos e intangíveis estão localizados no Brasil.

	Consolidado			
	31/12/2023			
	Celulose	Papel	Imobi- liário	Não seg- mentado

Receita líquida	30.677.265	9.078.310	4.864	39.760.439
Mercado interno (Brasil)	2.144.199	6.719.093	4.864	8.868.156
Mercado externo	28.533.066	2.359.217		30.892.283
Ásia	13.588.032	72.133		13.660.165
Europa	8.701.141	302.131		9.003.272
América do Norte	5.682.010	476.429		6.158.439
América do Sul e Central	558.601	1.437.181		1.995.782
África	3.282	71.343		74.625
EBITDA	16.052.028	3.485.370	2.711	19.534.672

Depreciação, exaustão e amortização				(7.322.100)
Resultado operacional (EBIT) ⁽¹⁾				12.212.571
Margem EBITDA (%)	52,33%	38,39%	55,74%	0,00%
	49,13%			

⁽¹⁾ Lucro Antes dos Juros e Impostos ("LAJIR"), equivalente ao termo em inglês EBIT (*Earnings Before Interest and Tax*).

	Consolidado			
	31/12/2022			
	Celulose	Papel	Imobi- liário	Não seg- mentado

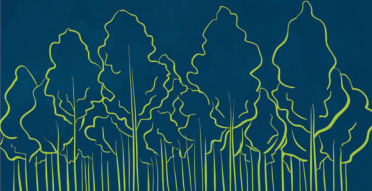
Receita líquida	41.384.322	8.446.624	4.653	49.835.599
Mercado interno (Brasil)	2.665.746	5.858.892	4.653	8.529.291
Mercado externo	38.718.576	2.587.732		41.306.308
Ásia	18.294.046	4.059		18.298.105
Europa	12.768.321	325.503		13.093.824
América do Norte	7.055.625	608.734		7.664.359
América do Sul e Central	592.360	1.641.277		2.233.637
África	8.224	8.159		16.383
EBITDA	26.098.309	3.532.362	2.994	29.624.417

Depreciação, exaustão e amortização				(7.408.651)
Resultado operacional (EBIT) ⁽¹⁾				22.215.766
Margem EBITDA (%)	63,06%	41,82%	64,35%	0,00%
	59,44%			

⁽¹⁾ Lucro Antes dos Juros e Impostos ("LAJIR"), equivalente ao termo em inglês EBIT (*Earnings Before Interest and Tax*).

29.3. Receita líquida por produto		
Produtos	31/12/2023	31/12/2022
Celulose de mercado ⁽¹⁾	30.677.265	41.384.322
Papel para impressão e escrita ⁽²⁾	7.567.320	6.912.984
Papel cartão	1.417.075	1.421.338
Outros	98.779	116.955
	39.760.439	49.835.599

⁽¹⁾ A receita líquida da celulose *fluff* representa, aproximadamente, 0,78% do total da receita líquida consolidada e, portanto, foi incluída na receita líquida de celulose de mercado (0,8% em 31 de dezembro de 2022). ⁽²⁾ A receita líquida de tissue representa, aproximadamente, 5,14% do total da receita líquida consolidada e, portanto, foi incluída na receita líquida de papel de impressão e escrita (2,3% em 31 de dezembro de 2022). Com relação às receitas do mercado externo do segmento operacional celulose, China e Estados Unidos da América são os principais países em relação à receita líquida, representando 41,36% e 15,32%, respectivamente, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (China e EUA representaram 42,12% e 14,08%, respectivamente, em 31 de dezembro de 2022). Com relação às receitas do mercado externo do segmento operacional papel, Argentina e Estados Unidos da América, são os principais países, representando 23,68% e 19,49% do mercado externo, respectivamente, no exercício findo em 31 de dezembro de



SUZANO HOLDING S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 60.651.809/0001-05

SUZANO

Holding

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

mantidas em vigor apólices de responsabilidade civil dos executivos e diretores em montantes considerados adequados pela Administração. A avaliação da suficiência das coberturas de seguro não faz parte do escopo do exame das demonstrações financeiras por parte dos auditores independentes. **32. Eventos subsequentes: 32.1. Cancelamento de ações em tesouraria e novo programa de recompra de ações:**

Em 26 de janeiro de 2024, o Conselho de Administração da Suzano aprovou o cancelamento de 20.000.000 ações ordinárias, com custo médio de R\$42,69 (quarenta e dois reais e sessenta e nove centavos) por ação, no valor de R\$853.725, que estavam mantidas em tesouraria, sem alteração do capital social e contra os saldos das reservas de lucros disponíveis. Após o cancelamento das ações, o capital social de R\$9.269.281 passa a ser dividido em 1.304.117.615 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. A Suzano deliberou um novo programa de recompra de ações, no qual, poderá adquirir até o máximo de 40.000.000 (quarenta milhões) ações ordinárias de sua própria emissão com prazo máximo para realização de 18 (dezoito) meses.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO			DIRETORIA		
Claudio Thomaz Lobo Sonder Presidente		Antonio de Souza Corrêa Meyer Vice-Presidente	David Feffer Diretor Presidente		
Marcos Sampaio de Almeida Prado Conselheiro	Geraldo José Carbone Conselheiro	Alan Terpins Conselheiro	Marcel Paes de Almeida Piccinno Diretor e Diretor de Relações com Investidores	Isabel Cotta Fernandino de França Leme Diretora	Gabriela Feffer Moll Diretora
CONTADOR - Rinaldo Ciucci - CRC 1SP-147256/O-0					

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO (“CAE”)

Sobre o Comitê: O CAE da Suzano Holding S.A. (“Suzano Holding”) é um órgão estatutário de funcionamento permanente instituído em dezembro de 2019. O CAE é composto por 3 (três) membros com mandato de 2 (dois) anos. A maioria dos membros são independentes, sendo que ao menos um deles integra também o Conselho de Administração da Suzano Holding. Dentre os membros do CAE, o Sr. Marcos Sampaio de Almeida Prado, atua como coordenador e o Sr. José Carlos Garbes, como especialista financeiro. De acordo com o seu Regimento Interno, compete ao CAE zelar (i) pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis da Suzano Holding, (ii) pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, (iii) pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos das empresas de auditoria independente e da auditoria interna, (iv) pela qualidade e efetividade do sistema de controles internos e da administração de riscos. As avaliações do CAE baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos, dos gestores dos canais de denúncia e ouvidoria e em suas próprias análises decorrentes de observação direta. A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. é a empresa responsável pela auditoria das demonstrações contábeis conforme práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as emanadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), requisitos específicos da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e as normas internacionais de relatório financeiro (“*International Financial Reporting Standards - IFRS*”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (“IASB”)*. Os auditores independentes são igualmente responsáveis pela revisão limitada dos informes trimestrais (“ITRs”) arquivados junto à CVM. O relatório dos auditores independentes reflete o resultado de suas verificações e apresenta a sua opinião a respeito da fidedignidade das demonstrações contábeis do exercício em relação aos princípios descritos acima. Com relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os referidos auditores independentes emitiram relatório em 18 de março de 2024, contendo opinião sem ressalvas. Os trabalhos de auditoria interna são realizados por equipe própria. O CAE é responsável pela aprovação do plano de auditoria interna, que na sua execução é acompanhado e orientado pela Diretora Jurídica. **Temas discutidos pelo Comitê de Auditoria Estatutário:** O CAE se reuniu 6 (seis) vezes no período de janeiro a dezembro de 2023. Dentre as atividades realizadas durante o exercício, destacamos: (i) Recomendação para aprovação pelo Conselho de Administração do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2022; (ii) Exame das informações trimestrais da companhia nos trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2023; (iii) Monitoramento da execução dos planos de remediação das recomendações indicadas na Carta de Recomendações dos auditores independentes; (iv) Monitoramento da adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela companhia; e (v) Acompanhamento do andamento dos trabalhos aprovados no plano de auditoria, inclusive quanto à integração com as demais atividades relacionadas à gestão de riscos e compliance. **Conclusão:** Os membros do CAE da Companhia, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, bem como daquelas previstas no seu Regimento Interno do próprio comitê, procederam ao exame e à análise das demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório de auditoria contendo opinião sem ressalvas dos auditores independentes, do relatório anual da Administração, todos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., recomendamos, por unanimidade, a aprovação, pelo Conselho de Administração da Companhia, dos documentos acima citados.

São Paulo, 18 de março de 2024

Marcos Sampaio de Almeida Prado
Coordenador

José Carlos Garbes
Especialista Financeiro

Orlando de Souza Dias
Membro

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

O Comitê de Auditoria Estatutário (“CAE”) da Suzano Holding S.A. (“Companhia”), no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, em atendimento ao disposto no § 1º, inciso VII do artigo 27 da Resolução CVM nº 80/22, examinou as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o Relatório da Administração, e o relatório emitido sem ressalvas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. Com base nos documentos examinados e nos esclarecimentos prestados, os membros do CAE, abaixo assinados, opinam que as demonstrações financeiras se encontram em condições de serem aprovadas.

São Paulo, 18 de março de 2024		
Marcos Sampaio de Almeida Prado Coordenador	José Carlos Garbes Especialista Financeiro	Orlando de Souza Dias Membro

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES PARA FINS DO ARTIGO 27 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 80/22

Declaramos, na qualidade de diretores da Suzano Holding S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1355 - 21º andar, Pinheiros, CEP 01452-919, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.651.809/0001-05 (“Companhia”), nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que (i) revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023; e (ii) revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

São Paulo, 18 de março de 2024.			
David Feffer Diretor Presidente	Marcel Paes de Almeida Piccinno Diretor e Diretor de Relações com Investidores	Isabel Cotta Fernandino de França Leme Diretora	Gabriela Feffer Moll Diretora

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas
Suzano Holding S.A.

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Suzano Holding S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas (“Consolidado”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”).
Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Principais Assuntos de Auditoria
Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA
Valor justo dos ativos biológicos (Notas 3.2.17 e 13)
Os ativos biológicos da Controlada Suzano S.A. correspondem a florestas de eucalipto e são mensurados ao valor justo menos as despesas de venda necessárias para colocar o ativo em condições de uso ou venda, no montante de R\$ 18.278.582 mil (consolidado) em 31 de dezembro de 2023, aplicando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado. Esse método faz uso de dados e premissas que envolvem julgamento significativo por parte da administração, incluindo taxa de incremento médio anual das florestas e principalmente o preço de venda da madeira em pé em diferentes regiões. Este é um assunto que permanece sob atenção da nossa auditoria, considerando especialmente os riscos inerentes à subjetividade de determinadas premissas que requerem o exercício de julgamento da administração e podem ter impacto relevante na determinação do valor justo e, por consequência, no resultado do exercício.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e testes dos controles internos estabelecidos pela administração para mensurar o valor justo, bem como a metodologia de avaliação, premissas e a totalidade e acuracidade dos dados utilizados no cálculo. Avaliamos o modelo do fluxo de caixa descontado, bem como sua coerência geral lógica e aritmética. Definimos as principais premissas na perspectiva da auditoria e efetuamos comparações com fontes externas, avaliamos a competência, objetividade e capacidade de especialistas externos e internos contratados pela administração para apoio no cálculo do valor justo. Em relação às premissas consideradas significativas no âmbito da auditoria, como o preço de venda da madeira em pé em diferentes regiões e a taxa de incremento médio anual das florestas, efetuamos comparações com publicações externas especializadas, quando aplicável, bem como avaliamos o comportamento histórico, respectivas tendências e dados utilizados. Avaliarmos se as informações divulgadas nas notas explicativas estavam consistentes com os requisitos da norma contábil e com as premissas utilizadas nos cálculos. Com base no resultado dos procedimentos realizados, consideramos que o modelo de avaliação está consistente com as práticas de mercado e que as premissas e dados utilizados estão devidamente suportados, bem como com os requisitos de divulgação estabelecidos pela norma contábil foram atendidos.

Ágio por rentabilidade futura (Nota 3.2.20 e 16.1)
A controlada Suzano S.A. apresenta registrado em seu ativo intangível, ágio fundamentado em expectativa de rentabilidade futura, oriundo da aquisição da Fibria Celulose S.A., ocorrida em janeiro de 2019, no montante de R\$ 7.897.051 mil em 31 de dezembro de 2023, o qual foi alocado ao segmento de celulose. O referido saldo tem cálculo de recuperabilidade tendo como referência projeções que incluem premissas e dados que envolvem julgamentos significativos da administração, incluindo preço médio líquido de celulose e taxa de desconto, entre outras. Para efetuar o cálculo do valor recuperável, a administração contratou especialistas para calcular o valor em uso por meio da metodologia do fluxo de caixa descontado. Assim como no exercício anterior, consideramos essa área como de foco para nossa auditoria tendo em vista a relevância do saldo, bem como que variações na determinação das premissas e dados adotadas pela administração podem impactar a recuperação dos saldos registrados e, por consequência, os resultados das operações e a posição patrimonial e financeira da Companhia.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e testes dos controles internos estabelecidos pela administração para mensurar o valor recuperável, da metodologia de avaliação, das premissas e dados utilizados no cálculo. Avaliamos o modelo do fluxo de caixa descontado, bem como sua coerência geral lógica e aritmética. Envolvermos nossos especialistas na área de avaliação de negócios para nos apoiar na análise e teste da taxa de desconto. Em relação às principais premissas e dados na perspectiva da auditoria, como o preço médio líquido de celulose e taxa de desconto, efetuamos comparações com publicações externas especializadas, quando aplicável, bem como avaliamos, por meio de revisão das análises de sensibilidade elaboradas pelos especialistas da administração, se variações individuais ou cumulativas aproximariam o valor recuperável do valor contábil. Para as demais premissas, levamos em consideração o comportamento histórico, respectivas tendências e outras evidências que corroboram os dados utilizados. Avaliamos, também, a competência, objetividade e capacidade de especialistas externos contratados pela administração envolvidos no cálculo do valor recuperável.

Porque é um PAA
Passivos judiciais tributários, previdenciários e incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro (Nota 3.2.24 e 20)
As controladas da Companhia são parte passiva em processos judiciais decorrentes do curso normal de suas operações. Especialmente nos casos daqueles de natureza tributária, previdenciária e incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro, tratam-se de divergências na interpretação de leis, autos de infração, entre outros. A administração, com o apoio de seus assessores jurídicos internos e externos, estima os desfechos para esses diversos assuntos, provisiona aqueles considerados como de perda provável, no montante de R\$ 2.329.472 mil (consolidado). Líquido dos depósitos judiciais, e divulga aqueles considerados como incertos, com risco de materialização não provável ou remoto, no montante de R\$ 9.775.068 mil (consolidado). A determinação das chances de perda, assim como dos valores objetos das disputas, envolvem julgamento da administração, considerando aspectos subjetivos e evoluções jurisprudenciais, que podem mudar ao longo do processo e que não estão sob o controle da administração. Por essa razão, mantivemos esse tema como uma área de foco.

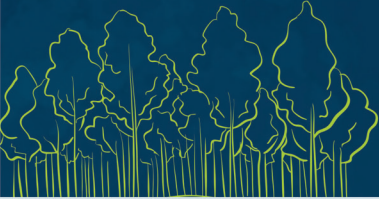
Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e testes dos controles internos estabelecidos pela administração para identificar e constituir provisões, monitorar o andamento dos processos judiciais tributários e previdenciários e das incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro, bem como as respectivas divulgações em notas explicativas. Em conjunto com os nossos especialistas da área tributária, entendemos o objeto dos principais processos em andamento, obtivemos a documentação-suporte da avaliação da administração, incluindo a determinação de valores e opinião de especialistas externos contratados, bem como avaliamos e discutimos a razoabilidade das conclusões da administração, bem como prognóstico de perda determinada pela Companhia e suas controladas. Obtivemos confirmação direta dos assessores jurídicos externos responsáveis pelos processos na esfera judicial. Testamos, por amostragem, os cálculos dos valores utilizados para o provisionamento e avaliamos se as divulgações realizadas estão alinhadas com as normas contábeis relevantes e documentação-suporte. Observamos que as conclusões da administração e a documentação-suporte, incluindo as posições dos assessores jurídicos internos e externos, estão consistentes entre si e com nosso entendimento sobre os objetos das disputas judiciais, bem como com os valores e as divulgações incluídas nas notas explicativas.

Outros assuntos
Demonstrações do Valor Adicionado
As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - “Demonstração do Valor Adicionado”. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.
Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria

continua →★



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>



SUZANO HOLDING S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 60.651.809/0001-05

SUZANO
Holding

→★ continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos

de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 18 de março de 2024


pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

José Vital Pessoa Monteiro Filho
Contador CRC 1PE016700/O-0



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
<https://estadaori.estadiao.com.br/publicacoes/>